



Ana Isabel Duarte Mendes de Castro

# **A Catalunha e o processo independentista: cobertura jornalística do Público e do El País ao referendo de 1 de outubro de 2017**

Dissertação de Mestrado em Jornalismo e Comunicação

Orientada pela Professora Doutora Isabel Maria Ribeiro Ferin Cunha, apresentada ao Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2018



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## Faculdade de Letras

# A Catalunha e o processo independentista: cobertura jornalística do Público e do El País ao referendo de 1 de outubro de 2017

### Ficha Técnica:

<b>Título</b>	<b>A Catalunha e o processo independentista: cobertura jornalística do Público e do El País ao referendo de 1 de outubro de 2017</b>
<b>Autor/a</b>	<b>Ana Isabel Duarte Mendes de Castro</b>
<b>Orientador/a</b>	<b>Doutora Isabel Maria Ribeiro Ferin Cunha</b>
<b>Júri</b>	<b>Presidente: I. Isabel Maria Guerreiro Nobre Vargues Vogais: I. João José Figueira da Silva II. Isabel Maria Ribeiro Ferin Cunha</b>
<b>Área Científica</b>	<b>Jornalismo e Comunicação</b>
<b>Especialidade/Ramo</b>	<b>Investigação</b>
<b>Data de Defesa</b>	<b>17/10/2018</b>
<b>Classificação</b>	<b>15 valores</b>



## Agradecimentos

Conseguir realizar esta dissertação, não foi um trabalho fácil, aliás mostrou-se um grande desafio. Penso acima de tudo que adversidade traz a superação e o crescimento. Todavia, o mais importante é que este trabalho conseguiu ser uma experiência extremamente gratificante e enriquecedora a vários níveis. Tanto da superação pessoal como do empenho, perseverança e claro do conhecimento que acumulei.

Para que esta etapa se concretiza-se da melhor forma possível foram necessárias várias pessoas, que em momentos distintos e de maneiras diferentes conseguiram transmitir-me ferramentas e força, para que o meu ânimo não diminuísse. Gostaria de agradecer à minha família, em particular ao meu pai Pedro, por sempre me dizer que não existem obstáculos que não se podem ultrapassar com esforço e trabalho. À minha mãe Fernanda por me ter passado todos os valores essenciais à vida como o respeito, a tolerância e o amor e pelo apoio emocional que me deu em alturas críticas deste trabalho, onde pensei não ser capaz de continuar. À minha irmã Inês pelo apoio técnico que me disponibilizou, sempre que o meu portátil não queria colaborar, e à Bárbara, minha irmã mais nova por trazer alegria a todo o processo.

Não menos importante foi a ajuda e motivação dada pela minha orientadora Isabel Ferin, pois desde o início nunca desistiu de mim, e sempre demonstrou respeito e consideração pelo meu trabalho. Além de que é uma mulher experiente, profissional e metódica, que contribuiu com observações bastante pertinentes para o melhoramento e construção desta dissertação.

Por fim, agradecer às Ciências Sociais Humanas e ao Jornalismo por me terem ensinado durante todo o meu percurso académico, que as pessoas são o que mais importam, e que a vida não se resume a meros números e estatísticas.

Aprendi a valorizar os detalhes, a personalidade das pessoas, as relações entre elas e os seus contextos de vida. Porque na realidade cada indivíduo conta, e cada um tem o seu papel e importância no decorrer dos acontecimentos. Acima de tudo, conclui que o importante são as histórias desta grande sociedade global. A forma como as contamos, tem a capacidade de mudar o curso dos acontecimentos e consequentemente do mundo.

## Resumo

Ao longo dos séculos os movimentos separatistas têm-se afirmado por toda Europa, devido ao facto de esta ser uma região muito diversa culturalmente, onde existem várias línguas e culturas. A Catalunha é uma destas regiões, que desde o seu nascimento se viu envolvida em disputas pela sua autodeterminação e separação de Espanha. Existem, no entanto, processos legais que impedem que esta independência seja consumada, pois a realização de um referendo é algo ilegal em território catalão, assim como qualquer promoção desta votação.

É no entanto dever do Jornalismo dar voz a quem pelas vias Políticas e legais não a tem, investigando e revelando aquilo que mais as preocupa, e injustiça e realizando um enquadramento, para que a sociedade perceba o que está a acontecer, e se dê conta se é moral ou imoral.

Esta dissertação tem como principal objetivo elaborar um estudo comparativo entre dois jornais, um português o Público, e outro espanhol o El País, no que respeita às reportagens que saíram uma semana antes, e uma semana depois do dia 1 de outubro de 2017 (dia do referendo de autodeterminação catalão). Esta comparação irá permitir que se descubra quais os atores sociais que ambos os jornais dão mais relevância, assim como os temas que vão ser mais abordados ou até o tipo de entoação utilizada.

É também intenção deste trabalho entender os aspetos menos positivos que assolam o Jornalismo de hoje, e as alterações que necessitam de ser efetuadas, para que esta profissão se afirme de novo como guardião da sociedade, e difusora de valores como a verdade a coerência e o rigor. Só assim um estado direito está assegurado completamente, e os restantes poderes vêm o seu trabalho vigiado e escrutinado, para assim caírem na tentação de se corromper e viciar.

Palavras- chave: Referendo, Catalunha, Nacionalismo, Movimento Independentista, Jornalismo, Sociedade, Jornal

## **Abstract**

Over the centuries separatist movements have been asserting themselves throughout Europe, due to the fact that this is a very culturally diverse region where there are many languages and cultures. Catalonia is one of these regions, which since its birth has been involved in disputes for its self-determination and separation from Spain. There are, however, legal processes that prevent this independence from being consummated, as the holding of a referendum is illegal in Catalan territory, as well as any promotion of this vote.

It is, however, a duty of journalism to give voice to those who, through political and legal channels, do not have it, investigating and revealing what concerns them most, and injustice and framing, so that society perceives what is happening, and realizes whether it is moral or immoral.

This dissertation has as main objective to elaborate a comparative study between two newspapers, one Portuguese the Public, and another Spanish the Country, with respect to the reports that left a week before, and a week after the 1 of October of 2017 (day of the Catalan self-determination referendum). This comparison will allow to discover which social actors both newspapers give more relevance, as well as the topics that will be more approached or even the type of intonation used.

It is also the intention of this work to understand the less positive aspects that afflict today's journalism, and the changes that need to be made, so that this profession asserts itself once again as guardian of society, and diffuser of values such as truth, coherence and rigor Only then is a right state fully secured, and the remaining powers come to their watchful and scrutinized work, to thereby fall into the temptation to corrupt and vitiate.

**Keywords:** Referendum, Catalonia, Nationalism, Independence Movement, Journalism, Society, Newspaper

# Índice

Introdução.....	10
Parte I- Enquadramento Teórico.....	11
<b>Capítulo I</b> .....	11
I-Espanha das autonomias.....	11
1.1- Catalunha-história da sua autonomia .....	11
1.2- Guerra Civil Catalã.....	13
1.3- Guerra contra França.....	16
1.4- Revolta dos segadores.....	17
1.5- Tratado de Vestefália.....	18
1.6- Guerra do Francês.....	20
1.7- Catalunha Contemporânea.....	21
1.8- História e evolução das Constituições Espanholas.....	29
1.9- Constituição espanhola e as Comunidades Autónomas.....	33
<b>CAPÍTULO II</b> .....	38
2-Globalização e nacionalismos.....	38
2.1-Como a Globalização afeta a criação e expansão dos nacionalismos .....	38
2.2-Tendências e movimentos separatistas atuais na Europa.....	43
2.3-Tendências e Movimentos separatistas atuais na Espanha .....	51
2.4- História dos referendos em Espanha.....	54
<b>Capítulo III</b> .....	59
3-Jornalismo e Conflito.....	59
3.1-O que é Jornalismo? Alteração de um paradigma e o aparecimento de um novo contexto mediático.....	59
3.2-Qual o papel e a responsabilidade do jornalismo perante o conflito? O Jornalismo para a paz.....	65
3.3-O declínio da credibilidade dos meios e a morte do quarto poder.....	69
<b>Parte II-Estudo de Caso</b> .....	72
<b>CAPÍTULO I</b> .....	72
I-Estudo de Caso .....	72
1.1-Estudo de Caso-História dos meios de comunicação <i>Público</i> e <i>El País</i> .....	72
1.2-Enquadramento metodológico.....	74
1.3-Análise de Conteúdo.....	75

I.4-Análise comparativa de 2 meios de comunicação: El País e Público .....	83
I.5-Análise textual: análise de discurso.....	84
Interpretação de dados.....	87
Notas.....	92
Bibliografia.....	96







## Introdução

Durante vários séculos a Europa viu-se assolada por movimentos sociais de natureza separatista em quase toda a sua extensão. Estes existem atualmente, em zonas tão dispersas como a Escócia, Irlanda do Norte, Bélgica, Alemanha, Itália, Ucrânia, Roménia, Itália e claro na Espanha. O caso catalão, que é um movimento separatista destacável em Espanha, vai ser trabalhado e estudado mais atentamente nesta dissertação.

Na primeira parte deste trabalho, vai ser exposto o enquadramento teórico, onde é contada, da forma mais clara e pertinente possível, a história desta região autónoma, que desde sempre luta para atingir a sua independência. Muitas foram as batalhas, guerras, manifestações e até pressões, em que a região esteve envolvida para conseguir a autodeterminação.

Seguidamente é trabalhada a questão da Globalização, fenómeno que tem vindo a crescer nas últimas décadas, e a sua relação e influência nos movimentos separatistas que temos hoje em dia. Neste capítulo, ainda vão ser abordados os movimentos separatistas que existem atualmente na Europa, e a história dos referendos Espanhóis, após a ditadura franquista. Para terminar a parte teórica, procurou-se explicar o que é no fundo o jornalismo, e a mudança de modelo profissional, e de práticas que esta profissão tem sofrido nos últimos tempos. Tenta-se ainda expor, qual o papel do Jornalismo em situações de conflito, como a que temos no caso catalão, ou em cenários de Guerra. No fundo, quais as práticas que os Jornalistas devem adotar, para cobrir o evento da melhor forma possível. Para terminar o capítulo é explicado como a profissão de jornalista tem diminuído o seu papel de guardião da sociedade, devido às más práticas como a industrialização da informação, e o imediatismo que vivemos atualmente.

Na segunda parte desta dissertação é realizado um estudo de caso, onde se compara através de uma análise de conteúdo em forma de tabela com variáveis, dois meios de comunicação, o jornal português Público, e o espanhol El País. Esta comparação é sobre as notícias/reportagens que ambos lançaram uma semana antes, e uma semana depois do dia 1 de outubro de 2017, ou seja o dia do referendo na Catalunha. Com esta comparação pretende-se saber quais os temas, atores, tons, que estes órgãos dão mais importância, o tipo de ilustração que usam, o tamanho que as reportagens ocuparam, entre outros aspetos. Para concluir realizou-se ainda uma análise textual, ou seja ao discurso textual e visual que é transmitido pelas reportagens, e conseqüentemente retiradas as respetivas conclusões tanto de um meio, como do outro.

## **Parte I- Enquadramento Teórico**

### **CAPÍTULO I**

#### **I-Espanha das autonomias**

##### **I.1- Catalunha-história da sua autonomia**

A Catalunha é a comunidade espanhola que se situa mais a leste na península Ibérica, possui também uma nacionalidade (catalã), devido ao estatuto de autonomia que a constituição lhe confere. É composta por quatro províncias Barcelona, Tarragona, Lérida e Girona, e a sua capital e a maior cidade é Barcelona. Barcelona é a segunda maior cidade espanhola, e a sétima área metropolitana mais populosa da união europeia. A Catalunha faz fronteira a norte com a França e Andorra, a leste com o Mediterrâneo, a oeste com Aragão e a sul com Valência, ambas comunidades autónomas. As línguas oficiais são o catalão, o espanhol e o occitano aranês. (aicep,2014,p.11)

Barcelona é uma cidade com uma história que se estende por mais de 3000 anos, desde que se formou, por volta do fim do período neolítico, até aos nossos dias. A sua história foi construída por povos bem distintos como cartagineses, romanos, judeus, visigodos, cristãos e muçulmanos, que aí habitaram. Contudo, o grande florescer da cidade, aconteceu na época de domínio romano da península. Barcelona foi crescendo progressivamente, até se tornar em plena idade média, um dos principais portos do mediterrâneo ocidental. (Ajuntamento de Barcelona,2017)

É na Alta Idade Média que se define o que se tratou de Catalunha velha e nova. Catalunha velha, era aquela que se manteve até á queda do Reino Visigodo cristão, Catalunha Nova, é aquela que está sob o domínio muçulmano. Contudo o termo “nova” refere-se igualmente à parte daquela região, que o Reino Franco pretendia conquistar, mas que se encontrava sob domínio árabe. (ibidem,2017,p.1)

As populações que habitavam o território Catalão, (cristãos e judeus), puderam lá permanecer mediante o pagamento de uma quantia, e ainda professar as suas religiões e ritos. Por volta de 1035, devido a conflitos e lutas internas, e também à pressão exercida pelos Reinos Cristãos a norte, mais precisamente o Reino Franco, sucede-se a desagregação do Califado de Córdoba em pequenos territórios: as taifas. É neste seguimento que se formam os Condados catalães, e que os reinos cristãos do Norte, caminham para a Reconquista dos territórios a sul. (ibidem,2017p.1)

Por volta do ano de 711, Carlos Magno, rei Franco, lança-se num período de conquistas sobre vários povos ditos bárbaros, com o apoio da igreja, povos como os eslavos, lombardos e os muçulmanos. Para o Reino Franco, a “Catalunha Velha”, igualmente denominada “Marca

Hispânica”, era uma marca muito importante para os Francos, pois desempenhava um papel de defesa deste Reino das forças árabes. No ano de 800, quando o coroamento de Carlos Magno estava a ser preparado, uma assembleia de Toulouse resolve conquistar Barcelona. Um ano depois, em 801, a cidade cai para o poder muçulmano e torna-se em “Catalunha Nova”.

Entre os séculos IX e XI, a “Marca Hispânica”, aumenta consideravelmente a sua dimensão, era formada por 6 condados, Barcelona, Girona, Rossilhão, Empúries, Ribagorça e Urgell, e os destinos deste território, ficaram nas mãos dos condes visigodos da Hispânia. Contudo, o conde de Carcassona, Vifredo I de Barcelona, recebe pelo rei de França, em 807, o condado de Urgell-Cerdanya. Vifredo antes da sua morte, escreve um testamento onde designa as terras que os filhos vão herdar. Os herdeiros continuam a reconquista para sul, acabando por adquirir novos condados. Vifredo I foi considerado como um herói para o povo catalão, devido à sua linhagem, e ao facto de ter criado a bandeira catalã. (ibidem,2017,p.2)

Como refere (Hernández,2006,p.57) um acontecimento vai, no entanto, separar o Reino franco e a “Nova Catalunha”. Em meados do século XI, a dinastia Carolíngia encontra-se num momento de crise, devido a disputas internas pelo poder, e ameaças externas (povos nórdicos, vikings). Surge então uma dinastia nova, que é chamada, a dos Capetos. Entretanto *Almansor*<sup>ii</sup>, líder militar árabe, entra na cidade de Barcelona. Neste seguimento, em 988, o conde de Borrell que era descendente de Vifredo I de Barcelona, pede auxílio ao rei Hugo Capeto. Capeto decide não prestar auxílio, cortando relações com Carcassona, e desta forma nascem os Condados Catalães. Chega-se mesmo a cunhar uma moeda própria de Barcelona, muitos historiadores consideram estes acontecimentos como a oficialização da independência da Catalunha.

É na chamada <sup>iii</sup>Baixa Idade Média, que vai acontecer a Reconquista Catalã, Berenguer Ramon I, vai começar uma linhagem cujos monarcas Franceses não reconhecem, mas que vai liderar sobre toda a Catalunha até 1162. É durante este período, que os chamados Condados Catalães passaram simplesmente a serem conhecidos como Catalunha. Ramon consegue ainda aumentar o território e atingir crescimento económico, o que faz com que a língua catalã e a arte românica tenham um grande desenvolvimento. A Idade Média trouxe um grande reconhecimento e expansão para a língua e cultura catalã. (ibidem,2006,p.57)

Os nobres de Aragão decidiram nomear o irmão do rei morto Afonso I, Ramiro I, como Rei de Aragão, este era padre e não tinha nem vocação nem vontade de reinar. Decidiu portanto casar, acabando por ter uma filha, a qual casou com o conde de Barcelona, Ramon Berenguer IV. Este matrimónio foi bastante positivo para a Catalunha pois permitiu a este reino crescer ao ponto de chegar até Atenas na Grécia.

*O pacto matrimonial estabelecido em 1137 selando o matrimónio do conde de Barcelona Ramon Berenguer IV com a pequena Peronella, de apenas um ano de idade, herdeira do trono de Aragão, veio alterar o testamento do seu falecido tio que cedera o reino às ordens militares, cuja pretensão na realidade abriu uma crise institucional depois da morte de Afonso “O Batalhador” em 1134. (Sabaté,2013,p.55)*

Como refere Leida (2013,pp.57-58), a aliança que a Catalunha e Aragão fizeram foi em forma de pacto, visto que ambos os reinos mantiveram a mesma moeda, língua, cultura e instituições. Este pacto tinha como interesse principal, fazer com que Aragão tivesse acesso ao mar, e também que a Catalunha se afirma-se como país e conseguisse resistir às investidas francesas e castelhanas,

sobre o seu território. Até a Idade Média terminar, os reinos de Aragão, Catalunha e Valência vão conseguir um crescimento e enriquecimento enormes.

O Reino de Aragão regeu-se por um modelo “pactista”, modelo este que impulsionou a sua viagem de conquista pelo mediterrâneo. A coroa de Aragão foi formada sob a forma de Federação, ou seja, era constituída por vários estados independentes (Principado da Catalunha, Reino de Aragão e Valência). Estes estados possuíam o mesmo monarca, mas cada um era detentor das suas próprias leis, moeda ou língua. O rei tinha de ser escolhido segundo as leis da nobreza existente em cada reino, pois as cortes eram constituídas por três áreas, a igreja, a nobreza e o povo. Barcelona era a sede das cortes catalãs, e foi por ideia de um rei catalão que se constituiu na Catalunha uma *Diputación del General*, que hoje equivale à *Generalitat*, ou seja, é o nome do governo catalão. Este “governo” que representava o rei exercia o poder executivo, executava as leis, e mandava cobrar os impostos em vez do monarca. (ibidem,2013,pp.59-61)

Até meados do século XIII, este sistema de governação permitiu que cada estado tivesse liberdade e independência para governar da forma que mais se identificavam. Quando em 1410 o rei Martim I morre e não deixa descendência, existem duas pessoas interessadas no trono Jaime d’ Urgell, bisneto de Afonso IV de Aragão, e Fernando Trastâmara, que era irmão do rei de Castela. Era intenção de Castela unir-se à coroa confederada da Catalunha.

*Ao longo do século XV, a tensão pactista impôs-se. Em Aragão pretendeu-se salientar a vinculação da soberania sobre os representantes permanentes dos estamentos, ou seja, a Deputação, a par da Justiça, enquanto na Catalunha, quem pretendeu representar a “terra” não teve dúvidas em impor o desenho das competências do soberano e a sua própria destituição, como se pretendeu em 1462 provocando assim um confronto de discursos de legitimidade que, na realidade, abriu as portas à guerra civil catalã. (Sabaté,2013,pp.65-66)*

## **1.2-Guerra Civil Catalã**

A Guerra Civil da Catalunha, que se desenrolou entre 1462 e 1472, foi um conflito armado entre o rei da Trastâmara Juan II de Aragão (conde de Barcelona) e a *Diputación Del General*, responsável pelo controlo político do Principado. Ficou logo claro que a guerra se deveu a um confronto de ideais entre a oligarquia (das elites) e a monarquia, mais precisamente, entre o absolutismo e os pactos. Desta maneira, a sociedade catalã viu-se obrigada a optar por uma ou outra parte das frentes. (ibidem,2013,pp.59-60)

Na Catalunha, é de destacar a crise agrária que fez com que os agricultores e proprietários rurais reivindicassem a criação de medidas que ajudassem nesta área. No campo político os interesses da monarquia autoritária e absolutista chocam, por um lado, com o crescimento de poderes das instituições independentistas catalãs, e por outro, com o mundo rural, ou seja, com a relação de vassalagem que se estabelecia entre a nobreza e os seus servos. Começavam a existir tensões entre estes dois lados.

*O reforço regional baseou-se numa forte consolidação das respetivas elites, armadas com a legitimidade da representatividade de cariz medieval. Invocando esta representação da “terra” e, apesar de se tratarem de*

*oligarquias socialmente mais interessadas que representativas, trouxeram para a monarquia hispânica um específico ponto de complexidade ao reivindicar a participação na soberania de acordo com o padrão medieval. (ibidem,2013,p.69)*

Como explica Hernández (2006), nos campos vai existir uma revolta chamada “a revolta dos remensas” (lavradores) que foi bastante bem acolhida e apoiada pelo rei Afonso “O Magnânimo”, na primeira metade do século XV. Isto porque, o rei pretendia ter mais controlo sobre a nobreza, que se encontrava dominada e reduzida pelos poderes institucionais de Barcelona. O rei que o sucedeu, Jaime II, lidou igualmente com este clima de tensão nos campos, o que foi positivo no seu confronto com o poder institucional de Barcelona. A “Guerra dos Remensas”, que se inicia em 1462, coincide com o início da Guerra civil e coloca a *Diputación Del General* envolvida com duas lutas: uma nos campos contra os labradores remensas, e uma contra o rei. Os remensas eram aliados do rei, pois pensavam poder retirar vantagens dos poderes que este exercia sobre a nobreza.

O ambiente em Barcelona era acima de tudo muito tenso pois a crise económica, por altura de 1425, levava a que tomassem medidas protecionistas que não eram de todo do agrado da oligarquia urbana, os chamados *Ciudadans honrats*. O clima foi-se agitando seguindo-se motins e revoltas sociais que resultaram na realização uma série de reformas, em 1436. Os mercadores propuseram que se pusesse em prática uma série de alterações a longo prazo, como a desvalorização monetária, a diminuição das importações, melhoramento da produção têxtil assim como impostos sobre os estrangeiros. Já os *Ciudadans honrats* querem medidas mais imediatas, como a construção de obras públicas, que levariam a menos desemprego. (ibidem,2006,p.31)

Estas elites urbanas e a sua resistência à mudança criaram um clima de tensão, o que levou a que a crise económica se agravasse e que sociedade de Barcelona se dividisse. Mais concretamente em 1450, existiam dois grupos distintos: *La Biga* (*Ciudadans honrats*) e *La Busca* (mercadores e artesãos). O rei Afonso o Magnânimo mantém, no entanto, uma postura ambígua visto que por um lado necessita do dinheiro e vai aceitá-lo tanto de um grupo como do outro. Visto que, como qualquer monarca do século XV deseja impor a sua autoridade sobre as cortes e a nobreza. Quando a guerra civil se iniciou, o grupo *La Busca*, maioritário no Conselho de acento, que era um órgão do conselho da cidade, tomou o lado de Juan II de Aragão. Isto fez com que a *Generalitat* se revoltasse contra eles, e que em 1463, tivesse morto por conspiração vários conselheiros do grupo *La Busca*. (ibidem,2006,p.31)

Do matrimónio de Juan II e de Blanca I de Navarra nasceu Carlos de Viana, o primeiro príncipe de Viana, que segundo a sucessão iria herdar o reino de Navarra após a morte da sua mãe. Contudo em 1441, ao morrer Blanca, Juan usurpou o trono de Navarra. O resultado desta atitude foi uma guerra civil em Navarra, de 1451 a 1455, que opôs os agramonteses (apoiantes de Juan II), e os beamonteses, (que apoiavam Carlos). Juan II acaba por derrotar Carlos na batalha de Aibar, em 1452. Quando Carlos foi preso pela segunda vez pelo seu pai, em 1460, os ânimos exaltam-se o que resultou no ataque às classes mais privilegiadas do principado. <sup>vi</sup>(“guerra contra Joan II”, (s.d),para.1)

As Cortes de Lérida, daquele ano, elegeram um conselho de Principado, que exigiu a Juan II a imediata libertação do seu filho. Esta ação junto com o movimento dos navios de navarra e a mobilização castelhana até à fronteira de Aragão forçaram o rei a ceder, libertando o seu filho, e aceitando a capitulação de Vilafranca de Penèdes, em 1461. Local onde se reconhecem

reivindicações políticas da parte dos oligarcas de Barcelona, entre as quais, a proibição do rei entrar em Barcelona sem antes ter a permissão da *Generalitat*. (ibidem, (s.d),para. I)

No entanto, a morte repentina de Carlos de Viana, três semanas depois da sua libertação, veio alterar o aparente período de paz. O grupo La Busca e os lavradores tentaram recuperar o estatuto iniciando um movimento de camponeses. Com a ajuda do rei de França, Juan II acabou por penetrar no Principado com o exército francês, sem a permissão do Conselho. Os Barcelonenses, em forma de resposta, decidiram organizar um exército para travar o movimento dos camponeses e destituir o rei, em junho de 1462.

A Guerra ganhou proporções internacionais quando Juan II pediu apoio de Luis XI de França e ao duque Gastón de Foix, que lhe prometeu que iria herdar o Reino de Navarra. (ibidem, (s.d),para. I)

O conselho do principado vai pedir apoios internos para o enfraquecimento das forças opositoras, que eram o partido La Busca e os remensas. Não obtendo, no seguimento, os resultados desejados o conselho começa a oferecer o Principado a candidatos. No ano de 1462 propôs que se nomeasse o rei Henrique IV de Castela conde de Barcelona, caso este se compromettesse a respeitar a particularidade da cidade de Barcelona e a Concórdia de Vilafranca. O rei Castelhana, além dos seus direitos pelo trono, podia contar com a ajuda dos navios navarros inimigos de Juan II e do duque de Foix. Henrique IV aceita a oferta, devido à divisão da nobreza e as tropas Castelhanas, comandadas por Juan de Beaumont, forçam a que se levante o cerco de Barcelona. Contudo Juan II utiliza as divisões da nobreza castelhana e vai forçar Henrique, pelo tratado de Baiona, a renunciar ao principado. (ibidem, (s.d),para. I)

Em 1464 após o fracasso com o monarca Castelhana, a coroa é oferecida a Pedro de Portugal, neto de Jaime II de Urgel, que devido às suas limitações vai aliar-se com o duque de Borgonha, inimigo de Luís XI. Entretanto aragoneses, valencianos e maiorquinos prestam o seu apoio a Juan II, assim como ao grupo La Busca e dos remensas e ainda a alguns nobres e clérigos.

Nesta altura, destaca-se a batalha de Calaf, em fevereiro de 1465, marcada pela vitória do rei Juan, com o apoio do Conde de Praderas, sobre as tropas de Pedro de Portugal. Os portugueses tiveram sucesso quando Barcelona estava cercada em julho de 1465, visto que receberam ajuda por mar de Portugal.

Em 1466, Pedro de Portugal morre em Granollers. A coroa é oferecida a Renato I de Anjou, neto de Juan I de Aragão, que era um antigo inimigo de Afonso o Magnânimo, o qual iria modificar o sistema de alianças internacionais. Renato I envia como seu tenente o seu filho, Juan II de Lorena, que consegue atingir êxito militar até à morte, a 16 de dezembro de 1470. Finalmente Juan II procura uma aliança com Castela através do matrimónio do seu filho, Fernando II, e de um conjunto de candidatas, contudo acaba por se casar com a sua prima Isabel. (ibidem, (s.d), para. I)

No final do ano de 1471, já com Barcelona quase totalmente recuperada pelas tropas reais, inicia-se um cerco à cidade que vai durar até 8 de outubro de 1472. Sem qualquer apoio do exterior, os barceloneses têm de constatar a realidade e Barcelona rende-se após uma amnistia geral. Em outubro de 1472 é assinalada a capitulação de Pedralbes, este acontecimento marca o fim de uma guerra que não obteve nem vencedores ou vencidos. Era necessário trabalhar para solucionar os graves problemas económicos, visto que Barcelona estava devastada após a Guerra. As Cortes

de 1473 abordam nas suas reuniões o tema da recuperação, que não se irá solucionar tão cedo. (ibidem, (s.d),para. 1)

A partir do descobrimento da América, em 1492, por Cristóvão Colombo, a Catalunha vai entrar nos séculos que se seguem, numa enorme decadência, tornando-se numa região periférica da Espanha e da Europa. (Sabaté,2013,pp.66-68)

O rei Carlos V de Espanha era o dono de uma porção de terras herdadas do pai, avô e avó, espalhadas por vários países da Europa. Por volta de 1519 este é escolhido como imperador do Sacro Império Germânico acrescentando, nos anos seguintes, Portugal e as suas colónias ao leque de possessões. (Hernández,2006,p.44)

Para logisticamente conseguir governar todos os seus territórios a coroa de Castela instituiu o sistema federal, onde cada reino era livre de ter leis próprias, moeda e até idioma. No entanto, as tendências absolutistas que Castela passou a ter, tais como imposições ao nível de imposto, da língua castelhana ou o desrespeito das cortes, levaram a que vários reinos europeus se insurgissem por independência. Reinos estes como Portugal, Países Baixos ou Catalunha que estavam contra Filipe IV. Esta tendência absolutista da Espanha levou a que o comércio da Catalunha decrescesse muito, pois não podia competir com as rotas comerciais do Império. O catalão também foi perdendo muita importância pois o castelhano foi promovido, na altura, a língua oficial. No fundo a crise pela qual a Catalunha passou na Idade média ainda não estava ultrapassada. (ibidem,2006,p.44)

### 1.3-Guerra contra França

Em 1635 durante a Guerra dos trinta anos contra a França, liderada por Richelieu, <sup>vii</sup>Olivares propôs uma contribuição pela parte da Catalunha em homens e dinheiro, contudo, a <sup>viii</sup>Diputación Catalã não concordou. Este reconheceu a extrema indolência do Principado ao se rejeitar a defender o território espanhol, contra a ameaça francesa.

*Tras unos años (1629-1638) calamitosos de peste y malas cosechas en toda Cataluña, los problemas causados por el alojamiento y el pillaje de los ejércitos reales que tuvieron que ser enviados contra los franceses que habían atacado por el Rosellón en junio de 1639 tras su derrota en Fuenterrabía, provocaron el enfrentamiento y la revuelta en el verano de 1640. Los catalanes se levantaron al grito de “Visca el rei d’Espanya i muiren els traidors!”, aunque esto no suele ser recordado... (El Principat de Catalunya,2009,para.6)*

Francisco Manuel de Melo, um general português ao serviço de Filipe IV, tornou-se um testemunho essencial dessa época, visto que vivenciou os eventos em primeira mão.

Nas suas memórias da guerra de 1645, (“*Historia de los movimientos y separacion de Cataluña, y de la guerra*”, 1645), para agrado dos civis catalães e desgosto das forças armadas, ele agregou os fatores que agravaram aquela situação. Os catalães tinham um sentimento de rejeição em relação aos soldados espanhóis pois tinham-nos como estrangeiros e hereges, além de que foram cometidos vários excessos em termos de hospedagem e saque.

O exército espanhol era constituído por soldados espanhóis e possuía alguns regimentos de nações estrangeiras, como de Nápoles, Modena e Irlanda. Estes grupos também eram integrados



por espanhóis, mas com trajes, linguagem e costumes provenientes destas províncias e regiões. As leis e costumes espanhóis eram, portanto, completamente estranhas para estes soldados. Vários grupos de soldados nem sequer professavam a religião cristã, sendo quase todos considerados hereges e dissidentes da igreja. (ibidem, 1645)

O ambiente de desconfiança e desconforto entre a população catalã e os soldados, tornou ainda mais difícil a relação entre o Principado Catalão e a coroa espanhola, pois esta pretendia a todo o custo padronizar a administração e os impostos. Estas pequenas disputas e desentendimentos culminaram com a *Diputación da Catalunya* a oferecer ao rei francês Luis XIII, o título de Conde de Barcelona.

#### **1.4-Revolta dos Segadores**

No século XVII aconteceu uma das maiores revoltas que há memória na Catalunha, devido aos impostos terem aumentado e também á presença de soldados castelhanos no território. Esta revolta protagonizada pelos *Segedores*, (ceifeiros), e apoiada pela França, fica conhecida na história como “*A Guerra dos Segedores* “,pois são de facto os ceifeiros que lhe dão início. Ainda hoje, o Hino catalão refere o dia Corpo de sangue, dia do começo desta revolta, esperando que haja outro dia assim que leve à independência da Catalunha. Em 1640, o reino de Portugal torna-se independente de Espanha, no entanto, a Catalunha não conseguiu o mesmo feito, apenas consegue que em 1641 seja criada uma republica Catalã com o apoio da nação gaulesa. Em 1652 a França retira todo o seu interesse na Catalunha e renunciam ao seu domínio, não abrindo mão, todavia, do cantão de Rossilhão que fica sob a sua alçada. É ainda no ano de 1652 que a Catalunha volta a fazer parte do reino de Espanha. (Marques,2017,p.23)

*Catalunha, triunfante, voltará a ser rica e grande.*

*Atrás desta gente tão ufana e tão soberba.*

*Bom golpe de foice!*

*Bom golpe de foice, defensores da terra!*

*Bom golpe de foice!*

*Agora é hora, ceifeiros.*

*Agora é hora de estar alerta.*

*Para quando venha um outro junho*

*<sup>ix</sup>Amolemos bem as ferramentas*

Finalmente a *Diputación de Catalunya*<sup>x</sup> decidiu expressar a sua fidelidade ao governo espanhol. O conflito vai finalizar-se em 1652 com a clara vitória de Filipe IV e o seu perdão geral, que podemos ler na carta de D.Juan de Áustria, filho de Filipe IV, a 11 de outubro de 1652. Esta vitória por parte de Espanha foi alcançada sob o preço da perda de Rossilhão e da Cerdanha, que passou para o domínio francês por direito. Esta perda deveu-se sobretudo à traição inicial da Catalunha,

que se recusou a recrutar tropas para defender a sua fronteira, num momento em que a guerra dos trinta anos forçara a Espanha a reforçar as tropas em várias partes da Europa. (Magnoli, 2006,p.173)

*A entrada da França na guerra, ao lado dos protestantes, favorecia o interesse nacional francês, pois permitia-lhe incorporar as regiões da Alsácia e da Lorena, além de enfraquecer o principal inimigo dos Bourbon, a casa Habsburgo da Áustria e Espanha. (Magnoli,2006,p.173)*

Após a assinatura do tratado dos Pirenéus, em novembro de 1659, Luís XIV apressou-se a eliminar o regime foral tradicional substituindo-o pela legislação geral francesa. Em 1660 sai o decreto que ordena a separação de Rossilhão e Cerdanha de todas as instituições catalãs. Em 1670 o rei absoluto, “O rei sol”, proíbia o uso oficial do catalão por ser contrário à autoridade e à honra francesas. Contrariamente, Filipe IV não mexeu no regime foral catalão que permaneceu intacto.

Os catalães nas décadas seguintes continuaram a ser atacados pela França de Luís XIV, durante quarenta anos conflitos bélicos de maior e menor envergadura foram ocorrendo da fronteira Catalã, entre espanhóis e franceses. Os habitantes de Rossilhão foram sempre deixando claro que pertenciam a Espanha e era uma injúria considera-los franceses. (“1640: Guerra com Francia, los segadores y la mutilación de Cataluna”,2009,p.23)

## **1.5-Tratado de Vestefália**

Após o terminar da guerra dos trinta anos, (1618-1648), uma nova forma de poder mais equilibrada foi instituída, assim como uma nova configuração das relações internacionais. A participação da Espanha nesta guerra levou-a a um esgotamento de recursos, endividamento, isolamento, derrotas militares, fragmentação e a revoltas em Portugal, Catalunha e Nápoles. (Magnoli,2006,pp.174-175)

A Espanha apresentou-se em Vestefália muito debilitada a nível político e económico, pois vários reinos tornaram-se independentes do seu império, como a Holanda depois de uma disputa de quase 80 anos. A Espanha tinha perdido o poder no centro da Europa.

O tratado de Vestefália foi assinado em 1648 e marca o final da sangrenta guerra dos trinta anos. Este tratado é muito importante para a criação de uma nova ordem europeia moderna onde o estado-nação se sobrepõe aos dogmas religiosos medievais, em que o papado tinha um poder universal. Estes princípios religiosos medievais foram a sustentação e fundamento de muitas monarquias ocidentais. O sistema medieval de regulação dos estados iria desaparecer e seria implementado o sistema internacional de estados. (Magnoli, 2006, p.174)

*À derrota da corte ibérica seguiram-se várias rebeliões em regiões de sua dominação, particularmente na Catalunha, em Portugal e em Nápoles. A capacidade de Portugal enfrentar militarmente a Espanha e terminar vencendo, preservando sua autonomia nacional, deveu-se também ao apoio dos inimigos da Espanha, em especial a Inglaterra e os Países Baixos, que sustentaram o esforço da independência portuguesa finalmente reconhecida pela Espanha em 1652. (Magnoli,2006,pp.186-187)*

Segundo (Magnoli,2006), durante a conferência a Catalunha foi representada por Josep Fontanella, que com a sua persuasão tentou defender a necessidade de separar a Catalunha da monarquia espanhola. Este ponto também foi bastante defendido por Portugal e pelos Países Baixos, estes últimos, integravam a coroa castelhana e pretendiam abandoná-la. Em Portugal esta vontade foi logo expressa pela guerra da restauração. E no caso Catalão foi pela guerra dos segadores, já abordada. Tanto a Catalunha como os Países Baixos e Portugal conseguiram ter uma participação na conferência separadamente de Espanha, dado que a França acolheu ambas as delegações sob a sua alçada. Esta situação foi bastante vantajosa para estas três regiões pois não se veriam obrigados a assinar nenhum tratado ou resolução que não fossem vantajosos para eles. Os Catalães apresentaram-se na conferência mais divididos e com menos argumentos do que os portugueses, o que dificultou a tarefa de Fontanella. Esta divisão provinha da desconfiança que os Catalães tinham da França, visto que estes pretendiam anexar a Catalunha. Contudo, tanto portugueses como Catalães tiveram de aguentar, os primeiros até ao final da guerra da Restauração, e os segundos até ao final da guerra dos Segedores.

A guerra da sucessão espanhola refere-se aos conflitos armados que se iniciaram na europa, entre 1702 e 1714, devido à inexistência de herdeiros aquando a morte de Carlos II de Espanha, rei da Casa de Habsburgo. Devido ao testamento de Carlos II, Filipe V de Espanha, que era neto de Luís XIV de França, era o herdeiro ao trono. Começa assim a dinastia Bourbon no território espanhol, que já governava a França. A Guerra da sucessão termina de facto sem vencedores ou vencidos pois os estados intervenientes chegaram a um acordo. Luís XIV acaba por nomear Filipe d'Anjou rei de Espanha, no entanto, um bourbon no trono espanhol era preocupante para os restantes estados europeus, regidos por outras dinastias como a dos habsburgos.

A escolha feita por Luís XIV foi muito contestada, facto que iria tornar indispensável a nomeação de um substituto. Dessa forma surgiu a possibilidade de Luís XV assumir o trono de Espanha e França, acumulando poderes. Para reagir a esta possibilidade as restantes nações criaram a “Grande Aliança”, para fazer frente à nação ibérica. A “Grande Aliança” era constituída pela Áustria, Inglaterra, Holanda, Suécia, Dinamarca e os principados alemães. O tratado de Haia assinado em 1701 vai oficializar a sua criação, e no ano seguinte a guerra inicia-se. Durante os onze anos que durou a Guerra da sucessão espanhola quase todos os estados europeus foram mobilizados e várias frentes de batalha ocorreram pelo continente. O tratado de Utrecht (1713-1715) foi a solução para finalizar da guerra, nele a Espanha e a França assinavam uma série de acordos frente à Holanda e á Inglaterra. A Espanha teve de renunciar ao trono Francês fornecendo a ilha de Menorca nas baleares à Grã-Bretanha e o rochedo de Gibraltar aos Países Baixos e aos Austríacos. Foi ainda permitido aos ingleses o comércio ilimitado nas colónias espanholas na América. <sup>xi</sup>(Fernandes, (s.d))

A Guerra da sucessão foi também uma guerra civil em Espanha pois confrontou a Catalunha e outros países da coroa de Aragão com Castela.

*Em 1702 originou-se assim um conflito internacional em torno da sucessão da monarquia hispânica. Catalunha simpatizou com o arquiduque Carlos, pois oferecia mais garantias de preservar as Constituições Catalãs e, por isso, a oposição antiborbônica catalã assinou com Inglaterra, em 1705, o Pacto de Gênova, onde Inglaterra garantia que, fosse quem fosse o vencedor, Catalunha não perderia suas Constituições. Em novembro do mesmo ano, o arquiduque Carlos entrava em Barcelona e era proclamado rei pelo povo catalão e a Guerra de Sucessão passou a ser também uma guerra civil na península ibérica. (“11 de Setembro de 1714 Catalunha ocupada fim do Estado Catalão”,2011,para.1)*

Em 1707 perante a derrota dos aliados na Alemanha, os borbons entraram na península e ocuparam grande parte dos reinos de Valência e Aragão, assim como da Catalunha. Em 1711 morre Leopoldo I, pai do arquiduque Carlos, que o sucede. Após a paz de Utrecht, Filipe V assume o trono da Espanha e a Catalunha fica sozinha perante o poderio de França e Espanha. Em 11 de setembro de 1714 Barcelona, que se encontrava em estado de sítio, rende-se diante de um exército de 40 mil homens. As instituições catalãs são igualmente abolidas, a Generalitat, cortes e os Conselhos Municipais. Os borbons vão fechar a universidade da Catalunha e abrir uma nova em Cervera, o território catalão fica a partir daqui sob as leis e normas de Castela. (ibidem,2011,para.1)<sup>xii</sup>

## **1.6-Guerra do Francês**

Como refere Prada <sup>xiii</sup>(2014,para.3), quando a Revolução Francesa se iniciou a primeira atitude do rei Castelhana foi declarar guerra à França, em 1793, com receio que as ideias liberais se espalhassem no seu território. A guerra contra a França foi um fiasco e em 1799mManuel Godoy, um ministro muito importante na corte castelhana, decide fazer uma aliança com Napoleão contra a Grã-Bretanha. Em forma de resposta, Napoleão estende a sua guerra à Península Ibérica em 1808, durante a quarta aliança. Esta guerra é chamada “Guerra Peninsular” em Portugal, “Guerra da Independência” em Espanha, “Campanha Espanhola” em França e “Guerra do Francês” na Catalunha. Este conflito é chamado por nomes diferentes, pois é visto de forma diferente dependendo da nação em questão. No caso Catalão, a Guerra do Francês é vista como o materializar da invasão que a França não conseguiu fazer sobre o seu território.

A forte ocupação napoleónica fez com que várias cidades resistissem, e as primeiras movimentações bélicas serviram de base para um incentivo maior das populações. Antes das instituições catalãs perderem o seu poder foi elaborado em 1808, em Leida, o Conselho superior da Catalunha. A sua legitimidade residiu na representação que obteve em todas as demarcações territoriais, como um governo provincial. O seu objetivo era manter a ordem e a autoridade do capitão general e organizar uma resistência militar através das forças policiais e voluntárias,<sup>xiv</sup>*Somatenes* e<sup>xv</sup>*Migueletes*, e do resto do exército regular. A sua autoridade foi de encontro à dos capitães gerais, pois aconteceram várias derrotas, nomeadamente em Girona, Valls, Tortosa e Montserrat. Nos momentos mais difíceis recorreram aos Congressos Provinciais de forma a solucionarem os problemas financeiros e militares. (ibidem,2014,para.4)

A Catalunha participou igualmente nas Cortes de Cádiz onde foi redigida a constituição de 1812, por 17 deputados eleitos pelos vários territórios da junta e cidade de Barcelona, Tarragona, Cervera e Tortosa. Estes deputados além de estarem ao serviço da Catalunha estavam em missão pela nação, mas em Cádiz agiram como *lobby* para defender e orientar os interesses do principado. O conselho orientou-os de forma a criarem um governo efetivo para que as leis do reino inteiro fossem padronizadas. Era, no entanto, do interesse da Catalunha preservar as liberdades que tinha e recuperar as que havia perdido em 1714. (ibidem,2014,para.5)

A presença napoleónica na Catalunha foi, todavia, a mais longa que aconteceu em toda a Espanha, manteve-se de fevereiro de 1808 até junho de 1814. Esta ocupação realizou-se separadamente

for várias fases. Em primeiro lugar através da criação de um regime militar provisório e de um governo militar, depois através do desmembramento da Espanha, em 1810. Em terceiro com o militar Augereau e o seu processo de catalanização crescente, que começou e foi abandonado mais tarde por Macdonald. Finalmente conclui-se com a anexação da Catalunha ao Império Francês em 1812. (ibidem, 2014,p.5)

A crise a nível económico, as contribuições exigidas a nível de impostos e também a violência que se instituiu tornaram inviável o novo regime imposto pela França. Muito embora existissem alguns apoiantes do império Francês, pois muitos indivíduos foram convertidos aos ideais gauleses. Os catalães resistiram à sua maneira, apoiando-se nos valores tradicionais que adotaram: pátria, monarquia e religião que eram bastante distintos daquele que o seu invasor estrangeiro, e não religioso seguia. (Prada,2014,para.6)

*Ambos sentimientos patrióticos -catalán y español- no fueron contradictorios. Las victorias del Bruc y la defensa heroica de las ciudades catalanas sitiadas se utilizaron como paradigma de la resistencia española y catalana. Cataluña, en la Guerra del Francés, se mantuvo fiel a la causa común de España. (Prada,2014,para.8)*

Napoleão para aproveitar a abdicação do rei castelhano vai mandar o seu irmão governar Madrid e tenta uma guerra com Portugal. É neste seguimento que os reis portugueses fogem para o Brasil e logo depois uma ofensiva francesa é lançada sobre várias cidades catalãs, contudo, a união de Castela com a Inglaterra consegue expulsar Napoleão da Península. A guerra chegou a atingir os Países Catalães mas não teve uma grande repercussão visto que os Ingleses defenderam as Baleares com sucesso, e as invasões nem atingiram o país Valenciano. Apesar dos acontecimentos anteriores, muitas cidades do litoral Catalão souberam lidar com a ocupação francesa e aceitaram com agrado as ideias iluministas. Estas entranharam-se de tal forma na Catalunha que Fernando II evitou passar por Barcelona no final da Guerra por considerar os catalães um “afrancesados” (ibidem, 2014)

## **1.7-Catalunha contemporânea**

Como afirma Romão (2013,pp.1-4) os nacionalismos têm sido dos temas mais abordados e dominantes desde o século XIX em toda a Europa, e a Espanha não é exceção. Vários acontecimentos como as guerras mundiais, a unificação da Alemanha e Itália, entre muitos outros, estão fortemente ligados aos nacionalismos europeus. A Espanha é sem dúvida um velho Estado assolado pelos nacionalismos. É bastante paradoxal que na altura em que os Estados Europeus se estejam a consolidar, este país se retalhe cada vez mais. Eram bastante interessantes as diversas etnias que no início do século XIX existiam em Espanha, à semelhança do que acontecia em França. Este fracasso que foi a construção do Estado nacional espanhol moderno levou ao descontentamento de vários grupos externos, que se manifestaram contra o nacionalismo espanhol.

O estado-nação espanhol é uma realidade muito presente formada no final do século XIX. As primeiras reações de independência aconteceram na América Latina no início do século XIX, e levaram a que Cuba, Porto Rico e Filipinas alcançassem a independência em 1898. As primeiras independências não afetaram muito a Espanha, contudo, estes últimos casos tiveram uma grande repercussão do sentimento de união espanhola. Visto que ao longo dessas décadas a Espanha enquanto-nação foi-se fortalecendo, assim como o seu sentimento nacionalista. O nacionalismo espanhol está inerentemente ligado à consolidação do estado liberal e ao estabelecimento da cultura de massas no país. É com a constituição de Cádiz que o estado liberal espanhol tem o seu início e como outras nações liberais, é declarada a-nação como a base soberana do estado. (ibidem,2013,p.2)

Durante o processo de construção da Espanha como estado-nação já se puderam observar vários problemas que ainda persistem na Espanha contemporânea. Os fatores que dificultaram e dificultam a consolidação total da Espanha como estado-nação são bastante complexos. Isto porque, antes de se começar a falar na unificação da Espanha como estado-nação, os nacionalismos catalão, basco e galego já se haviam desenvolvido. O Estado espanhol era um pouco instável devido a diferenças no desenvolvimento das regiões, pois existia uma descoordenação entre o centro e as periferias. No século XIX a Espanha era um país que constitucionalmente tinha o poder centralizado, mas que na sua realidade a nível local as regiões tinham muita autonomia. Nuñez Seixas (como citado em Romão,2013,p.4) considera que o grande problema que enfraqueceu o nacionalismo espanhol, no século XIX, foi “a subsistência de características culturais diferenciadas em vários territórios nos quais o uso social de idiomas diferentes do castelhano (...) persistiu com muita força.”

Para hoje em dia a Catalunha e o país basco terem os seus nacionalismos tão vinculados a única explicação é que as etapas de edificação deles como nações modernas foram atingidas por completo. Entre elas uma economia regional desenvolvida e integrada, dinamismo e desenvolvimento urbano, uma forte opinião pública, uma educação regional ampla e a existência de meios de comunicação de massas. Estavam desta forma criadas as condições ideais para o desenvolvimento de outros nacionalismos em território espanhol. Os que se evidenciam com mais força são o basco, o catalão e, mais tardiamente, o galego. A Catalunha e o País Basco são os dois territórios que no panorama espanhol vão fazer sentir com mais força a sua individualidade, devido à sua vinculada identidade étnica e cultural. As razões para isto são: terem línguas próprias, posição estratégica junto aos dois únicos locais de passagem para França e a inexistência de um estatuto histórico de independência. Na Catalunha os fatores determinantes para o início do seu nacionalismo foram a língua, o direito e a história. (ibidem,2013,p.3)

A língua foi o elemento que serviu como rastilho para o início da formação de uma-nação. O Renascimento cultural catalão ocorreu na segunda metade do século XIX coincidindo com os nacionalismos na Europa. Foi necessário, todavia, a criação de uma entidade política catalã para que em simultâneo com o movimento cultural se iniciasse um projeto nacionalista. Após o fracasso do federalismo da Primeira República de Espanha (1873-1874) e a derrota do antiliberal carlismo em 1876, uma opinião pública crítica é formada. De notar ainda o forte desenvolvimento industrial que esta região alcançou durante o século XIX, como foi referido anteriormente.

No entanto, os partidos nacionalistas da Catalunha não se mantinham ao longo do tempo pois extinguíam-se. A<sup>xvi</sup> *Llega Regionalista* foi o partido mais importante da Catalunha, no início do século XX. Esta era bastante diferente do PNV (Partido Nacional Basco) e distanciava-se igualmente do

seu radicalismo, foi fundada em 1901, baseando-se mais no regionalismo, moderação e regeneração. A *Llega Regionalista* vai igualmente apoiar o primeiro movimento político e institucional da Catalunha, a <sup>xvii</sup>*Mancomunidad Catalana*. Em 1914 as funções desta instituição iniciam-se, no entanto, em 1925 durante a ditadura do general Primo de Rivera (1923-1930) é abolida. Quase em simultâneo as funções da *Llega Regionalista* são interrompidas, assim como as do *PNV*. É desta forma que os nacionalismos destas regiões periféricas perdem a sua vertente política, ficando apenas a contar com a sua dimensão cultural. (ibidem,2013,p.3)

O final da ditadura do general catalão Primo de Rivera (1923-1930) e a transição da monarquia para o regime republicano e democrático, deu origem a uma reestruturação dos nacionalismos basco e catalão. Isto processa-se sob a forma de mudança ideológica, ou seja, a <sup>xviii</sup>*Esquerra Republicana da Catalunya* (ERC), fundada em 1931, é elevada a principal partido da Catalunha substituindo a *Llega Regionalista* e mudando a ideologia política catalã para a esquerda. Por volta do ano 1930 realiza-se o pacto de *San Sebastián*, quando o regime monárquico se encontrava perto do fim. Este pacto era entre as principais forças republicanas da Espanha e veio dar mais espaço para que o nacionalismo catalão se fizesse sentir no território Espanhol. O *PNV* ao não querer integrar as negociações para a formação da república, de forma a atingir-se a autonomia catalã, vai dificultar ainda mais as aspirações da Catalunha neste domínio. É de facto com a implantação da segunda república espanhola, em 1931, que os nacionalismos foram mais tidos em conta pela Espanha. (ibidem,2013,p.4)

*Esta prudência vê-se refletida na nova Constituição, que entra em vigor nesse mesmo ano e que permite o estabelecimento de autonomias regionais, mediante um complexo processo de aprovação dos respetivos estatutos (Constitución de la República Española, 1931). Estas autonomias foram idealizadas tendo em vista as realidades catalã, basca e galega. (Romão,2013,p.8)*

Apesar de todos os esforços, apenas a autonomia catalã é aprovada em 1932. E além de todo o cuidado que os homens do Estado tiveram com a transição para a segunda república e com a redação do texto constitucional, a direita nacionalista nunca concordou com o estabelecimento de autonomias políticas a estas regiões periféricas. Juan Fusi (como citado em Romão,2013,p.9) afirma que o nacionalismo espanhol na sua vertente mais unitária, acha inadmissível a solução constitucional de 1931. Esta oposição às diversas autonomias fez-se sentir com mais intensidade quando a *Confederación Española de Derechas Autónomas (CEDA)* em coligação com partidos menores, ganham as eleições em 1933. Estes apesar de não entrarem logo para o governo vão dificultar a afirmação das autonomias, que estavam a decorrer. Entretanto é formada a *Frente popular* (coligação de partidos e sindicatos da esquerda espanhola) acabando por vencer as eleições, em 1936, a pouco tempo do início da Guerra Civil. Os nacionalismos da Catalunha e do País Basco já se tinham juntado à esquerda, pois a direita estava relacionada com o nacionalismo unificador espanhol.

Com a esquerda no poder, a direita vai radicalizar a sua posição o que faz com que o general Francisco Franco realize um golpe militar a 18 de julho de 1936. Contudo este golpe não é bem-sucedido e o país entre em clima de Guerra Civil, nos três anos seguintes. Após esta Guerra, segue-se um longo período de 40 anos onde a Espanha vê instaurada uma ditadura de extrema-direita nacionalista. (ibidem,2013,p.8)

O regime Franquista foi instituído durante a 2ª Guerra Mundial e vai sobreviver à grande guerra. Os seus ideais assentam num nacionalismo exagerado, não tolerante para com outras ideologias e num catolicismo conservador. Durante o período do franquismo os nacionalismos alternativos vão ser proibidos e as manifestações culturais e políticas reprimidas. Assim como uma forte centralização do território que pôs fim à, até então, descentralização da República. Os anos do franquismo não foram, todavia, homogêneos existindo variações nas ideologias políticas, sociais e até mesmo económicas. (ibidem,2013,p.8) Após os anos que se seguiram à queda do nazismo, seguiu-se um período de desenvolvimento e crescimento económico e de integração na esfera internacional. Os nacionalismos basco e catalão foram-se mantendo sempre idênticos, exceto a partir de 1960 onde ambos começaram a ter mais atividade e crescimento. Após a morte de Franco em 1975 é iniciada uma transição do regime ditatorial para uma democracia pluralista de cariz ocidental. Ao contrário das forças armadas portuguesas, responsáveis pelo 25 de Abril um ano antes, as forças armadas espanholas, que constituíam a base do franquismo, eram o seu alicerce.

Qualquer mudança devia ser levada calmamente pois o país ainda tinha presente a memória da Guerra Civil. Em 1976 Adolfo Suárez chega ao poder depois de integrar o regime franquista, e cabe a ele a difícil tarefa de instaurar uma democracia em Espanha. Inicia-se um processo bastante tranquilo que vai dar origem às cortes franquistas, sem bases de representação democrática, onde é aprovado um texto que quando referendado e aceite seria chamado, Ley 1/1977, e que levaria a uma forte reforma política. Todos estes avanços desbravaram caminho para a realização das primeiras eleições democráticas que ocorrerem na Espanha, em 40 anos. (ibidem,2013,p.9)

Após as eleições de 1977 iniciou-se a redação de uma constituição, que se tornou o principal trabalho da cena política. É com este texto que um novo modelo de estado vai ser criado. Os redatores vão ter que legislar em relação ao território e aos nacionalismos do território espanhol, tão reprimidos durante o franquismo. Com a constituição de 1978 a Espanha transformou-se a muitos níveis, mas acima de tudo, esta constituição tornou mais real e palpável o consenso político entre os nacionalismos espanhóis e subnacionalismos.

Nessa altura a organização política e identitária da Espanha era bastante pacífica. De um lado estava a *Alianza Popular (AP)*, que tinha bases franquistas e unitárias, e do outro haviam os nacionalistas bascos e catalães, que derivavam de moderados a radicais. As últimas eleições foram ganhas pela *Unión de Centro Democrático (UCD)*, composta por vários grupos franquistas moderados. Estes esperavam uma mudança e iam desde liberais, democratas cristãos a conservadores. Apesar das suas inúmeras posições liberais e mais abertas, a UCD também era apoiante do espanholismo. (ibidem,2013,p.11)

Nestes primeiros tempos, os dois partidos mais à esquerda o (PSOE), *Partido socialista Obrero Espanhol*, e o *Partido Comunista de Espanha (PCE)* estavam mais inclinados para uma via federal, ideia que já defendiam durante o franquismo quando ainda eram ilegais. À medida que a constituição foi evoluindo as suas ideias tiveram que se adaptar um pouco, quase como num papel apaziguador entre o Espanholismo, representado pela direita e centro-direita e pelos nacionalismos basco e catalão. O processo de evolução constitucional abordou temas como pluralidade linguística ou distribuição territorial e também a questão dos subnacionalismos, que queriam ver-se representados como se fossem nações independentes se tratassem. Os nacionalistas espanhóis rejeitavam esta opção por considerarem que poderia ser o caminho para a sua autodeterminação, enquanto estados independentes. (ibidem,2013,p.11)



Chegaram por fim a uma solução bastante flexível, em que reconheciam por um lado a Espanha como uma nação unitária e por outro a existência de várias nacionalidades periféricas. Tentou-se basicamente conciliar dois conceitos bastante diferentes, apesar das consequências que daí poderiam advir. A decisão tomada, apesar de um pouco paradoxal, permitiu solucionar grande parte dos problemas e ansias das regiões com nacionalismos históricos (País Basco, Catalunha e Galícia). É necessário esclarecer que apesar de a Espanha estar a cumprir os requisitos democráticos era ainda muito controlada pelas forças armadas, que foram o grande alicerce da ditadura franquista. Desta forma se explica o poder que possuía a *Alianza Popular*, um partido que se havia fundado na transição do regime ditatorial para o democrático, e que ainda gozava de algumas das características do anterior sistema. A câmara baixa do parlamento finalmente aprova a nova constituição a 31 de outubro de 1978, os nacionalistas catalães votam a favor desta. Apesar de tudo, todo o *PNV* absteve-se devido à desconfiança que depositavam e que continuariam a depositar na recém-criada constituição. (ibidem,2013,p.12)

No que respeita à ratificação da Constituição, que se afirmou como a segunda consulta popular do processo de transição, os nacionalistas moderados bascos mantêm a posição neutra de abstinência e os radicais fazem campanha a favor do voto contra. Na Catalunha os nacionalistas moderados apoiam o voto a favor e a *Esquerra Republicana de Catalunya* é partidária do voto contra. Esta intransigência do nacionalismo Basco já se tinha feito sentir na altura da segunda República, passados quarenta anos, esta região continua a mostrar a sua dúvida a projetos que queiram constituir a Espanha unida. (ibidem,2013,p.12)

Apesar das várias opiniões, a constituição é aprovada pela maioria dos espanhóis o que significou um novo modelo de estado a entrar em vigor. No entanto, no artigo 143º dessa mesma constituição é chamada a atenção para as comunidades autónomas e para os seus distintos estatutos de autonomia. Apesar de algumas nacionalidades históricas serem mais acentuadas como a catalã e basca a constituição abrangeu no seu estatuto autonómico todo o território espanhol, para não terem mais problemas com reivindicações futuras. Iribarren (como citado em Romão, 2013,p.15) afirmou que “Os anos que se seguiram à ditadura foram de grande atividade violenta, com grupos de extrema-esquerda e de extrema-direita a provocarem centenas de vítimas através de atentados terroristas. São os denominados “anos do chumbo”, nos quais, como veremos abaixo o nacionalismo radical basco da ETA é particularmente ativo.” Estes acontecimentos fazem com que o governo de Adolfo Suárez sofra bastante descrédito pois devido à violência foi-se perdendo cada vez mais as expectativas, na sua eficácia e controlo. Foi a partir deste descontentamento, que surgiu o golpe militar de 1981.

Após várias tentativas falhadas, e mesmo depois de Suárez já ter saído do governo, um conjunto de guardas sequestram vários deputados no dia da reunião para a eleição do novo presidente do governo. No entanto, esta tentativa sai sem frutos pois os militares obedecem ao apelo do chefe de estado, Juan Carlos Borbón, para cessarem com esta revolta e tudo termina na manhã seguinte. Este ato foi uma demonstração do extremo nacionalismo espanhol que as regiões autónomas da Catalunha e do País Basco reprimiram seriamente. (ibidem,2013,p.12)

No final dos anos 70 e inícios dos anos 80 os processos de autonomia dos territórios catalão e basco foram-se desenvolvendo. Através da aprovação dos seus estatutos autonómicos, da realização de referendos regionais de aprovação e da entrada em funções dos órgãos de autonomia. É desta maneira que, nos 20 anos seguintes, os nacionalismos moderados vão liderar politicamente nestes dois territórios espanhóis. Claro que com algumas interrupções mas com

uma constância que lhes permitiu criar um projeto ideológico e edificar uma caminhada política. (ibidem,2013,p.14)

Balfour e Quiroga (como citado em Romão, 2013,p.16) afirmam, que como parte do seu projeto político, os governos catalão e basco usaram as instituições que tinham à sua disposição para transmitirem para o povo identidades nacionais, alternativas à Espanha. Os setores em que as governações nacionalistas mais trabalharam foram a língua, a educação e a cultura típicas daquelas regiões. Tudo isto para que a identidade nacional crescesse mais rapidamente no seio da população.

Até ao final do ano de 1983 são iniciados e aprovados cerca de 17 estatutos de autonomia para outras comunidades, isto porque, as restantes regiões também sentem a necessidade de acompanhar os feitos e reivindicações catalãs e bascas. Apesar destas comunidades terem conseguido alcançar um certo grau de identidade e poder através de vários símbolos próprios que a sociedade acaba por incorporar, nunca chegarão a alcançar o grau de autonomia do País Basco, da Catalunha, ou até da Galiza. Com a chegada da década de 90 vieram as derrotas dos partidos que tinham ganho as eleições, após a transição da ditadura para o regime constitucional, sem dar qualquer hipótese à oposição que se afundava em casos de corrupção. (ibidem,2013,p.14)

Apesar das várias alterações que ocorreram, a entrada da Espanha na democracia não ajudou, em nada, os nacionalismos catalão e basco, pois na constituição de 1978 estes locais têm estatutos de autonomia que definem estas supostas nações como regiões. Neste seguimento, tanto a língua Catalã como a basca são consideradas como cooficiais, pois a única oficial é o castelhano, ou seja, tem uma importância maior. Devido a estes fatores, tanto a Catalunha como o País basco apresentaram mais recentemente ao governo espanhol novos estatutos, que tinham como finalidade que o Estado Espanhol reconhecesse a autodeterminação destas regiões. No particular caso da Catalunha era requerido mais autonomia para o governo catalão, o reconhecimento da Catalunha como uma nação independente e o reconhecimento do catalão como língua oficial e de grande importância. O governo de Zapatero afirmou que iria apoiar o estatuto de autonomia que o governo catalão votasse e referendasse. (*“Estatuto de Cataluña: siete recursos y cuatro recusaciones”*,2010)

Este novo estatuto que o povo catalão passou em referendo vai tornar a Catalunha numa nação, contudo Mariano Raroy envia o texto para o Tribunal Constitucional que o altera em 50% do seu conteúdo. Este ato foi tido como uma negação da Catalunha como nação, o que mais não fez do que abrir as portas para a luta pela independência que este território irá travar daqui em diante. <sup>xix</sup>(Marques,2017,para.1)

Isto levou a manifestações nas ruas em Fevereiro de 2006, que foram muito acompanhadas pelos meios de comunicação que repetiam várias vezes o lema ”somos uma nação, e temos o direito de decidir”. Um ano mais tarde, é criada uma plataforma do cidadão que vai arrecadar assinaturas nas ruas de forma a requerer ao parlamento espanhol a possibilidade de realizar referendos. Em 2009, para mostrarem o descontentamento com as alterações feitas pelo constitucional ao estatuto várias associações civis realizam um referendo consultivo. Pouca gente aderiu visto que este referendo não tinha carácter oficial, mas o resultado foi a vitória do sim.

Um novo problema acabou por se estabelecer devido à criação do estatuto que proibia os deputados catalães de falarem catalão no parlamento (existiram até casos de detenções nas ruas por algumas pessoas usarem o catalão para se exprimirem). Isto instalou-se desde que o estado

espanhol retirou o estatuto de língua veicular ao catalão, e durante o processo de independência muitas foram as críticas. Visto que nas escolas catalãs não se podia ensinar o catalão aos alunos, e muitos professores continuaram a utilizá-lo. (ibidem,2017,para.1)

Com a crise económica muitos são os cidadãos espanhóis que saíram à rua em protesto e em forma de movimentos, como por exemplo os *Indignados*. É com a entrada do partido “Podemos” na política espanhola, liderado por Pablo Iglesias, que finalmente existe um partido a favor da independência da Catalã e que se assume a Catalunha e o País Basco como nações. Iglesias propôs até a realização de um referendo de autodeterminação, proibido pelo governo espanhol. Ao podemos junta-se a CUP (Candidatura de União Popular), que é totalmente independentista, e que vai conseguir aceder ao parlamento catalão, apesar das críticas por ser um partido comunista. (ibidem,2017,para.1)

Quando Mariano Raroy reprovou o Pacto Fiscal, Artur Mas, chefe do governo da Catalunha, apelou ao povo Catalão para sair à rua e se manifestar a 11 de setembro de 2012. No fundo a estratégia do diálogo da Catalunha tem-se repetido bastante ao longo dos anos. A sociedade Catalã pretendia que Madrid autoriza-se que um referendo de autodeterminação fosse realizado. Mariano Raroy não o permitiu alegando que a Espanha não é um país divisível e que a Catalunha não é uma nação. (ibidem,2017) A 11 de setembro de 2013 é aprovado no parlamento catalão uma Declaração de Soberania, onde fica assente que este se compromete a escutar a voz do povo e as suas necessidades. Isto de forma a encaminhar o futuro das negociações para um referendo válido de autodeterminação da região. Para que esta situação ficasse minimamente resolvida o partido socialista espanhol vai propor uma reforma na constituição, para tornar a Espanha um país federal. Esta solução agradava bastante a uma percentagem da população catalã. De qualquer das formas, Raroy não aceita de novo esta reforma da constituição.

Neste seguimento, o partido Podemos propõe um referendo de autodeterminação mas o partido socialista não o vai aceitar, pois não reconhece o estado catalão como uma nação. O presidente espanhol Aznar, em declarações públicas, afirmou que qualquer referendo em território catalão não passa de uma ilegalidade. Em 2012 realizam-se eleições com o tema “Direito a Decidir”, um ano mais tarde, é assinado o Pacto Nacional pelo Direito a Decidir, que serve como prova de que a população queria um referendo. O proibicionismo para com a realização de um referendo levou os catalães a realizarem um refendo camuflado com outro nome, “Consulta Popular”, que muito desagradou ao unionismo espanhol. O governo espanhol, por sua vez, tentou travar o referendo com ataques informáticos, obtendo sucesso, pois do total de população que se esperava apenas uma mínima parte foi votar. (ibidem,2017,para.2)

Raroy decide apresentar queixa contra o presidente da Catalunha, até que em 2017 este é condenado a dois anos de inelegibilidade política para executar cargos públicos. Meses depois é obrigado pelos tribunais a pagar 5,25 milhões de euros, pela realização do referendo. Raroy durante o seu tempo de governo tem respondido sempre com os tribunais e com severidade à causa independentista catalã, mesmo após o antigo governo de Zapatero ter despenalizado o referendo. (ibidem,2017,para.2)

Em 2015, os partidos favoráveis à independência o CUP, a ERC e o CIU tiveram de organizar em conjunto umas eleições referendárias, pois estavam inviabilizados de realizar um referendo. Neste seguimento, a 11 de setembro de 2015, Barcelona voltou a ser o lugar escolhido para a manifestação de várias pessoas que encheram as ruas da cidade por vários quilómetros, e mesmo assim, o governo catalão foi chamado a responder por este acontecimento. Os partidos pro

independência uniram-se com a sigla “Junts Pel Sí”. Aliás, uma das maiores críticas dos opositores à independência da Catalunha foi a afirmação de que existia, na sombra, uma maioria da população Catalã que não desejava a independência, e que não se manifestava. Contudo a 11 de setembro de 2015 a participação da população chegou a 77,45%. (ibidem,2017,para.3)

Os partidos que apoiavam o “sim”, ou seja, o unionismo espanhol, ganharam com maioria absoluta mas mesmo assim a percentagem que votou pelo independentismo estabeleceu-se nos 48%, o que levou vários países a afirmarem que a Espanha estava com um problema político. Após as eleições o presidente Artur Mas viu-se obrigado a renunciar ao cargo, visto que era o sucessor de Jordi Pujol, político marcado por casos de corrupção que vieram a afetaram o atual presidente. Algum tempo depois, existiriam três voltas eleitorais na Espanha, algo muito invulgar para o país. Mariano Raroy do partido popular ganhou todas as voltas, mas sem maioria, necessitando assim do apoio de outro partido. A questão principal das eleições era principalmente a questão Catalã e Basca. E o Podemos não iria realizar uma investidura a um presidente que não apoiasse um referendo pela causa catalã. (ibidem,2017,para.3)

A 11 de setembro realizou-se uma manifestação com cerca de um milhão de manifestantes, e apesar de este número ter baixado, nenhum movimento cívico europeu conseguiu reunir tais proporções até à data. Com a eleição do novo presidente, a Catalunha começou a pensar na possibilidade de criar uma república catalã. Para a formação dessa república criou-se um sistema de segurança social, assim como um Banco Central Catalão, é criado ainda o primeiro ministério dos assuntos estrangeiros e estuda-se a possibilidade de realização de um referendo vinculante para o mês de outubro. É apresentada ainda uma nova constituição e modelos de democracia semelhantes ao da Dinamarca e Suíça. Em relação ao referendo de Outubro Raroy faz um apelo à justiça e esta proíbe a realização do referendo por ser ilegal, assim como proíbe qualquer tipo de propaganda ou informação para promover este acontecimento. Apesar de existir muita gente contra o referendo, em solo catalão. (ibidem,2017,para.4)

*Hacia las 18 horas de la tarde eran una treintena de personas las que se han concentrado delante del edificio de Cibeles donde el Govern catalán ha presentado la oferta de referéndum pactado con el Estado. Pero a la salida – alrededor de las 19.15– eran casi unas cincuenta las que ondeaban banderas españolas franquistas, pancartas contra la independencia de Catalunya y folletos reclamando la absolución de los condenados por el ataque a Blanquerna el año 2013. "Ladrones", "unidad nacional", "España una y no 51", "Puigdemont a la prisión por traidor" o "Rajoy, traidor, defiende a tu nación", eran las consignas que chillaban a todo aquel que salía del consistorio.<sup>xx</sup>*  
(“Gritos de separatistas terroristas”,2017,para.2)

São enviados polícias para as ruas para impedir a campanha do “Sim”, sites de campanha são boicotados e isto tudo num clima de forte repressão policial. Vários autarcas foram pressionados para impedirem a realização do referendo e o governo espanhol advertiu vários países da Europa, para não o reconhecerem. No dia do referendo (1 de outubro de 2017) a polícia usou a violência contra os eleitores, o que dificultou bastante a realização do referendo mas não chegou a inviabilizá-lo. Cerca de 800 pessoas ficaram feridas, mas aproximadamente de 62% da população votou e o “Sim” ganhou com 90,09%. (ibidem,2017,para.4)

A população catalã e comunidade internacional reprovam a violência com que a polícia espanhola atuou na Catalunha. A 20 de setembro de 2017 a polícia espanhola, de modo a travar o referendo, prende vários políticos independentistas do governo catalão, incluindo o secretário-geral da economia, pois pretendia encontrar e confiscar material que se destinaria a realizar o referendo. Depois deste ataque ao governo catalão iniciou-se uma resposta a vários níveis, jamais sentida antes pela Espanha. Até a imprensa espanhola teve dificuldade em trabalhar em território catalão

pois era acusada de ser tendenciosa e manipuladora. Neste seguimento, milhões de pessoas manifestaram-se nas ruas pela libertação dos presos políticos, entre eles de Jordi Sànchez e Jordi Cuixart. Mesmo após o referendo tanto a população espanhola como a população catalã encontravam-se extremamente divididas. Prova disto foram as várias manifestações, tanto de cariz unionista como independentista, que ocorreram em Madrid e em Barcelona. (ibidem,2017,para.6)

Carles Puigdemont, após o resultado do referendo, queria entrar em negociações com o governo espanhol que negou terminantemente esta possibilidade, apesar das múltiplas sensibilizações da comunidade internacional. A 10 de outubro de 2017, Puigdemont declarou a Independência da Catalunha, contudo fez com que o parlamento catalão suspendesse os seus efeitos legais para que um diálogo com Madrid pudesse ser realizado. Raroy rejeitou qualquer negociação pois afirmou que entre a lei e a ilegalidade não há diálogo possível e deu cinco dias ao governo catalão para retirar a declaração de independência. Propôs ainda uma reforma da constituição, mas não nos campos da despenalização de referendos e da autodeterminação. (ibidem,2017,para.6)

Raroy assumiu o papel de impedir a organização de partidos políticos adversos ao unionismo, e ao governo espanhol. O governo catalão não acabou com a declaração de independência e deu por sua vez dois meses ao governo espanhol para acabar com a repressão, antes que a suspensão da independência fosse levantada e tudo se torna-se oficial. Ato que chegou mesmo a acontecer algum tempo depois, ficando a independência declarada. No entanto vários governos Europeus, incluindo o Francês e o Belga, não reconheceram a independência da Catalunha. A União europeia foi sensibilizada a intervir, caso as negociações entre a Espanha e a Catalunha fracassassem, pois a partir do caso catalão outras regiões europeias poderiam emancipar-se, correndo a Europa o risco de se retalhar ainda mais. Após a declaração de independência, várias empresas espanholas e catalãs retiraram a sua sede da Catalunha e estabeleceram-se em Madrid e noutras zonas do mundo.

No decorrer dos acontecimentos, o governo espanhol acionou o artigo 155 da constituição espanhola de 1978. Isto na prática significou a dissolução do governo regional catalão por Mariano Raroy, pois não aprovava o seu conselho executivo. Foram ainda marcadas eleições regionais para o dia 21 de dezembro de 2017.

Carles Puigdemont pediu aos catalães para se oporem às consequências do artigo 155, no entanto, a república catalã não foi reconhecida pela maioria da comunidade internacional, que considerou a Catalunha como apenas uma região de Espanha. Devido ao governo de Espanha acusar Carles Puigdemont de rebelião, a Bélgica deu-lhe asilo político por adivinhar as consequências deste ato. A justiça espanhola ainda prendeu metade do governo catalão, devido à realização ilegal do referendo de autodeterminação, ato este que fez com milhares de pessoas se manifestassem nas ruas para que os políticos fossem soltos. Puigdemont fez-se acompanhar de alguns membros do governo a Bruxelas, aceitando as eleições impostas por Madrid por considera-las mais um plebiscito à autodeterminação catalã. (ibidem,2017,para.6)

## **1.8-História e evolução das constituições espanholas**

Em relação à pertinência para com o tema a tratar apenas será abordada a história constitucional espanhola a partir da constituição de 1978, ou seja, a primeira constituição elaborada após o regime franquista.

A transição espanhola é o período durante o qual a Espanha passa de um regime ditatorial para um sistema constitucional que coexiste um Estado social, democrático sob a forma de uma monarquia constitucional e parlamentar. Este período tem início com a morte do ditador Francisco Franco, a 20 de novembro de 1975, e vai até ao dia 22 de novembro, data em que Juan Carlos I de Bourbon foi nomeado pelas cortes. Após estes eventos, um conselho de regência assume temporariamente as funções de dirigir o Estado. (Agüero,2000,pp.55-61)

Juan Carlos vai manter Carlos Arias Navarro, ex-presidente do governo franquista, como Presidente do então governo democrático, contudo as diferentes ideologias e objetivos professados pelos dois vão dificultar as mudanças e a transição democrática a efetuar. Navarro demitiu-se em julho de 1976, esse cargo que viria a ser ocupado por Adolfo Suárez que se encarregou de iniciar um diálogo com os vários partidos e movimentos sociais, de forma a atingir a meta que seria instaurar um regime democrático na Espanha.

A solução foi criar uma *Lei Fundamental*, esta reforma política á constituição era a oitava na legislação espanhola. Acabou por ser aprovada nas cortes, e submetida a referendo a 15 de dezembro de 1976. Para efeitos legais, esta só ficou promulgada a 4 de janeiro de 1977. Esta lei continha a anulação implícita de partes do sistema político franquista, isso vinha descrito em cinco artigos e na comunicação de eleições antecipadas e democráticas. Estas eleições viriam a ocorrer a 15 de junho de 1977 e seriam as primeiras democráticas, desde que a Guerra civil assolou a Espanha. Foram ganhas pela União de Centro Democrática que se encarregou de formar um governo. (ibidem,2000,p.57)

Foi a partir destes acontecimentos que se iniciou o processo de elaboração de uma nova constituição, que substituiu a de 1931. No dia 6 de Dezembro de 1978 foi aprovado em referendo a nova constituição espanhola, entrando em vigor a 29 de Dezembro. Esta lei fundamental da Espanha pode considerar-se como uma consequência da transição democrática deste país, muito influenciada pela revolução dos cravos ocorrida em Portugal, a 25 de Abril de 1974. Por sua vez, a Espanha realizou a transição pela via de um pacto abrindo, cada vez mais, o até então regime autoritário, após o falecimento do ditador Francisco Franco em 1975. Isto apenas foi possível com o unir de esforços das forças democráticas, para atingirem um acordo, para que se conseguisse transitar pacificamente de uma ditadura para uma democracia, através da abertura e criação de novas políticas, eleições e leis. (ibidem,2000,p.57)

*Desse carácter pactuado resultou não somente o forte consenso político do processo constituinte (culminando com a ratificação da Constituição em referendo nacional), mas também as suas opções políticas fundamentais. Entre elas contam-se a monarquia parlamentar como forma de Estado e de governo (no que a esquerda abdicou das suas arreigadas tradições republicanas), o Estado democrático e social de direito, um forte compromisso com os direitos fundamentais, incluindo os direitos económicos, sociais e culturais, uma economia de mercado aberta à intervenção pública, um parlamento bicameral, incluindo um senado de representação territorial, e, em último lugar, mas não de menor importância, o reconhecimento do direito à autonomia política das "nacionalidades e regiões."*<sup>xxi</sup> ("Nos Trinta anos da Constituição espanhola",2008,para.4)

No preâmbulo da constituição espanhola vem bem explícita a proclamação de um Estado social, democrático e de direito onde a liberdade, a justiça, a igualdade e a pluralidade dentro do campo político se apresentam como os maiores valores no campo jurídico. É ainda designado que o poder reside no povo e que daí em diante é estabelecida uma monarquia parlamentar, sob a forma de um governo. Neste texto constitucional afirma-se a unidade de toda a nação espanhola, e de todos os espanhóis, contudo reconhece o direito de as diversas regiões terem autonomia e autodeterminação e de serem solidárias umas com as outras.

*La Constitución se fundamenta en la indisoluble unidad de la Nación española, patria común e indivisible de todos los españoles, y reconoce y garantiza el derecho a la autonomía de las nacionalidades y regiones que la integran y la solidaridad entre todas ellas. (Constitución española, 1978, art.2)*

No artigo 138º da Constituição espanhola é ainda realçado o princípio da solidariedade e igualdade territorial, conseguido através de um equilíbrio económico justo em todo o território espanhol. Ou seja, todas as comunidades espanholas continentais e insulares devem ver as verbas governamentais bem distribuídas entre si. As diferenças de estatuto que existem entre as regiões autónomas, não devem nunca significar uma diferença na distribuição dos privilégios económicos e sociais. Os artigos 64º e 65º resumem o poder do rei pois os seus atos têm de ser aprovados pelo Presidente de Governo, ou seja o primeiro-ministro, e se necessário de ministros entendidos. Como referido no artigo 99º, a dissolução e nomeação de Presidente do governo são aprovadas pelo Presidente do Congresso dos deputados. O primeiro-ministro e os outros ministros são responsáveis por confirmar e aprovar os atos do rei. Segundo o artigo 56º o rei é o maior representante do estado espanhol, visto que é o seu chefe de estado responsável por manter a sua unidade e permanência. O rei controla e regula o funcionamento das instituições e representa o estado espanhol em eventos internacionais, principalmente em nações que tenham afinidade histórica com Espanha. Algumas das funções que exerce estão atribuídas à própria constituição e leis, daí a importância desta figura.

Os espanhóis completam a maior idade quando atingem os 18 anos, conforme vem explícito no artigo 12º. Assim que atinjam a maioridade, os cidadãos podem votar por sufrágio universal qualquer representante do povo nas cortes. Estas são constituídas por duas câmaras, o Congresso dos Deputados e o Senado. (ibidem, 1978)

A separação dos poderes legislativo, executivo e judicial é a base do sistema político espanhol. O poder legislativo está ligado a estas duas câmaras. No entanto, o congresso dos deputados está mais ligado a este poder (legislativo), visto que é o principal responsável pela investidura (nomeação) do primeiro-ministro, podendo lançar moções de censura e confiança. Contudo, tanto um órgão institucional como o outro exercem uma fiscalização política sobre o governo, através medidas parlamentares. O governo espanhol, cujo primeiro-ministro é nomeado pelo Congresso de deputados, vai comandar o poder executivo assim como toda a administração pública. Os membros constituintes do governo são designados pelo primeiro-ministro, estes formarão junto com ele o conselho de ministro, este órgão representa o expoente máximo do poder executivo. (ibidem, 1978)

Na constituição espanhola, artigo 108º, é referida a responsabilidade do governo perante o parlamento, ou seja, a importância do governo responder e agir solidariamente na sua gestão

política, diante o congresso dos deputados. Este tem a autoridade de o destituir em bloco, através de uma moção de censura. Quando a moção de censura é lançada já existe um substituto. Este substituto é imediatamente nomeado chefe de governo.

*1.La justicia emana del pueblo y se administra en nombre del Rey por Jueces y Magistrados integrantes del Poder Judicial,independientes, inamovibles, responsables y sometidos únicamente al imperio de la ley. 2.Los Jueces y Magistrados no podrán ser separados, suspendidos, trasladados ni jubilados, sino por alguna de las causas y con las garantías previstas en la ley. (Constitución española,1978,art.117)*

O poder Judiciário, ou seja, o poder de julgar através das regras constitucionais e leis criadas pelo poder legislativo, pertence e reside nos juízes e no Conselho Geral do Poder Judicial. Este conselho geral de juízes é o órgão máximo onde o poder judiciário é administrado. Deste modo, o tribunal constitucional é responsável por controlar as leis e policiar o atuar da administração pública, para que esta se adeque o máximo possível à sua última Carta Magna.

Foi através de esta elaboração constitucional, com base no consenso, que se instaurou e implantou a democracia atual espanhola, com a criação das comunidades autónomas, mudança do partido no poder (com a chegada do PSOE ao governo em 1982), ou a integração na União Europeia juntamente com Portugal em 1985. A juntar a isto, notou-se uma modernização e inovação ao nível económico e social, o que tornou a Espanha numa economia em rápido crescimento. (ibidem,1978)

A transição realizada pela Espanha, em forma de pacto, foi tão repentina que o regime autoritário desintegrou-se rapidamente e não houve tempo para reparar os danos, que a ditadura e a horrenda guerra civil provocaram na vida dos espanhóis. Assim como das vítimas que esta última ceifou. Após estes mal-estares políticos, em 1981, ocorreu uma tentativa de golpe de estado, realizada pelos militares ao Congresso dos deputados e também os repetitivos ataques da ETA. A juntar a estes problemas instalam-se cada vez mais os nacionalismos das regiões periféricas, que se começam a afirmar e a posicionar contra a constituição vigente, isto faz com que a estabilidade e coesão nacionais sejam fortemente abaladas. (Agüero,2000)

Apesar destes obstáculos no percurso é de notar a estabilidade que se manteve durante os trinta anos da constituição de 1978, que desde a sua criação não sofreu qualquer alteração de relevo. Para a constituição se manter assim, quase inalterada, contribuiu a abertura das suas normas e o carácter extremamente compromissivo, além da dificuldade na revisão desta (que pode requerer até a realização de um referendo). A juntar a isto, é importante referir a enorme jurisprudência ao nível constitucional que foi estudada para que este texto se adaptasse condignamente à adesão espanhola à CEE, ao Tratado de Maastricht, ao tribunal Penal internacional entre outros processos.

Existem, contudo, vários aspetos que figuram na constituição que têm vindo a ser discutidos na opinião pública como sendo passíveis de alteração ou revisão. Entre eles, estão a representatividade a nível territorial do senado que devia ter como pilar as comunidades autónomas e não as províncias, a predileção da monarquia para a sucessão masculina no trono, a



distribuição de competências entre o estado e as comunidades autónomas entre outras. (ibidem,2000)

Todavia, o ambiente de forte tensão que se vive na Espanha devido ao seu descentralismo, pode sem dúvida, significar mais conflitos constitucionais que podem traduzir-se em uma estagnação ao nível da atualização constitucional, por tempo indefinido.

A constituição de 1978 foi a sétima constituição espanhola, desde a pioneira e pouco duradora Constituição de Cádiz de 1812. Esta constituição é das mais estáveis da história da Espanha e a constituição democrática mais duradoura, após o fracasso que se tornou a constituição da II república (1931-1939). Não fossem os vários problemas crónicos instituídos na sociedade e política espanhola, que abordaremos mais à frente, podíamos afirmar que a principal lei espanhola ter-se-ia- mantido estável.

O reconhecimento das autonomias foi o remédio para que durante a transição democrática espanhola pós-franquista se resolve-se um problema que há mais de um século se arrastava, que era o das reivindicações das nacionalidades ao nível democrático e a relação que o governo central de Madrid tinha com estas. (ibidem,2000)

No fundo, uma comunidade autónoma é um território que no que toca ao seu estatuto constitucional goza de autonomia legislativa e de poder executivo, além da possibilidade de se auto administrar e governar através dos seus próprios recursos e governantes. Esta organização do Estado espanhol, em comunidades, remonta à Constituição de 1978. O artigo 2º pertencente a esta constituição vê reconhecida a autonomia das diversas regiões e nacionalidades que compõem o país, pois defende uma nação espanhola unida e inseparável ou retalhada que é a pátria de todos os espanhóis.

O texto constitucional de 1978 enumera de forma clara as leis por artigos e estes por capítulos, conforme as áreas que sejam visadas. Mais importante ainda, ele especifica as competências e poderes que podem ser adotados unicamente pelas Comunidades Autónomas e aqueles que são totalmente atribuídos à alçada do estado.

Esta constituição de 1978 foi bastante importante para o panorama político contemporâneo da Espanha, pois promoveu uma mudança radical em relação ao regime ditatorial anterior. O regime franquista baseava-se num centralismo gigantesco, muito antiquado e tradicional, que se negava a aceitar a diversidade cultural, política e até linguística. Esta transição pretendia resolver o problema do suceder de repúblicas, constituições falhadas, ou monarquias que se haviam repetido na história espanhola e que mais não faziam do que atrasar o país.

Quando a Constituição foi ratificada, em 1978, poucos anos bastaram para que as 17 comunidades autónomas fossem constituídas e os seus estatutos aprovados. Após estes dois passos terem sido dados, estas comunidades tiveram a liberdade de constituir as suas próprias instituições representativas dotadas de órgãos governamentais e votados por elas. (ibidem,2000)

## **1.9-Constituição espanhola e as Comunidades Autónomas**

A Espanha, ou reino da Espanha, é atualmente constituído por 17 comunidades autónomas e também por duas cidades autónomas (Ceuta e Melilla), situadas no Norte de África. Todas estas com diferenças entre si e vários graus de autonomia. A Espanha é dos Países mais descentralizados da união europeia, isto pois, a constituição espanhola promove a descentralização do poder central para as regiões periféricas. Esta particularidade tem um forte impacto, quer a nível social, político e até administrativo em todo o país. (“Espanha – As Comunidades Autónomas”, 2014, p.3-4)

A nível da organização territorial cada comunidade está dividida em Províncias (cerca de 50), províncias estas formadas por Municípios, cada município com o seu Conselho Municipal, sem esquecer as Comarcas e ainda as diversas instituições locais, que são cerca de 15 000. Todas elas são muito diferentes entre si com ideologias políticas distintas, assim como a sua história, cultura, tradições e claro capacidades económicas. As comunidades autónomas espanholas são: Andaluzia, Aragão, Canárias, Cantábria, Castela e Leão, Castilla - La Mancha, Catalunha, Comunidade de Madrid, Comunidade Foral de Navarra, Comunidade Valenciana, Extremadura, Galiza, Ilhas Baleares, La Rioja, País Basco, Principado das Astúrias e a Região de Múrcia.

A Espanha é um estado democrático onde os vários poderes coexistem, como já foi referido. O poder central que provém do rei, do senado e do parlamento lida com o poder exercido pelas comunidades autónomas que têm os seus respetivos parlamento, presidente e governo. Apesar dos vários problemas crónicos que ainda persistem na constituição de 1978, o término do centralismo da ditadura de Franco foi, sem dúvida, a sua maior conquista. Esta constituição conseguiu reconhecer as vastas razões históricas, culturais e sociais que a Espanha tinha, e soube adaptar o texto constitucional nesse sentido. No artigo 2º da constituição é ressaltada a unidade de toda a nação espanhola, no entanto, é admitido o direito de autonomia das regiões que têm nacionalidades históricas vincadas. (ibidem, 2014)

O capítulo III da Constituição refere-se às Comunidades Autónomas, este capítulo é constituído por 15 artigos que explicam o estatuto que estas comunidades gozam, competências que têm de cumprir e ter em conta, os órgãos institucionais destas comunidades e ainda a sua organização financeira e recursos disponíveis.

No primeiro artigo do capítulo III, ou seja o artigo 143º, fica claro que províncias que tenham um passado histórico, cultural ou económico distinto, têm direito ao exercício da autonomia, como vem referido no artigo 2º da constituição. As províncias e as entidades regionais poderão aceder a este estatuto, desde que, cumpram os requisitos específicos para o terem.

O artigo seguinte foca-se nas cortes gerais e nas suas competências. É explicado neste ponto que as cortes podem através de uma lei orgânica (lei muito difícil de alterar pois geralmente é sobre um aspeto sensível para a sociedade), e por razões de importância nacional autorizar a formação de uma Comunidade Autónoma. Isto caso o tamanho desta não ultrapasse a nível territorial o da província e não incorpore as designações da parte I do artigo 143º. As cortes gerais podem ainda autorizar, assim que estabelecido o estatuto de autonomia de um território, que não esteja integrado na jurisdição territorial. No que respeita ao segundo ponto do artigo 143º, as cortes pedem desempenhar o papel das corporações locais aí designadas.

Vem expressamente proibido, no artigo 144º, a formação de federações pelas comunidades autónomas. Estas podem apenas realizar acordos, entre si, para prestação de serviços próprios, consoante os pressupostos, termos e requisitos que estão presentes nos estatutos das

comunidades autónomas. Os estatutos podem ainda regular o tipo de comunicação feita pelas *Cortes Generales* e as respetivas consequências. Quando a cooperação entre as comunidades ultrapassa estes domínios, cabe às *Cortes Generales* darem a sua opinião.

No que respeita à elaboração do estatuto de autonomia de uma comunidade, o artigo 146º é bastante explícito afirmando que “El proyecto de Estatuto será elaborado por una asamblea compuesta por los miembros de la Diputación u órgano interinsular de las provincias afectadas y por los Diputados y Senadores elegidos en ellas, y será elevado a las Cortes Generales para su tramitación como ley.” (Constitución española, 1978, art. 146)

A importância dos estatutos para as comunidades autónomas é enorme, quer como parte integrante do seu reconhecimento perante o estado, ou como a norma a nível institucional mais apropriada para resumir as características das comunidades autónomas. Os Estatutos devem sempre ter expressos os limites territoriais, o nome, a sede e a organização das comunidades autónomas próprias. Estes devem ainda ter discriminadas as habilitações que estão determinadas no quadro da constituição e ainda os mecanismos responsáveis pela troca de competências, entre os dois. Qualquer alteração aos estatutos das comunidades autónomas têm de ser aprovadas pelo parlamento espanhol, ou seja, pelas *Cortes Generales*. (ibidem, 1978)

O campo constitucional, que diz respeito às competências das comunidades autónomas, é bastante vasto. Entre elas encontram-se a aptidão para organizar as instituições de autogoverno, a agricultura da comunidade, a floresta, as pescas, ambiente, assistência social, cultura, ordenamento territorial. E após passarem cinco anos da aprovação e consoante o estatuto que cada comunidade tiver, estas podem ir aumentando as suas competências como é explicado no artigo 149º.

No entanto, existem outras competências que têm a ver com as regiões autónomas, mas que dizem respeito exclusivamente ao estado. Entre elas encontram-se o cumprimento dos deveres, a legislação laboral, as relações internacionais, a administração da justiça, a segurança pública ou a regulação da comunicação social. Como é referido no artigo 32º da Constituição Espanhola de 1978, é ainda da competência do Estado espanhol aceitar, ou não, a realização de uma consulta popular sobre qualquer matéria, ou seja, aceitar um referendo.

Apesar do estado permitir a liberdade de expressão cultural das comunidades e o seu diálogo, compete-lhe exercer supervisão neste domínio, devido à importância desta área. No entanto, existem comunidades com diferentes estatutos perante a constituição, estatutos que concedem mais ou menos competências ao estado. As matérias que não forem do domínio exclusivo do estado nem estiverem presentes nos estatutos das constitucionais das comunidades, podem recair para o domínio da comunidade, em caso de conflito. Neste caso a direito estadual, complementar e auxiliará o direito da Comunidade autónoma.

Através de uma lei singular, as *Cortes Generales* podem, facultar às comunidades a capacidade de emitirem para elas próprias leis, mas no campo dos princípios e orientações. O Estado pode, através de uma lei orgânica, transferir para a comunidade autónoma meios financeiros e património diverso do próprio estado, acionando as medidas preventivas necessárias. Quando a situação assim o justifique o estado pode ainda criar as condições necessárias para equilibrar as disposições regulamentares das comunidades autónomas, de forma a dar uma ajuda mesmo em temas que estejam exclusivamente ligados a estas. O Parlamento é o órgão que toma estas decisões, mas por maioria absoluta exclusivamente. (ibidem, 1978)

A constituição é também muito clara no que toca à elaboração de um estatuto em regime especial. Os requisitos têm de ser cumpridos num prazo de 6 meses após o início do processo, assim como os seus conselhos e órgãos, e pela maioria do senso eleitoral do conjunto dos municípios. Por fim, o estatuto tem de ser ratificado por um referendo, onde por maioria absoluta o voto afirmativo vence em cada uma das províncias, que constituem a comunidade. Tudo isto culmina com a realização de uma lei orgânica, para existir uma garantia legal. Se o estatuto não for aprovado por algumas províncias não é um problema, pois isso, não irá impossibilitar a sua materialização para o resto da comunidade, projetada segundo as características da lei orgânica referida anteriormente. É através desta lei orgânica que o governo convocará todos os senadores e deputados, que pretendam ingressar no autogoverno da comunidade, e que em assembleia e por maioria absoluta, elaborem o projeto de Autonomia.

No que respeita aos órgãos institucionais das comunidades autónomas, estes baseiam-se em primeiro lugar em uma assembleia legislativa, que é eleita por sufrágio universal, de forma proporcional e equilibrada, para que as várias regiões da comunidade fiquem representadas. Existe também um conselho de governadores com poder executivo e administrativo, e ainda um Presidente. Este presidente é eleito pela assembleia e nomeado pelo monarca, é a ainda o supremo representante da comunidade a que pertence e faz parte da direção do conselho do governo.

O presidente da comunidade e os membros do conselho são responsáveis a vários níveis, entre eles politicamente ante a assembleia. É necessário ainda a comunidade ter um Tribunal Superior de Justiça, que se encarrega de organizar judicialmente a comunidade em causa. Apesar de o tribunal com mais competências e poder ser o Supremo tribunal, como refere o artigo 123º, em alguns casos os processos são resolvidos nos organismos institucionais da própria comunidade, pois é mais apropriado nesses casos a 1ª instância.

Se por acaso os estatutos sofrerem críticas e sanções só é possível a mudança destes pela via de referendo, em que os eleitores têm de estar registados nos censos. É possível um estatuto ter liberdade jurídica completa, isto realiza-se através do agrupamento fronteiriço dos municípios. Os órgãos das comunidades autónomas são controlados principalmente por quatro instituições, o Tribunal Constitucional, o governo, pela jurisdição autónoma, e pelo Tribunal de contas a nível financeiro.

É um delegado do estado que em território da comunidade autónoma vai encarregar-se de dirigir a administração do país e da comunidade autónoma.

1. *Si una Comunidad Autónoma no cumpliere las obligaciones que la Constitución u otras leyes le impongan, o actuare de forma que atente gravemente al interés general de España, el Gobierno, previo requerimiento al Presidente de la Comunidad Autónoma y, en el caso de no ser atendido, con la aprobación por mayoría absoluta del Senado, podrá adoptar las medidas necesarias para obligar a aquélla al cumplimiento forzoso de dichas obligaciones o para la protección del mencionado interés general 2. Para la ejecución de las medidas previstas en el apartado anterior, el Gobierno podrá dar instrucciones a todas las autoridades de las Comunidades Autónomas. (Constitución Española, 1978, art. 155)*

As comunidades gozam de uma relativa autonomia financeira para realizarem as suas competências, através da coordenação dos seus poderes com o Tesouro do estado e através da

cooperação entre os espanhóis e as suas comunidades. As comunidades podem agir, e atuar como ajudantes do Estado, na administração dos recursos financeiros, tributários e até de cobrança, tudo isto, conforme os estatutos de que gozam cada uma delas, e as leis a que têm de obedecer.

O artigo 157º revela os recursos que as comunidades têm, estes resumem-se aos impostos designados pelo estado, e aos próprios impostos da comunidade. Além destes recursos são de destacar as transferências do <sup>xxii</sup>*Fundo Interterritorial de Compensação* para as comunidades, entre outros domínios pertencentes aos orçamentos, dos quais, podem gozar as comunidades autónomas (além das rendas de propriedade e do direito privado).

O artigo ainda nos mostra a impossibilidade da comunidade criar medidas ao nível fiscal sobre os mais variados bens, que se situem fora do seu território e que possam ser um problema para a liberdade de circulação das mercadorias e dos serviços. Por fim, este artigo diz-nos que é através de uma lei orgânica que os poderes financeiros, as normas para resolver conflitos e as possíveis ajudas financeiras entre as comunidades autónomas e o Estado Espanhol, podem ser equilibradas e reguladas.

O último artigo na constituição que diz respeito às comunidades autónomas é o 158º. Este refere-se ao Fundo de Compensação Interterritorial, ou seja, o orçamento que o governo tem para ajudar as comunidades autónomas que pode basear-se na quantidade de serviços e eventos do estado, assumido nos estatutos das comunidades. Pode também basear-se no comprometimento em prestar os serviços mínimos fundamentais, em todo o território espanhol. Além do Fundo de Compensação Interterritorial foi criado o Fundo de Remuneração para despesas de investimento, com vista a equilibrar os desequilíbrios económicos entre os diversos territórios, e promover a solidariedade territorial. O capital deste fundo é distribuído pelas *Cortes Generales* e entre as comunidades autónomas, quando estas necessitam.

Em Março de 2018 a quando a celebração do 39º aniversário da constituição espanhola, existiram fortes apelos à reforma da carta magna de 1978. Apesar de todas as contestações, o primeiro-ministro espanhol Mariano Raroy recusa-se a alterar o texto para apenas agradar a pequenas fações e grupos, e não à maioria da população. <sup>xxiii</sup>(Salvador,2017)

O primeiro-ministro ainda frisou que não existiriam reformas que pusessem em risco a soberania nacional ou que se suportassem nas minorias, como por exemplo, a Catalunha. As reformas que se proporia a realizar teriam de ser unânimes entre todos os espanhóis, neste caso, estava a referir-se a uma mudança constitucional que permitisse à Catalunha realizar um referendo, onde eles autoproclamarium a independência.

Para Raroy é extremamente importante que qualquer reforma à constituição seja feita com uma aceitação generalizada, assim como foi feito com a constituição de 1978, ou seja, revela aqui a impossibilidade e o descrédito pela mudança constitucional apenas pela maioria. Ainda deixa bem claro que é necessário saber quais as alterações que cada partido pretende fazer, para depois tudo ser avaliado, e não dar apenas oportunidade aos independentistas de se exprimirem.

No dia do aniversário da Constituição Mariano Raroy referiu a versatilidade da que se encontra em vigor, visto que ela tem o poder de se defender, lembrando quando o artigo 155º teve de ser aplicado. Esta defesa foi contra a fação independentista, que tentou claramente derrubar a união espanhola.

*Pedro Sánchez, considerou que a aplicação do artigo 155.º demonstrou a resiliência da Constituição diante de um ataque unilateral para tentar quebrar a unidade territorial do país. E resumiu: A Constituição defende-se, aplica-se e reforma-se. Na parte da reforma, defendeu que o objetivo deve ser dar segurança aos jovens que nos próximos 40 anos vão liderar o país. Para Albert Rivera, presidente do Ciudadanos, a melhor defesa da Constituição passa por ganhar aos independentistas nas urnas a 21 deste mês. (Salvador,2017,para.5)*

O texto constitucional de 1978 apesar de todos os elogios consegue não ser consensual. Atualmente, Pablo Iglesias líder do Podemos apoia uma reforma à principal lei espanhola, consoante o que se conseguisse apurar de um diálogo e debate nacional. Desta forma, realizar-se-ia um mapa territorial atualizado e uma luta contra a corrupção. Este novo país idealizado pelo Podemos seria diverso, pluricultural, plurinacional e mais evoluído pois para Iglesias, a constituição de 1978 está ultrapassada. A líder da Esquerda Republicana da Catalunha também “aponta o dedo” ao texto de 1978, pois diz tratar-se de uma lei com mordças, onde não existe liberdade, e onde se uniformiza ao invés de apoiar a pluralidade. (ibidem,2017)

## **CAPÍTULO II**

### **2-Globalização e nacionalismos**

#### **2.1-Como a Globalização afeta a criação e expansão dos nacionalismos**

Muito geralmente, a Europa é-nos apresentada como uma região muito equilibrada no campo político, isto tanto a nível nacional como supranacional. Após a queda da união Soviética e da Jugoslávia havia uma suspeita de que movimentos nacionalistas iriam formar-se, principalmente na Europa central e oriental, devido ao tempo que o regime socialista dominou aquelas regiões. De salientar que os conflitos territoriais que têm acontecido nas regiões da ex-União Soviética e ex-Jugoslávia (pouco desenvolvidas) são por si só justificativos o suficiente de uma tensão que persistiu nessas zonas, e onde as reivindicações separatistas estão bem demarcadas.

Os primeiros países que se formaram após a queda do muro eram maioritariamente democráticos, baseados no sufrágio universal. Os movimentos nacionalistas que se desenvolveram defendiam a ideia que cada estado é responsável por si e que tem o direito de comandar o seu destino, a isto chama-se o Princípio de autodeterminação dos povos. Segundo

este princípio cada nação tem o direito a se autogovernar sem intervenções externas, capaz de escolher a sua ideologia política. Desta forma os Estados tornam-se independentes. (Chagas,2014,s.p)

No final da década de noventa, paradoxalmente na altura em que aumentava cada vez mais a globalização, o projeto da União Europeia começou a ir de encontro aos movimentos separatistas, que se baseavam em reivindicações culturais e de independência. Com o passar do tempo e apesar do esforço que a União Europeia tem feito para unir todos os membros a nível político, económico e monetário, vários países têm visto crescer nas suas sociedades movimentos separatistas ligados a determinadas regiões. (ibidem,2014,s.p)

Na época contemporânea com o predomínio do neoliberalismo em todas as faces da sociedade e cultura, e com importância do domínio financeiro, as várias nações que se encontram integradas em estados, vêm-se excluídas e rebaixadas. Desta forma, muitas delas tentam proteger os seus símbolos culturais como uma língua, o hino ou as tradições. Os povos e nações que não estão organizados em estados, não possuem muitas das vantagens que os que possuem têm. Entre elas estão a falta de reconhecimento pela opinião pública e política ou não serem consultados pela união europeia para a decisão de qualquer assunto. Isto futuramente pode significar problemas de comunicação e cooperação entre os seus membros. (ibidem,2014)

Os nacionalismos que se exaltam hoje em dia na Europa Ocidental assentam muito no inconformismo pela perda de instituições políticas do passado, enquanto outras mostram o seu descontentamento devido à falta de interesse que o Estado demonstra pelas suas vontades e interesses.

*“ a hostilidade generalizada dos cidadãos ao processo de unificação é reforçada pelo discurso da maior parte dos líderes políticos que apresentam a União Europeia, como a adaptação necessária à globalização, mantendo o corolário do ajuste económico, da flexibilidade dos mercados de trabalho e da redução do Estado do bem-estar social, como as condições para a integração de cada país na União Europeia.”*  
(Castells como citado em Chagas,2014, (s.p))

Muitas mudanças surgiram num curto espaço de tempo, o processo de integração europeia surgiu na mesma altura em que a qualidade de vida estagnou, isto devido ao aumento do desemprego e maiores desigualdades a nível social. As consequências destes acontecimentos foram o aumentar dos movimentos separatistas. (ibidem,2014)

Este surto de tendências separatistas repete-se um pouco por toda a Europa ocidental, tanto na forma de nacionalismos como de regionalismos. Exemplos destes nacionalismos/regionalismos são a Catalunha, o País Basco, a Córsega, a Escócia, o País de Gales e a Irlanda do Norte na Grã-Bretanha, a Flandres na Bélgica, o Tirol do Sul na Itália, a Padania, a Baviera na Alemanha. Da ex-União Soviética salientam-se a Ossétia do Sul (Geórgia), Abecásia (Geórgia), Transdnístria (Moldávia) e ainda o Kosovo que se separou da Sérvia.

Para nos contextualizarmos melhor, é necessário compreender que termos como nação, nacionalismo e identidade nacional, que conhecemos bem atualmente, nem sempre foram assim. O termo nação como o conhecemos hoje é muito recente e apenas é difundido a partir do final do século XVIII, muito devido aos movimentos sociais que resultaram na criação da “nação” americana, e na Revolução Francesa. Nesta época de globalização e atualização constante é necessário apurar o que de facto é único, homogéneo ou até exclusivo na identidade de uma nação. Neste caminho de identificação, uma língua nacional é um dos fatores se não o fator mais

importante, para o destaque de uma nova nação. Podemos no entanto afirmar que os nacionalismos que vivenciamos hoje têm particularidades muito próprias, que diferem muito daquelas que caracterizavam os nacionalismos das épocas anteriores. Isto deve-se como se esperaria à globalização que injeta no panorama mundial vários discursos, sob as mais variadas formas (imagens, músicas, fotos, publicidade, media) de valorização da pluralidade cultural. (ibidem,2014,s.p)

Devido à globalização muitas áreas fundem-se e conectam-se, principalmente instituições da área política e económica. Tudo num panorama de dependência e interligação. As várias empresas organizam-se no que chamamos hoje de corporações financeiras, que têm muito capital e poder, e atuam em muitos setores de mercado e localizações. Os Estados vão-se interligando, de forma a criarem vínculos entre eles, vínculos estes mais fortes ou fracos e de durabilidade variável. As línguas vão-se misturando e difundindo pela rede da globalização, onde as distâncias se encurtam e a informação é quase instantânea. Desta forma, e particularmente na Europa, as fronteiras dos países acabam por se esbater começando a existir a livre circulação de pessoas, bens e mercadorias, tudo isto entre povos que falam línguas diferentes, têm a sua própria cultura, assim como religião, ideologia, história e valores.

*Nesse ambiente de contato, mistura e choque, é mais uma vez posto em ação um mecanismo de identificação e diferença. Por um lado, a multiplicação de contactos parece acirrar a percepção da diferença, por outro, e em sentido inverso, permite a criação de identidades ampliadas, transnacionais, como as de gênero, profissão, religião entre outras. É nesse contexto que se pretende inserir a questão da identidade nacional, como um dos recursos adotados nesse jogo de contraposições. (“Os novos nacionalismos do século XXI”,(s.d),p.15)*

Um dos fatores mais preponderantes e responsáveis por uma identidade nacional forte, é talvez o conhecimento de pertença a uma origem comum, que foi herdada e no qual esse povo permaneceu durante um longo período de tempo. Daí o aparecimento da expressão <sup>xxiv</sup>Estado-Nação, divulgada no século XX, para referir a ligação de um indivíduo a uma região através da cultura, língua e até pela identificação, o que cria um sentimento de pertença comum. É de facto esta “ligação” que hoje em dia é bastante questionada, porque anteriormente uma identidade nacional era constituída pela conjugação de valores, cultura, moral, história, tradição, mas agora, esse tipo de identificação é difusa devido às trocas de informação, de pessoas e bens. (ibidem,p. 15)

No século XXI, com a globalização vão existir dentro de um país os mais variados tipos de pessoas, com as mais variadas religiões, culturas, ideologias, classes sociais, motivações, contextos de vida pessoal, e claro, localização geográfica. Tudo isto para chegarmos à conclusão de que apesar de as pessoas de uma certa nação serem diferentes a muitos níveis, vão existir sempre certos tipos de referências e símbolos que farão com que a maioria de um povo se una e se identifique com um ideal nacional. Esta ligação para toda a vida, que é a identificação nacional, desperta em qualquer um uma excitação e satisfação incríveis por todos aqueles que a partilham. Este sentimento partilhado, não necessita de muitas referências para se difundir, pois a sua disseminação é com base em muita espontaneidade, que é aliás das principais características da identidade nacional.

Apesar das várias posições e teorias atuais o nacionalismo inerente a uma nação resulta da partilha da história, dos valores, da tradição. Muitas vezes este tipo de nacionalismo é ultrapassado e dado lugar à novidade e construção. Ou seja, é situação para dizer que não são as nações que criam os nacionalismos, e sim os nacionalismos que fazem nascer as nações.



Não quer isto dizer que a criação de nações não se baseie em práticas históricas ou de tradições, ou que se crie arbitrariamente significados e sentidos, por certos grupos que apenas anseiam ascender ao poder. Ao invés disto, os nacionalismos atuais vão buscar ensinamentos a vários ideais e políticas e seleciona-os de forma a eliminar aqueles que não vai utilizar, e a manter aqueles que pretende aproveitar e disseminar. Isto resulta sempre numa espécie de ilusão coletiva, onde toda a gente acaba por estar a apoiar a mesma ideia (algo homogêneo, inseparável e universal) onde as diferenças se diluem e as semelhanças ressaltam. (ibidem,p.16)

Os nacionalismos que surgiram a partir da segunda metade do século XX valorizam acima de tudo a identidade de um povo e a sua cultura, ou seja, as semelhanças que se criam entre aqueles que partilham aquela nação. Desta maneira as diferenças vão desaparecendo e milhões de pessoas partilham de um leque de valores comum, apesar das diferenças de classe social, raça, literacia, idade e até religião. No geral, a maioria dos Estados criados tardiamente, por volta do final do século XX e início do XXI, eram pequenos em território e valorizavam muito a sua cultura e língua. Além disto, ressaltavam o importantíssimo papel que teve a história na construção da sua essência assim como as lutas, obstáculos, e acontecimentos marcantes que contribuem claramente para a afirmação de uma vincada identidade nacional. Os idiomas próprios são também um trunfo bastante importante, e legítimo, quando uma nação se quer afirmar perante a opinião pública.

A sociedade em rede caracterizada por Castells <sup>xxv</sup>(1997,p.67), que fala sobre a revolução nas tecnologias da informação, e também numa transformação do capitalismo, vem de certa forma explicar a forma como os próprios Estados evoluíram para um patamar na história onde não prescindem de pertencer a alguma organização internacional. No fundo é quase impossível para um país em pleno século XXI sobreviver sozinho, sendo completamente independente. Isto porque nos tempos que correm existem uma série de pressões de dentro para fora, como os regionalismos e desintegração do território nacional, e ainda de fora para dentro, como a globalização, que pressionam as fronteiras físicas e políticas de um estado. A própria definição de fronteiras está a mudar, pois estas estão cada vez mais a esbater-se, devido à mistura do real com o virtual, com a instantaneidade da formação, a importância crescente do grande capital financeiro e a criação das mega corporações constituídas por empresas de várias áreas.

As fronteiras de hoje já não bloqueiam ou permitem a passagem de pessoas e bens, antes disso elas vão regular, criando modelos e selecionando até que ponto uma ideia, marca ou produto de qualquer tipo entra ou não nessa região. Este cenário está muito presente na Europa do pós queda do muro de Berlim que viu surgir várias nações com os seus diferentes tamanhos, ideologias e culturas. Nações estas que se viram integradas num projeto quase federal, que é a união Europeia, e que ao longo do tempo tem visto os seus limites alterados assim como o número de membros. Para já não falar dos nacionalismos internos bem vinculados que se fazem sentir e ouvir constantemente e que ameaçam o equilíbrio da tão desejada união. (ibidem,1997,p.67)

A modernidade vem atribuir mais velocidade, mais quantidade de informação e movimento aos pilares sólidos e inamovíveis que sustentavam a sociedade. A sociedade em rede faz com que os intermediários aumentem, assim como as diferenças nas suas características. Paradoxalmente também faz com que uma identidade unitária e universal cresça e fique mais forte dentro dessa região. A língua atua aqui como um fator de forte integração, numa altura em que o mundo promove a diversidade e a indefinição, e depois apregoa uma mensagem de união. A partir do

nosso nascimento a língua é o fator mais seguro e forte para nos sentirmos integrados na sociedade de um país. Dificilmente é questionada devido à sua história e complexidade, e é capaz de trazer estabilidade a uma sociedade em permanente mutação, como a que temos no presente.

Devido à dúvida e instabilidade que dominam as sociedades contemporâneas, a identificação nacional generalizada parece ser a forma mais simples e eficaz de obter união. Na atualidade em que o consumidor tem uma importância acrescida à do cidadão, e onde o primeiro pode assumir os papéis e identidades que quiser, ter uma cultura e uma língua própria são uma proteção para o indivíduo e uma arma contra esta mudança constante. (ibidem, 1997, p.68)

À medida que a globalização aumenta, assim como a internacionalização dos países, o fenômeno da desintegração quer seja a nível cultural, económico como político também aumenta. Isto porque a partir do momento em que o país se torna independente, vencendo as disputas e obstáculos internos, começam as disputas, a nível externo, para ocuparem um lugar de destaque que lhes proporcione poder e capacidade de intervenção no panorama político. Devido a este cenário de disputas e influências, que foi anteriormente referido, as nações criam identidades ao longo deste processo, que vão sendo transformadas e renovadas. Este espaço que as nações abrem para o crescimento de novas identidades, faz com que o espaço social se democratize e que existam menos conflitos e barreiras. Estas diversas identidades que crescem e se modificam dentro da sociedade de um determinado país, modificam-se e sofrem influências e ações de várias áreas como a economia, a política, a religião ou até próprio governo. Aliás se o país entra em crise económica, as pessoas tendem a fechar-se mais e a apoiarem-se na sua cultura e símbolos. (ibidem, 1997, p.68)

*As history tells us, globalisation can also cause the economy to slow down or even to fall into recession. During these times, people mainly focus on their own culture and its well-being. As their expectations towards the global economy have not been matched, they turn towards their state as the last resort of help. They have greater trust and higher loyalty towards people with a similar cultural background. (Von Campe, 2008, p.8)*

A cultura que constrói uma nação não é essencialista, pois não tem nada a ver com a raça, com género ou propriedade genética, a identidade cultural de uma nação é aprendida e assimilada pelas pessoas através dos contextos e da integração. Apesar de várias vezes noticiarem a sua extinção, os nacionalismos continuam bem ativos tanto na Europa como no resto do mundo, os vários ícones, símbolos e hábitos que estão integrados no nosso dia-a-dia, provam bem esta realidade. (ibidem, 2008, p.8)

Para finalizar é necessário perceber que os nacionalismos tiveram abordagens diversas desde o século XIX até à atualidade. E que também à medida que o capitalismo se foi desenvolvendo, assim como as tecnologias ligadas à imprensa, o aparecimento de novos idiomas e de literacia entre as populações também foi aumentando. Desta maneira, começaram-se a perceber os novos nacionalismos e entender os que já existiam.

A prova de que os nacionalismos ao contrário de desaparecerem estão a constituir-se de novas características são as manifestações de afirmação nacional, separatista, de índole política ou valorização nacional que se vêm todos os dias acontecer em vários países. (ibidem, 2008, p.8)

*As the world assumes, globalization affects people and states all around the world. It characterises a world that becomes more and more interdependent, not only economically, but politically and culturally as well.*

*Clare Short, a British Labour Party politician, once said: "People have accused me of being in favour of globalisation. This is equivalent to accusing me of being in favour of the sun rising in the morning."1 This quote indicates quite well the inevitability of the process of globalisation. (Von Campe, 2008, p.8)*

## **2.2-Tendências e movimentos separatistas atuais na Europa**

Atualmente existem várias regiões da Europa com separatismos bem vivos e vincados, além da Catalunha e do País Basco. Apesar destes movimentos separatistas já existirem, ganharam recentemente mais força e legitimidade devido aos recentes e continuados acontecimentos que ocorreram na Catalunha. Os movimentos separatistas atuais examinam-se e apoiam-se uns nos outros de forma a alcançarem os seus objetivos e estratégias, colaborando também, em conjunto, com a European Free Alliance (Aliança Livre Europeia). Este é um partido político Europeu sediado em Bruxelas, do qual fazem partes vários partidos regionais que aspiram por uma descentralização em relação ao poder central, ou mesmo independência para a sua região.

Caso estas regiões consigam sucesso com as suas reivindicações, isso pode significar a alteração dramática do mapa da Europa. (*"Sentimento separatista ganha força na Europa", 2012, para. 1*)

Estes movimentos separatistas têm aumentado consideravelmente em regiões com um percurso histórico muito vincado, de onde sobressaem as lutas pela independência. Assim como em locais com a particularidade de poderem resistir a crises económicas, por possuírem várias riquezas (petróleo, boa economia, indústria, bom posicionamento geográfico estratégico). Como é o caso da Escócia, Catalunha ou País Basco. A Europa é, sem dúvida, a região do mundo onde os regionalismos se fazem sentir mais, assim como os "desejos de independência". A questão que preocupa a União Europeia é a possibilidade de os movimentos separatistas despertarem em cadeia, caso uma região tenha sucesso na sua luta pela independência. (ibidem, 2012, para. 1)

O Reino Unido é constituído por várias regiões, e várias delas reclamam por maior autonomia e autodeterminação. Era o caso da Irlanda do Norte, território conquistado pela Inglaterra no século XII, pois pretendia aumentar o seu poder sobre a nobreza irlandesa. Foi com o tratado de Windsor, assinado em 1175, que as leis da Inglaterra passaram a valer na Irlanda. Durante a *Guerra dos Cem Anos*, e a *Guerra das duas Rosas*, o domínio da Inglaterra diminuiu mas logo voltou em máxima força com o absolutismo de Henrique VIII. Com a criação das igrejas europeias na idade média, e mais precisamente da Anglicana na Inglaterra, o absolutismo de Henrique VIII, teve o suporte necessário para perseguir os católicos protestantes da Irlanda. Estes viam-se oprimidos e subjugados pelo absolutismo Inglês. (Martins, 2014, p. 19)

No ano de 1919 o <sup>xxvi</sup>*Irish Republican Army (IRA)* é fundado e revolta-se sob a forma de guerrilha para com a dominação Inglesa. No início dos anos 20, algum tempo depois da guerra irlandesa da independência com o Reino Unido foi assinada uma trégua entre os dois países, e dois anos depois foi constituído o Estado Livre Irlandês. Neste acordo, a Inglaterra ficou com a posse de nove condados pertencentes à província de Ulster, que é uma província Irlandesa. Hoje em dia a luta pela independência que se está a travar, é para se conseguir recuperar esses territórios de modo a que estes voltem a fazer parte da República da Irlanda. (ibidem, 2014, p. 19)

O objetivo é conseguir a independência e unir as duas partes da Irlanda. Durante as últimas décadas do século XX o IRA e outros movimentos protestantes realizaram vários atentados terroristas, a maioria ocorreu na capital Belfast. Em 1997 as coisas começaram a mudar consideravelmente com a subida ao poder do Partido Trabalhista, a adoção do euro, e a Ideia de Europa. Estes acontecimentos criaram as condições ideais, para que a Irlanda se fosse afirmando dentro da Europa e pudesse começar a fazer frente à Inglaterra. Os atentados pararam, tanto do lado Inglês como Irlandês, o que permitiu uma eficaz pacificação desta região. Nos últimos anos várias têm sido as tentativas da Irlanda do Norte para se tornar independente da Inglaterra e passar a fazer parte da República da Irlanda, algumas das tentativas foram através de referendos, ou tentativas de referendos.

A questão sobre os separatismos na Grã-Bretanha sobem de escala quando falamos da Escócia. Este país tem apenas 80 mil quilómetros quadrados e uma população de cerca de 5 milhões de habitantes. Foi anexado pela Inglaterra em 1707 e hoje a sua independência é defendida pelo Partido Nacional Escocês (SNP), que tem aumentado bastante os seus filiados nos últimos tempos. Este partido foi criado em 1934, todavia apenas nos anos 80 é que a sua facção nacionalista e de esquerda tomaram o poder. O Inglês é língua oficial e maioritária na Escócia, apenas uma pequena parte fala o gaélico, que é uma língua celta vinda da Irlanda. A língua Dórica e Escocesa são ainda menos faladas. (ibidem,2014,p.20)

A 18 de Setembro de 2014 a Escócia realizou um referendo com vista a se tornar independente do Reino Unido. Neste dia, dos 5 milhões de habitantes apenas votaram 3,6 milhões, e deste número 53% votou “não” à independência. O partido independentista SNP (Partido Nacional Escocês) que representa uma maioria no parlamento, procura atingir para a região mais flexibilidade constitucional e autonomia ao nível fiscal, pois estes dois parâmetros ainda continuam muito dependentes e centralizados na Inglaterra. Este partido venceu com maioria em 2007 e 2011, conseguindo logo de seguida formar um governo de maioria. Era também intenção da facção conservadora criar um fundo de reserva com a exploração do petróleo no mar do Norte, para auxiliar a região caso uma separação se concretiza-se. (welle,2014,p.20)

Antes do referendo Londres mostrou-se aberta a respeitar a vontade dos escoceses, caso estes decidissem sair do Reino Unido. Se o “sim” tivesse ganho, uma reação separatista em cadeia podia despertar no continente Europeu, assim como o fim de 300 anos de união entre a Escócia e o Reino Unido. (ibidem,2014,p.20)

*A pergunta direta a ser respondida com "sim" ou "não" sobre a secessão poderia nem ter sido necessária, caso o governo britânico tivesse permitido uma terceira opção, oferecendo maior autonomia ao país. É bem provável que a maioria dos escoceses optasse por essa possibilidade. <sup>xxvii</sup>(Welle, 2014, para.3)*

Contudo esta terceira opção que proporcionaria mais independência não foi sequer considerada, e caso o “sim” ganhasse testemunharíamos a criação de um novo Estado Europeu em 2016. Ainda não estava certo se caso a Escócia deixa-se de pertencer ao Reino Unido, se continuaria a ter um lugar na União Europeia, apesar das várias opiniões positivas e de abertura dentro da região. Simplesmente seria uma adesão que teria de ser estudada e negociada como tantas outras e que precisaria do seu tempo. No entanto, é quase certo que países da união que tivessem no seu seio

regiões que aspirassem à independência, vetariam por completo a entrada da Escócia por medo e insegurança. (ibidem,2014,para.3)

Outra dúvida seria se a libra seria a moeda a utilizar na Escócia após a independência, isto caso a região tivesse sucesso ao nível económico, e se conseguisse apoderar-se das reservas de petróleo e gás natural que permanecem no mar do Norte.

À primeira vista a economia escocesa parece ser pouco autónoma, visto que 60% das exportações de 2012 tiveram como destino o Reino Unido, o que torna a região um pouco dependente. Para somar a este fator, grande parte da empregabilidade na Escócia é criada pela economia Inglesa. A questão é que o Reino Unido é o maior produtor de petróleo da união Europeia. No entanto a Escócia reclama 90% das reservas que pertencem ao mar do Norte, e que estão a ser exploradas pela Inglaterra. Caso tivesse acesso a estas reservas este setor representaria 15% do PIB da Escócia independente. (ibidem,2014,para.3)

xxviii

*Mas a tendência uniformizadora provoca uma natural reação de sinal contrário: as comunidades procuram reforçar a sua identidade, os seus particularismos. É assim que na Bélgica, berço e centro da integração europeia, há um movimento separatista flamengo, que quer desligar-se da Bélgica francófona.* <sup>xxx</sup>(Cabral,2018,para.2)

Outro dos movimentos separatistas muito fortes na Europa está localizado na Bélgica. Este país atravessa uma forte crise a nível político, crise esta que pode resultar na desintegração do território Belga. Com uma população de apenas 6,4 milhões de habitantes este estado lida, desde há algum tempo, com as intenções separatistas da Flandres. Com a crise económica mundial de 2009 os partidos independentistas aproveitaram para se afirmar na Bélgica. Se a intenção separatista da Flandres se realiza-se seria constituída a República da Flandres, composta pelas regiões de Bruxelas, Flandres e Valónia. (Cabral,2018,para.2)

A Bélgica na sua constituição mais básica é dividido em duas partes que possuem uma grande autonomia, são elas a Flandres, constituída maioritariamente por cidadãos de origem holandesa (flamengos) e com um poder económico muito grande, e a zona francesa, mais pobre, habitada pelos valões onde se desenvolvem atividades mais industriais como a metalurgia e a siderurgia.

Os flamengos, mais fortes economicamente, e que constituem 58% da população não gostam da ideia de conviver no mesmo território com os belgas do sul (valões), por os considerarem menos fortes a nível económico. Isto faz com que a Bélgica tenha mesmo um problema estrutural de identidade. Outro obstáculo a ultrapassar encontra-se na zona de Bruxelas, onde se fala tanto o francês como o flamengo, este local é bastante forte a nível político e económico sendo ainda a sede de várias instituições europeias. A crise que a Bélgica atravessa hoje em relação às suas identidades culturais, demonstra um grande risco para as fronteiras europeias, pois cada vez mais se afirmam movimentos separatistas em países consensuais. (ibidem,2018,para.2)

Nas eleições mais recentes da Bélgica o partido Nova Aliança Flamenga tornou-se na maior força política na parte norte do país (a Flandres), há inclusive, quem pense que o Estado Belga está destinado a dividir-se e extinguir-se. Já existem tentativas de negociações para o iniciar do processo de independência da Flandres. Resumindo a Bélgica é constituída pela Flandres onde se fala flamengo, pela Valónia cujo idioma é o francês, tem ainda uma região onde se fala a língua

alemã e finalmente por Bruxelas classificada oficialmente como zona bilíngue. Se a independência da Flandres se concretiza-se a Bélgica perderia grande parte da sua população, assim como da sua capacidade económica. No fundo as suas maiores características como país iriam desaparecer. (ibidem,2018,para.3)

Um ponto sensível é o da Valónia, ou seja, caso a Bélgica se desintegra-se não se saberia em que posição ficava esta região. Poderia incluir-se na região Francesa, luxemburguesa ou até na alemã. A realidade é que apesar de todas as polémicas e especulações, o Estado Belga tem-se mantido unido até hoje.

No Norte de Itália existe também um forte movimento separatista. Esta região norte é formada pelas províncias de Lombardia, Aosta, Piemonte, Ligúria, Veneza e Emília Romana que são responsáveis pela maioria da riqueza italiana. Por sua vez, a parte do sul não é assim tão produtiva e é muitas vezes acusada de desperdiçar o dinheiro conseguido pelo norte. O partido <sup>xxx</sup>*Lega Nord* durante a década de noventa chegou várias vezes a reforçar a necessidade de separação da região Norte de Itália (Padânia), do resto do país. O nome Padânia deriva do nome dado à planície padana, situada no vale do rio Pó. De momento, este partido encontra-se mais moderado e pede “apenas” para que três quartos do dinheiro gerado pelo norte seja absorvido por essa região, ao invés de ser transferido diretamente para Roma. (ibidem,2018,para.4)

Durante muitos anos a França tentou eliminar o idioma corso de todas as instituições e áreas da vida pública da ilha, aliás, todas as tentativas de independência foram sempre bastante reprimidas. Vários grupos separatistas principalmente a FLNC (Frente de Libertação Nacional da Córsega) tentou durante muito tempo, e frequentemente pela violência, uma separação da França. Repetidamente o ataque foi dirigido aos símbolos mais importantes do Estado (bandeira, hino, língua), e até as propriedades de Verão de cidadãos franceses foram vandalizadas. No ano de 2014 o FNLC referiu que iria abandonar a violência, mas o risco ainda se mantinha elevado.

Em vários momentos existiram propostas de autonomia da ilha, sobretudo no ano de 2000, contudo as fações mais conservadoras reprovaram bastante estas reformas. Estas fações argumentaram que caso a autodeterminação se realizasse existiriam outras regiões da França, como a Alsácia e a Bretanha, que reivindicariam os mesmos poderes e direitos. No que toca às línguas faladas pelas regiões históricas e culturais, a França não lhes dá muito crédito ou espaço de divulgação, pois acredita que podem prejudicar a união do país.

Apesar de a Córsega ser das únicas regiões de França que tem um estatuto de autonomia, estatuto este conseguido em 2015 pelos nacionalistas que ganharam as eleições, o território pretende agora atingir a independência total. No entanto, o atual presidente francês Emmanuel Macron disse publicamente que a pretensão pela independência total não está presente em nenhum partido da Córsega, até daqueles que têm inclinações mais radicais. A Córsega tem um PIB de 0,4% na totalidade do Francês, o que significa que é muito baixo e que esta não conseguiria sobreviver sozinha. Para o presidente, todavia, o problema reside na proliferação do sentimento independentista pelo país, pelas outras regiões. Isto porque a França é um dos países que possui mais regiões fronteiriças, que apelam pela independência. Por conseguinte, o caso da Córsega tem que ser levado com cuidado e atenção, para que o movimento independentista não se alastre. (ibidem,2018,para.7)

O Tirol do sul é uma província no norte de Itália que pretende atingir a independência, devido a razões culturais e económicas. Anteriormente a região pertencia ao Império Austro-Húngaro,

até ao final da primeira grande guerra, ficando a partir daí sob jurisdição Italiana apesar de neste território se falar maioritariamente alemão.

Durante a ditadura de Mussolini essa região foi bastante familiarizada com a cultura italiana, só no final da segunda guerra mundial é que teve a oportunidade de desenvolver mais a sua autonomia, tanto a nível económico como político. O Tirol do sul é por si só uma região bastante rica e que armazena grande parte dessa riqueza, já a Itália é um dos países mais endividados da união europeia. Esta situação faz com que os cidadãos do Tirol fiquem descontentes e tenham iniciado os protestos pela autodeterminação.

O facto de o Tirol ter uma ótima situação financeira desperta nos tirolezes um sentimento de revolta, que se traduz na sua vontade de se separarem de Roma. Ou seja, é uma região com muita autonomia onde, como já foi referido, cerca de 90% dos seus 500 000 habitantes falam o alemão como 1ª língua. Além de neste território existirem taxas de desemprego baixíssimas. Todos estes aspetos positivos têm feito aumentar as pressões para que a comunidade contribua mais a nível de impostos para o governo central de Roma.

Devido a estes desentendimentos estão a crescer cada vez mais o número de políticos e movimentos separatistas, que pretendem que o Tirol se separe da Itália, e se una à Áustria. O mais curioso é que os sentimentos anti Roma têm crescido a “olhos vistos”, de uma forma tão saliente que Thomas Widman, integrante do <sup>xxxxi</sup>Partido do Povo, chegou a propor que esta região “comprasse” a sua independência total. Para isto, pagariam cerca de 15 biliões de euros, que equivale à dívida pública de Itália, e que se destina a ser paga pelos italianos. (ibidem,2018,para.7)

Ainda na Itália, existem mais movimentos separatistas em locais como a Lombardia, uma das regiões mais ricas do país, que espera ter mais poder sobre o seu dinheiro, e também onde o gasta e aplica. A região de Vêneto partilha das mesmas indignações da Lombardia. Já a Sicília procura a independência por razões históricas, e pela sua cultura e tradições bastante distintas do resto da Itália, além de que existem vários movimentos a pedir a independência da ilha. Até muito recentemente, a Sicília foi governada por um partido com fortes aspirações de atingir a autodeterminação.

A região de Bolzano busca e batalha igualmente pela sua autonomia. O território possui cerca de 500 mil habitantes que falam o alemão como primeira língua, mas desde o início da 1ª Guerra Mundial está sob jurisdição italiana. Foi sensivelmente nos anos 70 que Roma atribuiu alguma autonomia a Bolzano, no entanto, cerca de metade da população tinha o desejo de voltar a fazer parte da Áustria.

A Baviera na Alemanha também tem lavado muito a sério a sua demanda independentista. É o maior estado a sul da Alemanha, e podia sem dúvida governar-se sozinho. Isto porque possui cerca de 13 milhões de habitantes (mais do que Portugal ou Suécia) e tem a melhor economia de entre todos os estados alemães. A questão é que existem muito poucos separatistas bávaros. Se algum dia o desejo de autonomia emergir será devido ao acordo a nível financeiro, que estipula que as regiões mais ricas devam distribuir dinheiro com as mais pobres. Desta forma a Baviera poderá exprimir o seu desagrado com essa situação. Apesar de todos as especulações, opiniões e grupos de lobbys criados, até ao momento ainda não surgiram movimentos separatistas relevantes. (ibidem,2018,para.7)

A Ucrânia localiza-se na Europa oriental e é caracterizada pela sua grande diversidade cultural e também étnica. É constituída por 24 províncias e por uma comunidade autónoma, a República Autónoma da Crimeia, que foi muito recentemente anexada à Rússia. Tem ainda duas regiões com estatuto especial (Kiev e Sebastopol) e durante grande parte da sua história, e num passado bem recente, a Ucrânia desenvolveu fortes conflitos com a Rússia. É muito importante referir, de novo, que a Ucrânia é um país culturalmente muito diferente interiormente.

É o lar de 44,6 milhões de pessoas, mais de metade são ucranianos mas também existem as minorias russas, bielorrussas e romenas. O ucraniano é a língua oficial do país, tendo como base o alfabeto cirílico, mas o russo é igualmente uma língua muito falada. As mais recentes tensões entre estes dois países começaram em novembro de 2013, quando o presidente ucraniano Yanukovich foi pressionado pela união europeia a se aproximar comercialmente desse bloco. O país teria de se afastar da Rússia e dos acordos que mantinha com esta, de maneira que o presidente ucraniano (de origem russa) preferiu manter-se fiel ao estado soviético, pedindo uma concessão à Rússia. Isto serviu para que o povo ucraniano se revoltasse, manifestando-se nas ruas onde surgiram vários tipos de confrontos. (Fonseca, 2015, para.9)

*Diante desse contexto, em fevereiro de 2014 Yanukovich foi expulso da Ucrânia, quando forças pró-União Europeia tomaram o poder, proclamando-se os novos governantes. Realizaram-se eleições emergenciais, onde a maioria da população se mostrou favorável à permanência pró-ocidente no poder. <sup>xxxii</sup>(Fonseca, 2015, para.9)*

Após este acontecimento, o presidente russo Vladimir Putin veio a público dizer que não reconhecia a atual situação e que a tomada de posse pelas forças pró-europeias não era legal. Assim que este comunicado foi lançado alguns milhares de soldados russos reuniram-se na região da Crimeia, de forma a assegurarem os interesses da Rússia usando a força militar. Apesar de todas as evidências que apontavam para a nacionalidade russa dessas tropas, o governo russo nunca admitiu tal possibilidade.

Todo este teatro de operações resultaram na anexação da Crimeia por parte da Rússia, fundamentando-se num referendo (que não foi reconhecido internacionalmente) e que terminou com a vitória do grupo separatista. Esta situação de desanexação levou a que outras regiões da Ucrânia, que falavam o russo, se sentissem no direito de se autoexcluírem do território ucraniano. Normalmente, a maneira pouco usual que a Rússia utiliza para resolver os seus problemas, choca com as regras ocidentais. Desta forma, com a anexação da Crimeia um clima de insegurança e repressões instalou-se vindo do ocidente, em direção à Rússia, depois de esta realizar o referendo em contornos pouco legais. (ibidem, 2015, para.9)

Atualmente é mais que sabido que o panorama da opinião pública mundial não reconhece a independência da Crimeia da Ucrânia, assim como das outras regiões da Ucrânia onde se fala russo, e que aspiram pela autodeterminação. A questão da independência destas regiões é um tanto ou quanto relativa, visto que a Crimeia se encontra independente da Rússia mas sob o controlo desta em todos os domínios.

A Morávia é uma região da Europa Central que se situa na parte oriental da República checa, o seu nome deriva do rio Morava, onde por volta de 500 d.c um povo eslavo se estabeleceu (estes povos moravos falam uma variante do checo). Este território tem aproximadamente três milhões de habitantes e possui uma cultura muito própria e cheia de identidade. A sua independência



acabou por volta de 1949. No entanto um pequeno partido, chamado Moravané, o qual não possui representação no parlamento tem vindo a reivindicar a autodeterminação da região, desde 2006. Não muito afastada da Morávia encontra-se a Silésia, uma região europeia histórica, que se encontra dividida territorialmente entre a Polónia, a República checa e a Alemanha. É um importante ponto industrial para a Polónia e para a República Checa, mas desde o final da década de 80 que tem sofrido uma alteração profunda na sua indústria, com o fecho das muitas minas que estavam no ativo no país. (Lúcio & Branco,2007,para.8)

No final da segunda guerra mundial, em 1945, o exército Russo invadiu esta região. Devido a este acontecimento muitos alemães fugiram do país durante a guerra, mas assim que a Alemanha foi vencida retornaram. Conforme o que ficou decidido na conferência de Ialta e Potsdam, grande parte do território da Silésia foi transferido para território Polaco. Durante a guerra a maioria dos alemães que viviam em território silesiano foram mortos ou expulsos. No final da guerra uma pequena parte da Silésia, perto da cidade de Görlitz, integrou a República Democrática Alemã (Alemanha oriental), fazendo hoje parte da atual da República Federal alemã. No final do conflito a região foi repovoada pelos polacos, expulsos pelos soviéticos, e hoje pode dizer-se que cerca de 20% da população polaca vive na Silésia.

País de Székely, ou terra de Székely, é uma região muito característica da Roménia com uma forte história e etnografia. No início o país Székely circunscrevia os territórios autónomos de Székely, na Transilvânia. Estes possuíam o seu próprio sistema administrativo, perdurando como territórios administrativamente autoproclamados desde a idade média, até ao século XIX. Assim como a Transilvânia e algumas zonas orientais da Hungria, Székely começou a integrar a Roménia em 1920. Já durante a 2ª Guerra Mundial e sob as ordens do Terceiro Reich alemão, os territórios da Transilvânia e de Székely passaram para o domínio Húngaro. De outro modo a jurisdição da Transilvânia do Norte passou para controlo da União Soviética e da Roménia em 1944, ficando a fazer parte integral do território Romeno, após o fim da guerra (pelos Tratados de Paris assinados em 1947). Entre a década de 50 e 60 existiam partes do país Székely que tinham autonomia e, ainda hoje, existem iniciativas territoriais que pretendem atingir a autodeterminação. Atualmente, a região é habitada por mais de 500 mil pessoas de origem húngara, que procuram uma separação da Roménia. (ibidem,2007,para.8)

Boríngia é uma ilha da Dinamarca que se situa no mar Báltico, mais a leste do que as restantes ilhas dinamarquesas, um pouco a sul da Suécia e a norte da Polónia. Esta ilha está muito bem posicionada no mar báltico. Motivo este que levou a que vários países a controlassem ao longo da história como a Dinamarca, a Suécia e o Lubeque. Esta região tem como principais atividades económicas a pesca, a relojoaria, produção de produtos lácteos e a cerâmica. Além de que o turismo também representa uma área da economia muito importante, principalmente no Verão. “Na ilha de Bornholm, no mar Báltico, onde vivem 40 mil pessoas, há um partido que defende a independência ou autonomia desde os anos 90. Mas tem pouco apoio popular.”<sup>xxxiii</sup>(Lúcio & Branco,2007,para.9)

As ilhas Faroé são um território dependente da Dinamarca que se localizam no Norte do oceano Atlântico, entre a Escócia e a Islândia. Desde o ano de 1948 que a Dinamarca atribuiu o estatuto de autonomia a estas ilhas. Todavia parte dos seus habitantes (sensivelmente 50 mil) procuram a independência, e os argumentos que utilizam para se justificarem são, a distância de cerca de 900 quilómetros do continente, e o facto de possuírem uma língua e uma cultura bastante diferentes da Dinamarca. Este arquipélago é constituído por 18 ilhas de maior dimensão e algumas mais

pequenas, que não são habitadas. No total são a terra de 47 mil pessoas distribuídas por uma área de 1.500 km<sup>2</sup> sensivelmente. Tórshavn é a capital que se situa na maior ilha (Streymoy) e tem cerca de 16 mil habitantes. No parlamento deste arquipélago existem mesmo quatro partidos que procuram a todo o custo conseguir a autodeterminação. Como estas ilhas têm estatuto de autonomia determinado na Dinamarca possuem um alto-comissário, que rege pela rainha, um parlamento unicameral, constituído por 32 membros e por fim um primeiro-ministro, que é o chefe do governo. (ibidem,2007,para.9)

Foi na primeira metade do século XX, devido ao descontentamento com o grau de autonomia das ilhas, que foram criados os primeiros partidos, O *Partido da União* e o *Partido da Autonomia*. Algum tempo depois surgiu o social-democrata, *Partido da Igualdade*, e o partido nacionalista conservador, *Partido do Povo*. Em 1948 nasceu o *Partido da República*, em que o seu ideal era a criação de uma República. Hoje em dia, estas ilhas têm eleições de quatro em quatro anos e é nessa altura que se elege um novo parlamento, este parlamento escolhe o governo que é constituído por um presidente e sete ministros.

Em 1998 após a substituição de um partido cooperante com a Dinamarca por um partido secessionista, iniciou-se uma coligação política que movimentou o processo que pretendia atingir a soberania total. No ano de 2002 o governo regional e o governo da Dinamarca iniciaram um diálogo com vista a conseguirem atingir a soberania do aglomerado de ilhas, sem dissolverem todavia o acordo “Commonwealth”, que une as duas regiões. Os intervenientes acabaram por não chegar a um acordo, resultando no término da negociação. (ibidem,2007,para.10)

No ano de 2002 com novas eleições o cenário político altera-se, este acontecimento levou a que o *Partido do Povo* e o *Partido da Autonomia* perdessem os seus acentos no parlamento para o *Partido da União*. Ainda assim, o governo regional foi constituído por uma coligação entre o Partido do Povo (Republicano, Autonomista e de Centro). É no ano de 2011 que um novo projeto de constituição das ilhas é formado, no entanto, é declarado anticonstitucional pelo ex primeiro-ministro da Dinamarca. (ibidem,2007,para.10)

Outra separação que ocorreu recentemente em território europeu, e cujas consequências ainda não se encontram determinadas, foi o *Brexit*.

O resultado do plebiscito no qual os britânicos decidiram sair da União Europeia pode igualmente representar novas consultas populares, dentro do próprio Reino Unido. O dia 23 de junho de 2016 conhecido como o “dia da independência” ficou marcado pela vitória do “abandonar” (esta decisão estende-se ainda à Escócia e à Irlanda do Norte). Contudo na Escócia a votação foi bem diferente, aí o “fica” ganhou com 62% dos votos, assim como na Irlanda, onde a ideia de permanecer foi também mais forte. Isto pode levar a que outras tendências separatistas surjam nestas regiões em relação à Inglaterra. A Escócia inclusive, após a votação, começou logo uma série de diálogos, de forma a manter os laços com a Europa. “ Nesta sexta-feira (24), Nicola Surgeon, primeira ministra da Escócia e um dos principais nomes do Partido Nacionalista Escocês, deixou claro que os escoceses “veem o próprio futuro como parte da UE”.<sup>xxxiv</sup>(Odilla,2016,para.5) O desrespeito demonstrado por David Cameron em relação à decisão da Escócia e da Irlanda do Norte abriu as portas para que muitos outros movimentos independentistas comecem a sua afirmação e reivindicação por toda a Europa.

Desde que a União europeia foi criada em 1957 nenhum dos seus atuais 28 países decidiu sair. Apesar das consequências políticas e económicas que o *Brexit* representou a votação não

significou a separação imediata do Reino Unido (pelo menos a todos os níveis). Esta decisão da separação foi bastante polêmica, pois expôs várias fragilidades ao nível interno do Partido Trabalhista, acabando por dividi-lo. Além disto, o Conselho Europeu ainda tem de ser devidamente notificado para que se iniciem negociações, e se agilize toda a burocracia. A duração deste processo estava estimada em 2 anos, ou seja, deverá terminar neste ano de 2018. De referir, mais uma vez, o provável efeito em cadeia a nível das independências que este acontecimento virá a provocar. Pois a verdade é que cada região procura, cada vez mais, obter melhores acordos políticos para lucrarem a nível financeiro. Para já não falar na possibilidade de controlar as fronteiras e ter poder para determinar as pessoas que entram e saem do país, contrariando a livre circulação de pessoas e bens, vigente neste momento na Europa. (ibidem,2016,para.5)

As repúblicas que faziam parte da Ex união soviética desmantelada em 1991 ainda hoje lutam para conseguirem a total independência, que desde essa altura almejam. A Ossétia do sul foi integrada na Geórgia, a partir dessa integração uma série de disputas foram iniciadas por Russos e Georgianos, em relação ao território. Esta é uma região do Cáucaso que estava inserida na República Socialista Soviética da Geórgia. Atualmente encontra-se independente e separada desta, e em 1991, declarou a sua independência durante o conflito que mantinha com a Geórgia.

No ano de 2008 este território declarou a independência, ato este aprovado pela Rússia e Venezuela mas que não pelos Estados Unidos, União Europeia e ONU. A Ossétia do sul pretende unir-se à do norte, que se trata de uma nação independente integrada na federação da Rússia, deixando de estar unida ideologicamente à Geórgia. A independência para esta região significaria ter mais espaço para demonstrar a sua cultura muito própria e também a sua língua diferente do idioma da Geórgia. Casos semelhantes ocorrem, ainda hoje, na Transdnístria na Moldávia em Nagorno Karabakh no Azerbaijão e na Abcásia situada no Cáucaso.

### **2.3-Tendências e Movimentos separatistas atuais na Espanha**

Atualmente, os movimentos separatistas mais fortes em Espanha encontram-se na Catalunha e no País Basco, pois a Espanha à semelhança de muitos outros países europeus é um estado multicultural. No seu território estão reunidas muitas possíveis nações e grupos de etnicidade muito diferentes, que têm um certo grau de autonomia e coesão. O único problema que reside nesta situação é que ao contrário de outros países que lidam relativamente bem com a multiculturalidade (como a Suíça ou a França), na Espanha estas tensões são muito acesas, principalmente no que toca a catalães, bascos, galegos e navarros. (Ribeiro,2011,pp.1-2)

Estes movimentos nacionalistas têm as suas raízes na história espanhola desde a formação do reino. No entanto, a questão catalã e basca começou a ganhar contornos mais vincados com a guerra civil (1936-1939), e na ditadura franquista (1939-1976). No fundo, porque durante os 38 anos que vigorou esta situação política a cultura destas duas regiões foi extremamente reprimida, assim como a sua língua. (ibidem,2011,p.1)

Apesar de no mundo, nos anos trinta, se viverem tempos de conflitos e incertezas devido ao aproximar de um novo conflito mundial (2º Guerra Mundial), a situação em Espanha conseguia estar pior. Estas tensões desencadearam numa guerra civil onde de um lado estava a Frente Popular, caracterizada por ser constituída pelos apoiantes da esquerda (que além dos anarquistas e comunistas também tinha os democratas), e pela Frente Nacionalista da Galiza, País Basco e Catalunha que defendiam os ideais da segunda república espanhola (1931). Na outra barricada situavam-se os nacionalistas, formados pelos monárquicos e Carlistas apoiados por Francisco Franco, que pretendiam implantar uma ideologia Fascista, que já há algum tempo vigorava na Europa. A Guerra civil Espanhola termina a 1 de Abril de 1939, no mesmo ano em que o franquismo é implementado, a ditadura vai reprimir fortemente todos os movimentos separatistas existentes em território espanhol assim como os idiomas característicos das regiões periféricas. (ibidem,2011,p.1)

Como refere Anthony (2017) várias tentativas de instituir a independência já foram realizadas na Catalunha, como os referendos de 2014 e de outubro de 2017, mas ambos foram vetados pelo governo central devido a incompatibilidades com a constituição. Os movimentos separatistas, na atualidade, aproveitam-se de eventos bastantes mediáticos e com protagonismo para fazer propaganda à sua revolta e aos seus objetivos, de forma a salientarem o seu nacionalismo extremo, no panorama internacional.

*(...) um bom exemplo foi a final da Copa Do Rei onde os dois participantes Atlético de Bilbao (representante do País Basco) e Barcelona (representante catalão) vaíram em união o hino espanhol durante o início do jogo como forma de protesto. (Anthony,2017,para.13)*

A comunidade autónoma catalã, cuja capital é Barcelona, tem poder administrativo, político e legislativo sobre o seu território e ainda possui um idioma próprio, o catalão. É uma região culturalmente independente e bastante rica e este desejo de independência já vem de há muito tempo. (ibidem,2017,para.13)

O território representa 19% do PIB de Espanha e um quarto das exportações realizadas no país. No entanto, a Catalunha ainda não é totalmente independente do estado espanhol e os opositores aos movimentos independentistas acreditam que esta pretensão para atingir a autodeterminação é ilegal, ao nível constitucional. Isto porque apesar de possuir várias liberdades e poderes a nível executivo e até linguístico, a região tem obrigações e ligações com a constituição de 1978 e com o governo central de Madrid. (“Espanha – As Comunidades Autónomas”,2014,pp.5-7)

Desde que a constituição de 1978 entrou em vigor e permitiu à Catalunha formar o seu parlamento regional, “a *Generalitat*”, os primeiros tempos de governo foram de colaboração com as ideias de Madrid. O partido maioritariamente vigente, na altura, foi o nacionalista e conservador “Convergência e União”. (Romão,2013,pp.5-7)

Apesar de todas as autonomias que a constituição proporcionou, os ânimos em Espanha ficaram ainda mais exaltados. Vários movimentos ansiavam pela separação da Catalunha. No entanto, hoje em dia a população catalã encontra-se muito dividida na questão da formação de uma nação catalã, que seja independente. De qualquer das formas os protestos pró independentistas deflagram várias vezes na região, o que cria instabilidade e insegurança. (ibidem,2013,p.5)

Por sua vez o País Basco é composto pela comunidade autónoma com esse mesmo nome, a comunidade de Navarra e ainda três províncias francesas. O idioma basco é o mais antigo dos idiomas falados na Europa. Devido a esta diferença espacial e ideológica, no final dos anos 50, surgiu uma organização militar armada que utilizava a sigla ETA (Euskadi Ta Askatasuna) ou traduzido “País Basco e liberdade”.

O território basco está dividido entre o sul de França, onde seguem convivendo tranquilamente com os franceses, e o norte de Espanha. Foi a partir do século XV que o povo basco passou a fazer parte do território espanhol, contudo o bocadinho em espaço francês apenas foi reconhecido no século XVII. Apesar da sua existência relativamente recente em território espanhol, este território foi das poucas regiões dentro da Espanha a atingir o nível de autonomia mais elevado. Muito devido à sua história e por protestos realizadas sob as mais variadas formas. No entanto, igualmente ao que se passou na Catalunha a ditadura de Francisco Franco reprimiu muito os grupos separatistas e o idioma basco. Isto fez com que o sentimento de recusa, tanto pelos bascos como catalães, fosse crescendo e ficando mais nítido. (ibidem,2013,p.5)

Assim como Romão explica, (ibidem,2013,pp.11-16) no final da ditadura franquista, o país atingiu um certo nível de autonomia devido à criação do seu próprio parlamento e do seu sistema tributário autónomo. Até aquela altura, a organização era apoiada pela população e manifestava-se de forma muito violenta, assassinando entidades militares e políticas. Apesar da população basca apoiar a ideia de independência, à medida que a violência foi aumentando, as pessoas foram progressivamente reprovando estas práticas terroristas da organização.

No ano de 1978, devido à constituição o País Basco alcançou assim como outras comunidades um estatuto autonómico próprio, todavia, o grupo armado não fica satisfeito e pede a independência total do território. Já desde a morte de Francisco Franco, em 1975, que membros da ETA tinham referido que se iriam dedicar à política e não às armas, no entanto, o desarmamento chegou bastante mais tarde. (ibidem,2013,pp.11-16)

Foi em março de 2006 que a entidade declarou o cessar-fogo permanente, logo violado em dezembro, através de um ataque no aeroporto de Madrid com um carro bomba. Este ataque foi surpresa e acabou por provocar o desabamento de três andares do edifício do aeroporto, o cancelamento dos voos (num dos anos mais movimentados para o tráfego aéreo europeu), a morte de duas pessoas e o ferimento de outras 19. Segundo Laudonio<sup>xxxv</sup>(2017,para.4) o desarmamento apenas foi realizado completamente no ano de 2017. Ano esse, em que a Catalunha decidiu realizar um referendo (no mês de outubro) que foi bastante criticado, principalmente pelo poder central. No fundo, o governo de Madrid apoiou-se na constituição, que lhe dá e deu, neste caso, o poder de veto sobre o resultado do plebiscito. Neste seguimento, o governo da Catalunha foi deposto, a maior parte dos políticos presa e a situação continua bastante incerta na atualidade.

Nestes dois casos distintos, dos catalães e os bascos, vemos que ambos possuem razões históricas bastante vincadas para se insurgirem. De qualquer das formas, não se prevê que tanto uma região como a outra consigam tornar-se independentes visto que a Espanha recebe um enorme apoio, tanto da União Europeia como das Nações Unidas.

No entanto existem outras reivindicações independentistas dentro do território espanhol, como é o caso da Galícia. Este território é outra das comunidades autónomas espanholas que têm, na constituição, o estatuto de nacionalidade histórica. O próprio estatuto de autonomia da Galiza

legaliza o galego como uma das suas línguas oficiais (falado por 90% das pessoas), assim como castelhano (falado por 96% das pessoas). Contudo nas Astúrias e em Leão, comarcas separadas da Galiza desde o século XVIII, também se fala o galego, e o nacionalismo galego reivindica que estas terras façam parte da comunidade. O atual acordo ortográfico da Galiza, no entanto, refere o português como a base para norma pela qual a língua galega é formada. Na Galiza existe a teoria que o português e o Galego nunca se separaram, o galego assume-se como um dialeto do português, da mesma forma que o português do Brasil ou os vários dialetos de África. (Bruno, 2017, para. 13)

*Sempre me senti galega, desde muito nova”, explica Ana Pontón. “Foi um processo natural de não entender porque a minha língua estava a ser discriminada, porque um país tão rico tinha tanta desigualdade...” A língua é sempre um dos fatores apontados pelos independentistas e na Galiza esse é um dos elementos mais importantes — muito embora, de acordo com as estatísticas, a percentagem de falantes de galego na região esteja em queda.* (Bruno, 2017, para. 13)

Os galegos queixam-se muito também do fator económico, pois afirmam que a região é a menos desenvolvida de Espanha e a que é deixada mais vezes para trás. É na Galiza onde existe a maior taxa de emigração de toda a Espanha e onde a população ganha salários mais baixos. Para a maioria dos galegos um dos grandes entraves à independência do território é terem uma economia muito dependente da espanhola, que não lhes dá poder para fazerem exigências ou agirem sozinhos. O grande objetivo dos soberanistas galegos é conseguirem que a região obtenha o estatuto de nação, este momento, a Galiza apenas tem o estatuto de nacionalidade histórica o que para a muitas pessoas é pouco. Existe portanto dentro do território galego, quem apoie a separação total da Espanha, e quem apenas queira obter um estatuto com mais autonomia. (ibidem, 2017, para. 13)

## **2.4- História dos referendos em Espanha**

Referendo é uma palavra que deriva do latim *referendum*. É um mecanismo político que faz parte da democracia semidirecta. Através deste processo os cidadãos eleitores de um país são chamados a manifestar-se, através de sufrágio direto e secreto, em relação a um tema ou assunto específicos. Assunto este que seja relevante e importante para a nação. Este método é usado para assuntos excepcionais dos quais o resultado é vinculativo para a constituição. (Affonso, 1996, pp. 1-15)

Irão ser abordados os referendos que se realizaram na Espanha, no entanto, apenas durante o seu período democrático que segundo os historiadores se inicia a partir da morte de Francisco Franco, a 20 de novembro de 1975.

Na história da Espanha democrática aconteceram cerca de cinco referendos. Em 1976 realizou-se um referendo sobre a reforma política em Espanha, no ano seguinte foi altura para a

concretização de outro plebiscito para a ratificação da constituição espanhola, desse mesmo ano. No dia 4 de julho de 2009 realizou-se uma consulta sobre a independência da Catalunha, no município espanhol de Barcelona Arenys de Munt. Por fim em 2014 e 2017, ocorreram em território Catalão dois referendos sobre a independência desta região histórica. (Marques,2017,s.p)

O referendo em relação à elaboração da lei para a Reforma Política realizou-se na Espanha a 15 de dezembro de 1976, no fundo, perguntava aos espanhóis se aprovavam a Lei que iria fazer uma reforma política, previamente aprovada pelas Cortes Gerais (Parlamento). A pergunta feita aos espanhóis era “Aprova o projeto de lei para a Reforma Política?”, daqui resultou a passagem do Projeto, apoiado por cerca de 94,17% dos votantes. Votaram um total de 77,8% de eleitores neste referendo do total esperado. (Navarro, (s.d),pp.10-16)

O censo eleitoral deste referendo era de 22.644.290 milhões de pessoas, obtendo 17.599.562 milhões de votos cerca de 77,8% do total. A votação a favor rondou a casa dos 16.573.180 (94,17%). Os votos contra situaram-se nos 450.102 (2,56%), por fim votos nulos foram 52,823 (0,30%). O resultado positivo foi muito equilibrado em todas as províncias, variou entre 89,8% na Cantábria e 96,9% em Almeria, o voto em branco chegou a ultrapassar o negativo na maioria das províncias, excetuando três províncias no País basco. Em comparação o voto negativo superou o positivo em 5%. Na Cantábria e em Toledo, nas províncias de Lérida, Ourense, Huesca e Huelva foi inferior a 1,5%. Sevilha foi a única província onde o voto nulo foi superior aos restantes, com 1,5% dos votos. (ibidem,p.10).

O fim da Guerra civil fez aparecer um regime ditatorial que durou até 1975. A partir deste momento era fundamental criar um novo panorama político onde várias ideologias políticas pudessem conviver. Um caminho novo e nunca percorrido estava a iniciar-se para a Espanha. No dia 5 de julho de 1976 Adolfo Suárez tornou-se o Presidente da Espanha e em setembro foi proposto, pelo seu governo, um projeto reforma política. Projeto este a aprovar pelas cortes gerais, e posteriormente a referendar entre os espanhóis. (Romão,2013,pp.63-78)

A 18 de novembro de 1976 as cortes gerais passam o projeto com maioria, e este vai adiante. O dia do referendo foi o dia 15 de dezembro de 1976. Cerca de 94% dos votantes disse sim ao projeto de reforma política elaborado naquele que foi o primeiro ato eleitoral completamente livre, desde fevereiro de 1936. Isto porque todas as eleições ou votações, durante a ditadura, eram extremamente manipuladas e propagandeadas pelo governo. Contudo ainda não podemos afirmar que os espanhóis participaram (em 1976) numa votação completamente livre, visto que o estado ainda não possuía todas as estruturas específicas de uma democracia.

Foi posta em prática uma campanha governamental onde se publicitava o voto “sim”, e o ligava diretamente a uma cidadania ativa. A oposição, apesar de ser ilegal, também fez campanha a favor da abstenção. Isto porque não realizou o propósito claro do governo, que era separar-se totalmente das estruturas franquista e por fim implementar um sistema completamente novo e democrático. O governo pretendia que a população votasse em força, por sua vez as forças de oposição apelavam à abstenção que daria uma vitória (ideológica) aos franquistas. Contudo, os meios económicos de que dispunham o governo (apoiantes do sim) e a oposição (apoiantes da abstenção) era bastante diferente. Os primeiros dispunham de uma máquina de propaganda enorme para auxiliar na divulgação da sua mensagem, já os últimos possuíam escassas possibilidades económicas e tinham que atuar na clandestinidade. Apesar da publicidade do

governo não ter sido das mais corretas nem ao nível das campanhas praticadas hoje em dia, isto foi fruto da inexperiência e da propaganda, que vigorou durante quase 40 anos de ditadura.

A <sup>xxxvi</sup>Lei de Reforma Política (Lei 1/77) que promovia uma reforma constitucional e que poderia ser iniciada pelo governo ou pelo congresso dos deputados, havia sido passada com sucesso em referendo. Logo de seguida, foram convocadas eleições diretas para o congresso dos deputados e para o senado. (ibidem,2013,p.65)

*Paralelamente, o Governo tomava uma série de medidas que liberalizavam o regime, tal como o abrandamento da Lei de Ordem Pública, a ampliação do direito de associação política e de associação sindical, e a concessão de anistia. O momento mais marcante desse processo foi a legalização do Partido Comunista da Espanha. <sup>xxxvii</sup>(Maués & Santos, 2008, p.10)*

Das eleições democráticas saiu vitoriosa a União de Centro Democrática, contudo sem maioria, e a maior força de oposição, o partido socialista operário espanhol (PSOE) e seus operários. Estes dois partidos vão ser os responsáveis por realizarem a futura constituição de 1978.

Dois anos depois, teve lugar o referendo para a ratificação da constituição Espanhola em 6 de Dezembro de 1978. Neste referendo perguntava-se à população espanhola se esta aprovava o projeto constitucional elaborado nesse ano, (“Aprova o Projeto de Constituição?”). O desfecho foi a aprovação do projeto constituinte por 88,54% do total de votantes. De um censo de 22.632.180 milhões de eleitores foram contabilizados 17.873.301 milhões de votantes (67,11%). Dentro dos votos contabilizados, 88,54 % foram votos a favor e 7,89% foram votos contra. Os votos em branco situaram-se na percentagem dos 0,75%. (ibidem,2008,p.10)

Os referendos de independência da Catalunha foram os processos não vinculantes nem oficiais, que ocorreram nos municípios que constituem a comunidade catalã. Neles os votantes eram chamados a manifestarem a sua concordância ou desagrado em relação à independência catalã, de Espanha. A primeira consulta democrática na história catalã ocorreu no município de Barcelona Arenys de Munt, a 13 de setembro de 2009. Neste referendo foi perguntado à população dessa vila “ Está de Acordo que a Catalunha seja um estado de direito, independente, democrático e social, integrado na união europeia?”.

No dia 12 de dezembro votou-se no município de Sant Jaume de Frontanyà, e em outros 166 municípios no dia 13 de dezembro. Em Abril de 2011 ocorreu outra votação mas desta vez em Barcelona. “The time has come for us Catalans to seize our destiny, to stand up and demand what is our right. We are a nation and as such we deserve the right to self-determination,” (Tárrega, 2009, para.5)

No dia 13 de Dezembro era esperado que cerca de 200.000 mil pessoas fossem votar (apenas 30% das pessoas aptas para votar). Uma moção de censura, que ocorreu no conselho do município, desencadeada por Candidatos à Unidade Popular (CUP) foi a razão que resultou na convocatória do referendo. Isto tudo sucedeu pois em 2006 os grupos pro independentistas não se encontravam satisfeitos com o estatuto de autonomia, instituído nesse ano. Além de que desencadeou a vontade em outros municípios catalães de fazerem algo semelhante. Como este referendo usufruiu de muito pouco apoio das estruturas do estado, não se concretizou no mesmo dia em todos os municípios catalães, como foi referido anteriormente. (ibidem,2009,para.5)



Apesar do governo central espanhol ter feito de tudo para impedir esta consulta, pode dizer-se que este teve um certo sucesso, com uma participação de aproximadamente 41%. Esta taxa foi superior à das eleições europeias da época e do referendo de aprovação da constituição espanhola de 1978, o que fez deste acontecimento algo notado pela Espanha e pela comunidade internacional. O “sim” ganhou com 96,2% dos votos, e o “não” ficou-se pelos 2,3%. No geral, o referendo foi reprovado pelo governo espanhol e por quase todos os partidos, excetuando os mais à esquerda. No panorama internacional teve um enorme impacto, o que levou a que milhares de jornalistas e órgãos de comunicação se deslocassem a Arenys de Munt. O processo de voto apenas terminou em 10 abril de 2011, com a última votação em Barcelona. (ibidem,2009,para.6)

Três anos depois, em 2014, outro referendo acontecia na Catalunha, em que o pretendido era discutir o futuro da região. Este referendo estava inserido num projeto de governação liderado por Artur Mas (ex presidente da Generalitat), pelo partido Convergência e União (CIU) e por Oriol Junqueras da Esquerda Republicana da Catalunha (ERC). A sua assinatura ocorreu a 18 de dezembro de 2012 e foi chamado pelos integrantes de Pacto pela liberdade. Os partidos integrantes e assinantes do documento comprometiam-se a realizar o referendo em 2014, e que apenas reconsiderariam se algum problema económico ou político surgisse e os obrigasse a prolongar o processo. Artur Mas para que o acordo corresse da melhor forma tomou posse do governo da *Generalitat* por um segundo mandato. <sup>xxxviii</sup> (“80% votam por independência em consulta informal na Catalunha”,2014)

Em dezembro de 2013 o governo catalão fez um comunicado a anunciar o agendamento do referendo para o dia 9 de novembro de 2014, comunicando que este iria ser constituído por duas partes, cada uma com uma pergunta diferente. A primeira era “Quer que a Catalunha seja um estado?” e a segunda “Se sim, quer que este estado seja independente?”. O governo espanhol reagiu logo a esta possibilidade de referendo, afirmando que tencionava bloqueá-lo e dando fortes certezas de que este não seria realizado. <sup>xxxix</sup>(Cordeiro,2014,p.13)

O primeiro-ministro espanhol, na altura Alberto Ruiz Gallardón, explicou que o referendo não se podia realizar devido à inconstitucionalidade que se estaria a cometer. Pois nenhuma comunidade autónoma está autorizada a colocar em referendo questões que se relacionem com a soberania nacional. Apesar do tribunal constitucional ter proibido o referendo do dia 9 de novembro de 2014, referiu que nada iria fazer para impedi-lo, caso este fosse divulgado e realizado por grupos de cidadãos e caso o governo catalão não participasse na realização da consulta. O referendo acabou mesmo por se concretizar na data marcada, contudo sem carácter vinculativo.

A consulta simbólica teve a participação de aproximadamente 2.300.000 pessoas de um universo de 7,5 milhões de catalães. O “sim” venceu com 80,72% dos votos nas duas perguntas. O “não” apenas obteve 4,55% dos votos, ficando muito aquém. (ibidem,2014,p.13)

O referendo de 1 de outubro de 2017 foi o culminar de anos de conflitos, desentendimentos e polémicas no que se refere ao independentismo catalão. Os catalães afirmam que o processo constitucional de 1978 não serviu de todo a região pois foi muito impositivo e cobrador, tanto a nível político como económico. (Bedinelli,2017,p.24)

A Catalunha que corresponde a 19% do PIB espanhol contribui muito mais para a economia espanhola do que recebe, queixando-se de usufruir muito pouco do dinheiro que gera e de manter economicamente outras comunidades espanholas, bem mais pobres. Em 2005 o

parlamento catalão elabora um estatuto de autonomia, que submete à aprovação do tribunal constitucional. No entanto o partido popular (PP), com 15 dos 135 deputados que têm acento no parlamento, entrou com um recurso contra várias alíneas e artigos integrantes desse estatuto. O tribunal constitucional ia recebendo vários recursos, inclusive de outras comunidades, todos a questionarem a legalidade deste texto, que já estava em vigor na Catalunha desde 9 de agosto de 2006. (*“LLEI 19/2017, del 6 de setembre, del referèndum d'autodeterminació”*,2017)

É no ano de 2010, que por fim, o tribunal constitucional dá a sua sentença, não reconhecendo a soberania catalã. Devido a esta decisão, seguem-se protestos na Catalunha, um deles com uma adesão histórica de meio milhão de pessoas a pedirem um referendo pela independência. No entanto, um ano depois, Mariano Raroy chega ao poder. Na eleição de 2015, o CIU e os independentistas de esquerda unem-se numa coligação chamada *Junts pel Sí* (Juntos pelo sim) que defendia o separatismo. Contudo a coligação acabou por ainda não ser suficiente e tiveram que se unir à extrema-esquerda. Deste modo Artur Mas foi deposto e substituído por Charles Puigdemont. Este presidente apenas dezassete meses depois de ser investido anuncia, a 10 de junho de 2017, a marcação de um referendo para o 1º de outubro. No plebiscito iria-se fazer a pergunta "Quer que a Catalunha seja um Estado independente em forma de República?". Tudo isto sem ninguém ter a certeza de que o referendo se iria realizar. (*“ El Tribunal Constitucional suspende el referèndum soberanista en Catalunya previsto para 2017”*,2016)

Mariano Raroy declarou de imediato a natureza anticonstitucional da consulta assim como a sua ilegalidade. Esta decisão fez com que há medida que o tempo passava, a tensão entre *Generalitat* e Governo central fosse aumentando, pois este era acusado de adotar uma posição antidemocrática. (ibidem,2016)

O governo espanhol tentou pelos meios que tinha ao seu alcance, impedir a realização da consulta enviando seis mil polícias da capital para Barcelona, encerrando a maioria dos colégios eleitorais, confiscando boletins e urnas e bloqueando ao nível digital páginas de publicidade ao referendo. Boicotou ainda os centros de telecomunicações, tecnologia e informação da *Generalitat*, o que dificultou o voto à distância e a própria contagem de votos. (*“Tensão e violência marcam referendo. Governo critica inação da polícia catalã”*,2017)

A violência foi um fator muito sentido tanto na rua como nos locais de voto, onde os polícias fizeram muito uso da força por meio de cargas policiais e de gás lacrimogéneo. O que resultou desta atuação foram centenas de feridos.

Cerca de 92,01 % dos inquiridos responderam “sim”, o “não” ficou-se pelos 7,99%. Os votos em branco rondaram os 2,03% e os válidos andaram na casa dos 97,17%. Inválidos contabilizaram-se 2,83%, tudo isto num total de 2.286.217 (100%). A participação da população catalã neste referendo foi inferior à participação no referendo de 2014.

*Não é possível, porém, tirar muitas conclusões a partir desses números. O referendo deste domingo carecia de garantias legais (houve inúmeros exemplos de pessoas que votaram várias vezes ou sem qualquer controle nem identificação), e o Governo regional não conseguiu explicar a origem dos dados de participação (que não puderam ser averiguados) nem o método utilizado na apuração, que também não se deu com garantias legais. Além disso, em 2014 o Estado não agiu no sentido de tentar impedir a votação, que na ocasião foi apresentada como não sendo de aplicação imediata, independentemente do resultado. Nos dois casos, os partidos constitucionalistas defenderam que o referendo fosse simplesmente ignorado. (Baquero,2017,para.2)*

A forte repressão montada pelo poder central em torno deste referendo impediu que mais de meio milhão de pessoas, que estavam inscritas neste referendo, votassem. Foi necessário chegar ao dia 10 de outubro de 2017 para que Charles Puigdemont declarasse unilateralmente a independência da comunidade. No entanto, o presidente da *Generalitat* pediu para que os efeitos legais desta (independência) fossem suspensos por algum tempo, para que um diálogo fosse aberto e que uma solução viável para as duas partes surgisse. (ibidem,2017,para.2)

## Capítulo III

### 3-Jornalismo e Conflito

#### 3.1- O que é Jornalismo? Alteração de um paradigma e o aparecimento de um novo contexto mediático

O jornalismo foi muito importante para a constituição dos sistemas que são a base da modernidade. Sistemas como o estado que através de burocracia e das leis consegue manter uma sociedade estável, onde uns têm poder e outros cumprem as regras. No entanto estas relações de poder devem ser cumpridas dentro das leis de um estado democrático (onde os que lidam com o poder diariamente não devem dele tirar partido. E também o mercado, onde o desenvolvimento e proliferação da informação permitiu que o valor de uso se transforma-se em valor de troca, pois a lei da oferta e da procura vai influenciar a oscilação dos preços. (Rocha, (s.d),p.114).

No entanto como referiu Esteves (2003) (como citado em Rocha, (s.d),p.114) desde sempre o jornalismo evidenciou possuir muito uma faceta bipolar, onde por um lado era uma área profissional que dominava, e por outro que libertava, esclarecia e que promovia o crescimento social. É necessário compreender quais as bases concecionais dos média noticiosos para entender, na realidade, a sua capacidade ou incapacidade de influenciar a sociedade. E entender melhor o porquê das disputas atuais pelo controlo do agendamento jornalístico. (Rocha, (s.d),p.114)

A Teoria comunicativa de Habermas é bastante esclarecedora do modo como o jornalismo pode ser, de uma forma, uma estrutura de poder e dominada por poucos e por outro um campo livre desvinculado de “donos” e ao serviço da comunidade.

Desde sempre as opiniões sobre o jornalismo dividiram-se entre aquelas que o consideravam uma atividade muito ligada à economia, e aqueles que o estudavam e associavam ao campo académico, desdobrando-o em várias teorias e artigos científicos. A verdade é que desde que a globalização e a multiculturalidade se foram afirmando, assim como um panorama mundial controlado pela economia e as suas oscilações, o jornalismo foi obrigado a adaptar-se e alterar-se para sobreviver. Esta área profissional teve igualmente de se adaptar às inúmeras e rápidas

alterações tecnológicas que aconteceram e acontecem no mundo digital e tecnológico. (Deuze,2005,p.444)

Van Zoonen (como citado em Deuze,2005,p.444) referiu que o jornalismo pode cada vez mais ser considerado como uma ideologia ao invés de uma profissão, pois tende a variar muito segundo os significados e a maneira como cada jornalista aborda e enquadra a notícia. Esta profissão ao longo do tempo foi-se desenvolvendo ideologicamente, e os estudiosos ao mesmo ritmo iam avaliando o que deveria ser considerado verdadeiro jornalismo e o que não era. Muitos autores não especificam no que consiste esta ideologia jornalística, mas a verdade é que possui valores muitos contraditórios, assim como as suas práticas.

Schudson (ibidem,p.445) afirma que é o conhecimento cultural que define o julgamento e tratamento noticioso, mas que as práticas a usar já estão entranhadas na forma de agir dos comunicadores. No entanto, como defendeu Brennem (ibidem) o jornalismo é bem mais do que uma forma já institucionalizada de atuar, não se resumindo a uma ideologia constante pois a verdade é que este foi alterando as suas formas de agir durante o tempo. Esta ideologia pode ser partilhada por um conjunto de indivíduos dentro de um grupo, mas isso não limita de todo a criação de conteúdos e o aparecimento de ideias dentro desse meio. E isto tende a ser constante de país para país. No entanto, não podemos falar numa universalização das práticas apenas de uma standardização.

*What these overall findings and conclusions suggest is that journalists in elective democracies share similar characteristics and speak of similar values in the context of their daily work, but apply these in a variety of ways to give meaning to what they do. Journalists in all media types, genres and formats carry the ideology of journalism. It is therefore possible to speak of a dominant occupational ideology of journalism on which most newswriters base their professional perceptions and praxis, but which is interpreted, used and applied differently among journalists across media. (Shoemaker & Reese,1996, como referido em Deuze, 2005, p.445)*

Os conceitos e valores que Golding and Elliott (1979) (como referido em Deuze,2005,p.446) afirmam que fazem parte da ideologia jornalística são:

O serviço público, ou seja, o serviço que o jornalismo fornece ao público como o seu *watchdog* (cão de guarda) recolhendo e disseminando informação útil para a população. A objetividade pois por mais subjetiva que a notícia seja, pelo enquadramento e construção que lhe é dada pelo profissional, tem de existir sempre imparcialidade, neutralidade, credibilidade e justiça dos factos. Autonomia é importante para que o jornalista possua liberdade e independência para trabalhar, e para publicar o seu trabalho. Este deve ter “faro” para a notícia e sentido de imediato, de atualidade e rapidez pois todos estes conceitos são inerentes à notícia. Por fim este profissional deve reger-se pela ética e seguir as regras e as normas ligadas à legitimidade, coerência e verdade. (ibidem,2005,p.447)

O processo de decisão jornalístico, no seu sentido ideológico, pode servir a nível global os interesses dos indivíduos no poder, através do conteúdo a que dá notoriedade e ênfase nas notícias. Os valores e normas corretas e as práticas menos nobres e verdadeiras, são inerentes tanto à profissão de jornalista como de muitas outras. Elas servem para que nos média

generalistas se façam muitas vezes debates sobre o que não está tão bem na área da comunicação. (ibidem,2005)

O jornalismo teve de se adaptar, no entanto, na segunda metade do século XX ao aparecimento da internet e ao desenvolvimento massivo das tecnologias em todas as áreas da sociedade. Desde modo, sofreu modificações muito drásticas tanto na forma como é feito mas também na forma como é ensinado e praticado. (Castaneda, 2003, como referido em Deuze,2005,p.450)

O jornalismo começou portanto a desenvolver-se num ambiente completamente novo, com um ritmo e velocidade mais rápidos. Espaços de multimédia *online* onde se pode ler, observar uma imagem ou ver e ouvir um vídeo estão a mudar profundamente a forma como se faz e ensina esta profissão em todo o mundo.

Singer (2004) defende que “The convergence process that characterizes multimedia poses challenges to departmentalized news organizations, and is generally considered to threaten a news culture that prefers individual expert systems and ‘group think’ over teamwork and knowledge-sharing.”. (como citado em Deuze,2005,p.451) As novas tecnologias mediáticas vão por em causa uma das principais verdades do jornalismo, que é a capacidade do jornalista determinar o que as pessoas leem, veem e ouvem acerca do mundo.

Um dos maiores desafios que se colocam ao jornalismo do século XXI é a capacidade de hoje toda a gente ter a capacidade de produzir informação, pois todos têm acesso às redes sociais e às tecnologias para recolher informação. Uma pessoa com um simples telemóvel pode filmar, gravar, tirar fotos e escrever texto, podendo partilhá-lo em vários locais. Sendo assim o papel do produtor e consumidor de informação mudam, pois todos podem ser, nos dias que correm, produtora de informação. O problema que resulta daqui é a dúvida sobre a veracidade e enquadramento que estas informações têm, principalmente quando são partilhadas nas redes sociais onde abundam notícias falsas. (ibidem,2005,p.451)

A multiculturalidade e a globalização são também dois dos fatores que mais influenciam a maneira como se faz jornalismo. A globalização leva os comunicadores a tornarem as suas matérias mais adequadas à internacionalização e a regiões mais periféricas do mundo, não se centrando apenas no círculo social mais próximo. A multiculturalidade afeta e muito o processo de decisão dentro da profissão jornalística, aumentando igualmente a responsabilidade desta para com a sociedade contemporânea.

Devido às múltiplas culturas que podem cruzar-se numa sociedade nos tempos que correm, é necessário que o jornalismo vá adotando novos valores que cubram as particularidades desta diversidade. (Baumann,1999,como referido em Deuze,2005) Uma questão a resolver, ou melhor a redefinir, é a abordagem que os média dão às minorias pois a raça, a religião, a língua e a etnia, são assuntos que aparecem sempre nos acontecimentos noticiosos. Existem três aspetos a melhorar na forma como o jornalismo lida com a multiculturalidade. São eles o conhecimento dos jornalistas em relação a outras culturas, a representatividade que os meios de comunicação dão à multiculturalidade e a responsabilidade que os jornalistas possuem para com as sociedades democráticas e diversas que existem hoje. (ibidem,2005,p.452)

O conhecimento dos jornalistas sobre várias culturas é importante, pois dessa forma eles vão saber salientar aspetos que poderão ser considerados valor notícia, e os atores que podem ser incluídos ou excluídos das histórias. A maneira como os jornalistas representam uma minoria seja

através de imagens, de palavras ou mesmo por voz, pode ser uma forma de avaliação nos seus cursos. Mais importante é saber que é a partir desta representação que a sociedade cria quadros de referência em relação a estes grupos. Devido ao jornalismo ser atualmente uma profissão muito monitorizada várias pessoas dão opinião e fazem críticas aos trabalhos de todos, por isso é essencial transparência e veracidade nas práticas e nas histórias. (ibidem,2005,p.452)

Os artigos que se têm vindo a realizar no campo jornalístico não evidenciam tanto as mudanças que têm acontecido no campo tecnológico mas sim os comprometimentos a nível cívico e ético que o jornalismo tem que ter cada vez mais com as sociedades. (Cottle et al., 2001, & Wilson and Gutierrez et al., 2003, como citado em Deuze, 2005, p.454)

Com a extrema digitalização e convergência dos meios de comunicação na internet, a relação entre produtor e consumidor alterou-se muito, ao ponto de estes dois atores se fundirem, pois o consumidor é também produtor. Isto vai fazer com que haja muita mais proximidade entre estas duas vertentes. Pois o poder de contar histórias e de possuir informação relevante, assim como a sua divulgação, encontra-se na mão de quase toda a sociedade. É de extrema importância repensar o jornalismo não porque exista algo de errado com a profissão, mas porque é necessário para esta se adaptar a uma cultura moderna cada vez mais líquida e em constante mutação. Fazer um serviço público de qualidade na era da globalização não é o mesmo do que acontecia na era das comunicações de massa, não estivéssemos nós numa época do individualismo e da publicidade instantânea. Para que o jornalismo multimédia faça um serviço público de qualidade é necessário que se trabalhe em equipa e que se procure dar voz às comunidades mais marginalizadas e aos grupos mais minoritários. (Wilson, Gutierrez & Chao et al., 2001, como citado em Deuze, 2005, p.455)

O essencial é transmitir para as pessoas aquilo que elas precisam de saber, ou seja, a influência vem de baixo para cima. É preciso saber equilibrar o fosso que existe entre os jornalistas e os comunicadores. O equilíbrio é a meta pois numa sociedade para além de promovido o contar de histórias, também se deve dar atenção aos desejos e necessidades de um público. (Deuze,2005,p.456)

O parâmetro cumprimento da objetividade nem sempre é fácil de realizar, pois quando tratamos assuntos relativos a grupos e minorias, a distância profissional já não funciona e o profissional tem de entrar num modo mais inclusivo e de maior proximidade com a história. A objetividade jornalística altera os seus contornos quando se tratam este tipo de histórias, pois aqui o conceito de retratar os dois lados da história já não funciona. O essencial é dar importância aquela história em particular. É de máxima importância dar realce aos pormenores e às complexas características que fazem deste tipo de histórias notícia. O novo mundo multimédia que se tem afirmado onde vemos conteúdo ser lançado no *online*, editorial, rádio, televisão, marketing faz com que o jornalista se depare com várias interpretações de objetividade. No fundo onde as tecnologias, e a convergência mediática alteraram o valor fixo da objetividade e a forma jornalística de atuar.

Uma das características mais importantes na profissão de jornalista é a autonomia, ou seja, a liberdade que este possui para poder realizar o seu trabalho. No entanto, como já foi referido, nos ambientes digitais e altamente tecnológicos com que os jornalistas se deparam nas redações, a autonomia é algo que muitas vezes tem de ser partilhado. Isto porque para se realizar uma peça para a um jornal *online*, por exemplo, são necessários vários profissionais que se ocupam de áreas diferentes. Uns ocupam-se da parte de vídeos, outros pelo texto, outros pela fotografia e por aí em diante, ou seja, têm de chegar a um consenso sobre aquilo que cada um quer. Os órgãos de

comunicação ao contratarem pessoas de várias etnias e culturas, vão ter um leque de opiniões mais vasto quanto se trata de agir e de criar conteúdo. Com pessoas de tantas origens o trabalho é muito mais escrutinado e credível, desta forma, até as próprias desigualdades na sociedade vão ser mais analisadas e tratadas. (ibidem,2005,p.456)

Com o acesso mais amplo a notícias e histórias de várias culturas e comunidades, e na era da digitalização e multimédia, a complexidade dos assuntos jornalísticos adensam-se cada vez mais. É possível hoje que os jornalistas em meio digital vão atualizando a informação de minuto a minuto, e até que abram espaços de feedback, para que os usuários respondam e interajam. Isto tudo deve-se ao imediatismo que está cada vez mais presente nesta área profissional. A dúvida é será que este imediatismo e atualização constantes permitem mais diversidade, ou não. A verdade é que a pressão que cada vez mais se coloca aos jornalistas em termos de prazos diários para terminarem as peças, ou para se imprimir e programar o jornal, pode fazer com que cada vez menos assuntos sejam tratados com a profundidade desejada e necessária. O panorama de rapidez instalado tem sufocado cada vez mais a diversidade, a verdade e o profissionalismo do jornalismo, e acaba por muitas vezes resultar num desrespeito ao código deontológico. (Cottle, 2000, como citado em Deuze,2005,p.457).

A ética é sem dúvida dos valores mais importantes que se pode ter na execução da prática jornalística, apesar de muitas vezes diminuída e subvalorizada. É através dela que podemos classificar se um trabalho tem ou não qualidade. Muitas vezes trabalhar com ética é difícil, pois já existem muitos vícios e pressões bem marcados que impedem o profissional de agir moralmente e legitimamente.

A ética é o pilar dos jornalistas contra os interesses comerciais e pressões editoriais e ainda para nortear os temas multiculturais que podem ser incluídos na agenda mediática, para que esta se torne mais inclusiva e diversificada. Deste modo, podemos afirmar que os valores que o jornalismo possuía antes ainda estão presentes, só que adaptados aos tempos fluidos, rápidos e fugazes que hoje vivemos e às alterações que este campo profissional tem sofrido ao nível tecnológico e da convergência.

Nelson Traquina (2001) utilizou o termo “tribo jornalística” para se referir à profissão que necessitava de operacionalizar um conjunto de práticas institucionalizadas, rotinizadas e que possuía um conjunto de conhecimentos sobre a vida pública, que iriam fazer com que se soubesse o que era notícia e o que não era. O jornalismo, segundo ele, também tem fortes ligações ao espaço político e socioeconómico da sociedade e pode sem dúvida influenciá-lo.

Como defende Lippmann (1920) o repórter apesar de tudo o que digam em contrário é um agente que possui um valor fulcral na sociedade. É por isso essencial que se invista no apoio profissional dos bons jornalistas, pois quanto melhor informada uma sociedade estiver mais saudável é. A democracia tem igualmente muito a ganhar quando uma comunidade é bem informada e as pessoas que a integram são capazes de distinguir a boa da má informação, ou verdadeiras e falsas notícias, assim como sensacionalismo de informação essencial. Pois para que uma boa democracia exista é essencial que hajam pessoas bem informadas. Um dos piores problemas segundo o autor é que exista uma imprensa industrial, apenas focada nos lucros e audiências. (como citado em Ferin, Cabrera, & Sousa,2012) Para Lippman a profunda crise nas democracias ocidentais está diretamente ligada à crise do jornalismo.

A questão para Lippmann é que caso os cidadãos tivessem acesso à informação em primeira mão, ou seja, em bruto, não saberiam o que fazer com ela. É necessário que os jornalistas enquadrem essa informação de forma digna e verdadeira, para que as pessoas se guiem. No entanto, na era do instantâneo em que vivemos onde cada um partilha a sua própria versão dos acontecimentos e onde uma visão geral e universal de um grupo é desvalorizada, o jornalismo de qualidade é cada vez mais importante para fornecer informação credível e um enquadramento especializado. Este enquadramento é dado pelo jornalista, pessoa que deve ser esclarecida, clara e dentro da sua subjetividade o mais assertiva possível. Este profissional da comunicação vai publicar o seu trabalho jornalístico, principalmente, naquilo a que Jurgen Habermas denominou, no século XIX, como esfera pública. Para que esta pudesse ter conhecimento de tudo o que de bom e menos bom acontecia e as consequências que daí poderiam vir. Ao longo do século XIX e XX a imprensa alterou-se profundamente e foi-se modernizando e massificando, o que exigiu mais preparação e adaptação pela parte dos jornalistas. (ibidem,2012,s.p)

Com a democratização do espaço público, a notícia ganhou mais importância do que a opinião o que levaria à conturbada relação que se iniciaria entre o jornalista e a objetividade. (Schudson,1978,p.14 como referido em Ferin, Cabrera & Sousa, 2014, p.69).

O jornalismo como o conhecemos hoje partilha muito das bases do jornalismo que se realizava no século XIX, contudo, distinguindo-se deste pelo acrescentar de valores como atualidade, prontidão, exatidão, abundância, credibilidade e ainda pelo aparecimento de um maior número de notícias internacionais fornecidas por correspondentes especializados. O jornalismo foi ficando cada vez mais técnico, com menos perspectiva e enquadramento quase como uma profissão mecânica que debitava informação calculada e previsível. Pois assim era mais fácil é ser-se o primeiro, sem dar informações falsas, apesar de a história muitas vezes ficar incompleta. Muita informação na atualidade permanece assim. (ibidem,2014,p.69)

Ao contrário do que acontecia no século XIX onde apenas a aristocracia e os intelectuais podiam aceder à profissão, no século XX e XXI, a classe média e profissionais de outras áreas do saber podem entrar no mundo jornalístico. Nos últimos 150 anos foi preciso cada vez mais saber conciliar a vontade de jornalistas, publicitários, proprietários, fontes e dos próprios leitores para que uma informação rentável, apelativa mas também de qualidade fosse produzida. Não quer isto dizer que a extrema industrialização da imprensa que alterou profundamente o espaço público, apenas trouxesse vantagens. No entanto o jornalismo teve de saber adaptar a informação e equilibrar a balança dos lucros, da velocidade e da qualidade. (ibidem,2012,s.p)

Apesar de todas as alterações e situações que requereram a sua adaptação ao longo dos tempos, o jornalismo é hoje uma profissão livre e onde existe inovação (apesar de ser composta por assalariados), de modo a que um bem coletivo pela sociedade seja feito. Os valores deontológicos de liberdade e autonomia inerentes a esta profissão são defendidos em vários códigos deontológicos e na cláusula de consciência. Esta última foi uma reivindicação dos jornalistas para que o panorama tecnológico instalado na imprensa, a rapidez com que se exige informação, e as exigências de chefes de redação, apenas preocupados com lucros e vendas, não interferissem com o *savoir faire* próprio do jornalismo e com a autonomia e espontaneidade do profissional.

O sindicato dos Jornalistas (2007) afirmou que várias entidades de representação dos jornalistas têm lutado, quer nacional ou internacionalmente para que todos os trabalhos produzidos, seja em vídeo, fotografia, textuais possuam o nome dos seus autores. (como citado em Ferin, Cabrera & Souza, 2012,p.73) No entanto, o distanciamento e neutralidade são essenciais para que se



separem factos e opiniões e se cumpram os requisitos morais e éticos dos códigos deontológicos. O jornalista deve tentar separar-se de tudo o que sejam manifestações ligadas a determinado tema, de participar em campanhas eleitorais, ou de dar opinião sobre política economia, entre outros tópicos. Isto para manter a neutralidade inerente ao mediador que liga o fio condutor, entre acontecimentos e sociedade. (ibidem,2012,p.74)

Numa sociedade de públicos a discussão é um meio de formação da opinião e os meios de comunicação de massa simplesmente alargam e animam essa discussão. Contudo, nestas comunidades são os média que constituem o tipo dominante da comunicação e os públicos tornam-se meros mercados destes (Mills, 1956, como citado em Ferin, Cabrera & Souza, p.75).

Na era dos conglomerados mediáticos a figura do jornalista como guardião e *watchdog* tem vindo a diluir-se, no entanto, é necessário que além da satisfação do setor privado, se satisfaça as necessidades dos públicos através de um discurso credível virado para a sociedade. No fundo, os jornalistas são meros assalariados, que se querem que lhes paguem ao final do mês têm muitas vezes de ceder às exigências do grupo corporativo a que pertencem. Pois a intenção destes é que os que para eles trabalham consigam tornar a informação o mais aliciante e vendável possível, para que existam lucros e crescimento económico. Por isso é da mais elevada dificuldade jornalistas conseguirem em pleno século XXI, informar, diversificar, divertir e ao mesmo tempo vender. (Rego, 2008,p. 5, como citado em Ferin, Cabrera & Souza,2012,p.70).

A extinção dos intelectuais no jornalismo, ou seja aqueles que informam dando uma perspetiva dos acontecimentos e fornecendo ao público um mapa conceptual para se guiarem através dos eventos do dia-a-dia, está mesmo a acontecer. Este acontecimento afigura-se como das maiores crises atuais para a profissão, e para a própria democracia. (Traquina,2002, como referido em Ferin, Cabrera & Souza,2012,p.78)

### **3.2- Qual o papel e a responsabilidade do jornalismo perante o conflito? O jornalismo de paz**

A maneira como o jornalismo reporta o cenário de conflito e a sua resolução, sempre influenciou o espaço público e acima de tudo a opinião pública. A forma como os meios de comunicação de massas conseguem guiar a perceção do público sobre qualquer assunto é das armas mais poderosas que a comunicação possui. (McComb, 1993, como citado em Aslam,2014,p.9) A agenda mediática, selecionada pelos média, afeta não só a opinião pública mas também a maneira como os jornalistas lidam e interpretam quadros de conflito. Os órgãos de comunicação têm tanta influência que é através dos seus canais que o poder é decidido atualmente. Visto que a maior parte das notícias é lançada pela via da internet e este é um espaço a que muita gente tem acesso e onde pode intervir e argumentar. (Castells, 2007, como referido em Aslam,2014,p.9)

Perante situações de conflito é necessário que o jornalista além de saber tudo o que se está a passar, consiga ter empatia e ligação com as pessoas e os acontecimentos, e não se mostrar simplesmente indiferente. A forma como os repórteres retratam o cenário de guerra, pode fazer com que o público retire ensinamentos violentos, ou não violentos, da informação a que têm acesso da sociedade.

Em muito do Jornalismo praticado no Ocidente predominam as práticas do Jornalismo de Guerra, contudo em oposição a este existe o Jornalismo de Paz, termo cunhado por Galtung and Ruge (1965, como referido em Aslam,2014,p.10) Este tipo de Jornalismo pretende salientar o processo pacífico dos acontecimentos, em detrimento dos violentos, a verdade em vez da propaganda e mentira, as vítimas em detrimentos dos poderosos e elites e por fim a solução em vez da vitória. Isto pode trazer um enorme serviço público à sociedade, que é a função principal que o jornalismo deve desenvolver. Pois o papel do Jornalismo perante o conflito deve ser promover a análise e debate, de maneira a que o público não assimile práticas violentas.

Segundo Lynch (2013,p.36, como citado em Aslam,2014) é uma forma inovadora e insurgente de fazer jornalismo aquela que explora e dispõe os factos de forma legítima e que pode surgir como resposta à maneira como se faz jornalismo profissional atualmente.

O papel que o jornalismo possuía antes na segunda metade do século XX era o de educar a sociedade. Esta área tinha de fornecer imagens, textos e provas do que acontecia no mundo para, dessa forma, informar e ser a guardiã dos interesses da sociedade. O papel que o jornalismo desempenhava em informar corretamente as sociedades de forma coerente e justa, ou em lutar pela liberdade de expressão e pela equidade social, tornaram-se características principais do estado de direito, características que o elevaram a quarto pilar/poder dentro de uma nação. (Curran,2011, como referido em Aslam,2014,p.18)

Segundo Castells (2007) a esfera pública sofreu uma enorme alteração com a transformação do espaço público, pois passou a ter uma comunicação que se desenvolve maioritariamente em espaço público, que antes se desenrolava no privado. Os média assumiram-se como o local onde o poder é discutido e decidido. Com a chegada da revolução tecnológica, as notícias foram perdendo a credibilidade e legitimidade que lhes era associada, para se tornarem cada vez mais instantâneas, interativas e com a função de entreterem. (ibidem,2010,p.346) Este desenvolvimento tecnológico permitiu igualmente que um número muito maior de pessoas tivesse acesso quase instantâneo aos conflitos armados que ocorriam pelo mundo, através da cobertura de um repórter e com imagens bem elucidativas. Ao mesmo tempo a televisão e a internet também começaram a ser instrumentos de propaganda utilizados pelos poderosos grupos do estado e da economia, para assegurar o seu crescimento económico e social, através da publicidade e entretenimento. (Herman & Chomsky,2002,p.298, como referido em Aslam,2014,p.18)

Os meios de comunicação assumem um papel central quando a questão é fornecer informação de eventos que estão muito distantes, e os jornalistas igualmente, contudo estes são os intermediários que fazem a ligação entre o evento distante e as pessoas. A própria comunicação é um elemento fundamental para o conflito e para a sua resolução, porque cria consciência dos problemas assim como aumenta a atenção das pessoas. No entanto, as falhas que os media cometem ao tentar dar as informações a tempo e completas sobre os envolvidos no conflito, tende a piorar a situação. Isto acontece quando os meios de comunicação tendem a passar uma imagem negativa e simplista dos lados envolventes. (Hofman, Ibrahim,1974, como referido em Aslam,2014,19)

Como afirmam Ross (2007) Herman & Chomsky (2002) durante anos de estudo o papel que os media desempenharam nos conflitos raramente foi de uma cobertura neutral dos acontecimentos, e o que contribuiu para isto acontecer foram essencialmente pressões governamentais e políticas, efeitos da propaganda, questões que envolvem a política estrangeira

ou ideologias políticas. É por causa destas influências que os media retratam os conflitos de forma incompleta, muitas vezes servindo as causas ou os interesses escondidos, de algumas das partes envolvidas.

Um dos conflitos mais marcantes dos últimos tempos foi a Guerra do golfo (1991). Neste conflito os jornalistas afirmam que foram persuadidos pelas forças do exército americano para darem um certo enquadramento, *framing*<sup>xi</sup>, do poderio que este possuía, deixando para segundo plano a sua objetividade e responsabilidade social. A responsabilidade social seria dar a versão das pessoas iraquianas, que foram vistas apenas como alvos a abater, e dos ataques aéreos, descritos como “fogo-de-artifício”. A barbárie que foram as baixas humanas do lado iraquiano tanto em civis como em soldados encobriram-se com uma versão americana de vitória heroica, construída através de um enquadramento totalmente fabricado.

O enquadramento e o <sup>xli</sup>*agenda setting* além de afetarem os temas sobre os quais a opinião pública vai pensar e refletir, vai também transmitir as perceções pessoais dos jornalistas, assim como tendências políticas, preconceitos e preferências. (MacCombs & Shaw, 1972) Pois quanto mais importância os meios de comunicação derem a um assunto, mais o público vai perceber que esse assunto é relevante. A capacidade de mudar pensamentos e atitudes no público é um dos aspetos mais impactantes relacionados com o poder dos meios de comunicação de massas. Isto apenas é conseguido devido ao *framing* (enquadramento) que é feito de uns temas e assuntos, em detrimento de outros. Pois a notícia não é o acontecimento em si, a notícia é uma reconstrução pela parte do jornalista daquilo que de mais importante aconteceu. A informação chega ao jornalista por fontes, testemunhas, comentários, explicações e a partir daqui ele vai através dos seus conhecimentos e práticas reconstruir a história para ser “consumida” pelo público.

Os órgãos de comunicação têm um papel muito importante no conflito que é o de agente da paz. Isto vai depender do *framing* e do *agenda setting* que os jornalistas decidirem realizar. Se for feita uma cobertura pacífica com soluções e reveladas as duas versões da história, os media estão a ter um papel de mediador e em vez do conflito se perpetuar vai extinguir-se. Isto porque a opinião pública altera-se e são realizadas mudanças no decurso dos conflitos. (Aslam, 2014, p.23)

Com a evolução tecnológica o conflito e cenários de guerra passaram a ser representados não apenas pelo textual e radiofónico como também pelo visual (tv), o que fez com que o dramatismo já existente aumentasse ainda mais. Este aumentou tanto que se tornou em entretenimento puro e essa não deveria ser de todo a função do jornalismo perante o público. Pelo menos quando se tratam de assuntos tão delicados como a guerra. Estes utilizam sempre um herói, que geralmente é o soldado, que defronta o inimigo brutal e maquiavélico, (normalmente são homens de ascendência árabe que denominam de terroristas).

“In our world of reality shows and visual effects, war as become an entertainment” (Schubart, 2009, p.4, como referido em Aslam, 2014, p.23) Muitas vezes os jornalistas são enviados para cenários de guerra sem qualquer experiência ou apoio de qualquer natureza, o que vai comprometer o seu trabalho e a qualidade da informação que reúnem e publicam. Muitas vezes estes são mortos, raptados ou feridos por estarem a tocar em pontos que não agradam a certo grupo ou por investigarem certos assuntos, que muitas pessoas não queriam que fossem investigados.

O que acontece bastante em cenários de conflito são os acontecimentos muitas vezes terem coberturas contraditórias e especular-se bastante sobre certos temas, e nisto cria-se a dúvida e

a incerteza, que não é positivo nem para o público nem para os intervenientes. Outras vezes os jornalistas têm sérias dificuldades em aceder a informação porque são-lhes negadas imagens, acesso a fontes e provas e tanto as partes envolvidas, como a comunidade coíbem-se falar com eles. (ibidem,2014)

Simplificando, conflito é descrito como o confronto de ideias e de forças de dois ou mais lados, grupos, organizações ou estados que pensam possuir divergências a certo nível e que lutam para obter poder, estatuto social e recursos e ganhar a sua causa. (Coser, 1956) Existe igualmente um número de mortos estipulado para que uma situação de conflito seja considerada como tal.

O conflito progride e funciona também por fases e é rotativo repete-se. (Mogekwu,2012,p.241, como referido em Aslam, 2014,p.30)

De forma a diminuir ou acabar com o conflito o jornalismo para a paz procura mudar as atitudes dos protagonistas para que os comportamentos destrutivos destes diminuam e que as contradições que estão na base deste atrito se extingam. Os média através da forma como tratam e abordam a situação podem fazer com que uma aproximação da paz seja realizada, apesar de se saber que a paz total pode nunca ser realmente alcançada. O que pode ser alcançado é um estado de harmonia e equilíbrio. (Kempf,2003,como referido em Aslam,2014,p.34)

É necessário, todavia, que as esferas públicas assim como os departamentos do governo e da justiça sejam minimamente transparentes e abertos, para que um escrutínio e monitorização democráticos sejam feitos. Como Lych defende (2013,como referido em Aslam,2014,p.37) um estado que seja de direito, democrático, onde além de igualdade haja equidade e também onde as pessoas e a imprensa tenha liberdade de expressão, vai ser um estado com muito menos violência e muito menos virado para a guerra. Um estado com paz não é necessariamente um estado sem conflito, contudo, a sociedade e o próprio sistema governativo arranjam formas de resolver estes conflitos sem entrar numa guerra nacional ou internacional.

É raro contudo ver algum órgão de comunicação no mundo inteiro que promova o discurso de paz, pois a violência gera muitas mais audiências, o autor Mandelzis (2007,p.98, como referido em Aslam,2014,p.39), afirma que isto se deve ao facto de existirem várias considerações sobre aquilo que se entende por paz de país para país.

Há necessidade de se realizar mais estudos sobre o impacto que os media podem ter na promoção da paz, pois este campo ainda está muito pouco desenvolvido. Além de que o processo de paz requer tempo, coisa que os media não possuem hoje devido ao imediatismo e à rapidez com que a informação é lançada. No entanto, os acordos de paz assim como a resolução de conflito podem ser tudo menos calmos e trazerem grande alvoroço. A questão é que o conflito faz muito mais parte da agenda mediática, seja pelo relato da vitória, de mortes ou dos eventos dramáticos. Além de que o conflito vende, por isso é sempre uma boa aposta, com os seus desafios e tensões nunca deixa de ser algo novo e interessante. (Wolsfield,2008, como referido em Aslam,2014,p.40)

Como refere (Peleg,2007) a resolução do conflito resume-se muito por encontrar uma solução que não passe pela violência e que resolva os problemas de cada parte, de maneira a que a disputa já não faça sentido. A resolução do conflito pela parte dos meios de comunicação tem de ser muito bem-feita pois se estes começam por realçar aspetos como falsas pistas, ruídos, incertezas ou boatos, pode fazer ainda pior e aumentar mais o desentendimento. Pelo contrário quando a

mediação é feita com rigor, salientando aspetos construtivos e lógicos ou valores como a honestidade e a verdade as relações começam a ficar menos tensas, abrem-se novos caminhos e aparecem novas oportunidades para a resolução do problema.

Para que exista uma boa resolução de conflito o ideal é que se realize uma eficaz comunicação e mediação entre os envolvidos. É necessário treinar e desenvolver boas técnicas de entrevista pois esta faz a ligação entre o público e os lados em disputa. Os média olham para a resolução de conflitos como a relação entre pessoas. (ibidem,2014) Os dois principais fatores necessários para se chegar a uma solução são a negociação e mediação. “At its best, negotiation is a creative process in which the parties involved in an issue discuss their positions, needs and interests in order to find a positive, realistic and wide-ranging solution” (Spiller,2002, p.21, como referido em Aslam,2014,p.42)

É essencial negociar pois não somos capazes de tomar as decisões sempre sozinhos e sem ela vamos acabar por não considerar as melhores opções que o outro lado tem para oferecer, pois tudo isto se resume a achar uma maneira de diminuir as diferenças. A mediação por sua vez é um processo em que as partes envolvidas no conflito trabalham com um mediador de forma a perceberem quais as divergências de base e os assuntos em que menos estão de acordo. Depois de perceberem os pontos em que discordam e com a ajuda do mediador, podem trabalhar de forma a resolverem as suas discordâncias e atritos e atingirem um bom relacionamento. (ibidem,p.57)

A mediação é uma forma de as partes envolvidas realizarem uma negociação num ambiente calmo e saudável, envolvendo um terceiro agente, ou seja o mediador. Este processo (mediação) humaniza as relações e as negociações, de maneira a que as partes fiquem mais cientes e tolerantes. Tende ainda a focar as atenções naquilo que de novo podem fazer no futuro, sem pensar nas divergências do passado. O jornalismo traz facilidade ao processo de mediação fazendo com que pormenores façam a diferença quando introduzidos num conflito. Pois até o mais pequeno deles pode ser relevante. Estes pormenores tornam-se positivos para ambas as partes e podem fazer com que num futuro pouco distante estas se reconciliem, que é a última fase da resolução do conflito. (Miall, Ramsbotham & Woodhouse,1999, como referido em Aslam,2014,p.44)

### **3.3) O declínio da credibilidade dos meios e a morte do quarto poder**

Os fatores que causaram a erosão da credibilidade dos meios de comunicação, além da revolução da internet e revolução tecnológica, foram maioritariamente a concentração e fusão dos grupos mediáticos, a forte dependência destes da publicidade e o envelhecimento do público que compra os jornais. Anteriormente, cada jornal seguia a sua ideologia e linha editorial o que fazia com que certo público se mantivesse fiel. Agora o público já não é fiel a um só jornal porque estes tendem a mitigar estas tendências e orientações políticas para “agradarem” ao maior número de pessoas possível, isto é negativo pois o jornal perde identidade e originalidade. (Ramonet,2011,p.8)

Outro dos fatores preocupantes neste meio é a mistura da comunicação com informação, ou melhor da figura do comunicador que entretém e agrada pela figura do jornalista, cuja função é unicamente informar. Por fim, o fator mais preocupante e que leva ao maior declínio e erosão

dos meios de comunicação é a diminuição da credibilidade que o público deposita nos média. Isto porque as pessoas têm conhecimento que estes pertencem a um grupo restrito de oligarcas, com interesses económicos e filiações políticas o que pode levar à produção de notícias falsas e tendenciosas, diminuição dos níveis de democracia, assim como o desgaste de um serviço público de qualidade. (ibidem,p.9)

Como afirma Ramonet (2011,p.10) o senso comum deve alertar-nos para quando um homem de negócios compra um meio de comunicação, pois na maioria dos casos ele faz isso para beneficiar um quadrante político que pretende que tenha sucesso, ou mesmo para se afirmar e promover a ele próprio como político. Pois o dinheiro que o homem de negócios investe em um meio de comunicação vai recebê-lo novamente em influência e poder, e apenas algumas vezes em dinheiro. (Balzac, 1843, como referido em Ramonet, 2011, p. 10)

Todas estas aglomerações e concentrações prejudicam e muito a pluralidade e diversidade do jornalismo, pois não vai haver tanta liberdade e espaço para os jornalistas criarem e investigarem. As grandes corporações de media tendem a censurar notícias e conteúdos que os podem prejudicar na cotação em bolsa. Desta forma, o principal objetivo dos donos destas mega empresas é agradar aos seus acionistas e não criar e promover informação verdadeira e de qualidade. A maioria dos donos das maiores multinacionais internacionais são também os donos dos principais órgãos de comunicação e isto tem influência no tipo de informação que se produz. Atualmente a maioria dos órgãos de comunicação seguem uma linha editorial de forma a satisfazerem e garantirem os interesses daqueles que os possuem. (ibidem,2011,p.14)

Os verdadeiros jornalistas também se encontram em vias de extinção, o que existe agora é um conjunto de indivíduos que debitam informação para favorecer certos grupos políticos, e não a favor de uma sociedade democrática e bem informada. O compadrio de jornalistas e políticos pode ser letal para a reputação de ambos. (ibidem,2011,p.14) Atualmente os jornalistas trocam o seu silêncio por um favor e os políticos utilizam esta influência para controlarem a informação que se produz e divulga e que pode ou não beneficiá-los ou prejudicá-los. É um ciclo vicioso que nada ajuda a promover o serviço público, nem a democracia e que apenas faz com que a sociedade estagne e retroceda a nível cultural, político e até económico. (Halimi, (s.d)), como referido em Ramonet,2011,p.16) Ao subtil poder exercido pelo governo para influenciar a sociedade, uma organização, ou grupo é chamado por Nye (1980) de *soft power*, ou seja, por vezes os agentes políticos fazem uso dos média e dos jornalistas para mais rapidamente levarem as massas populacionais a tomarem certas decisões, ou a fazerem certas escolhas.

A boa notícia é que cada vez mais as pessoas começam a ter noção de que existe manipulação mediática e vão tendo mais cuidados nesse sentido. Existe na nossa sociedade atual insegurança no que toca à informação, pois somos bombardeados com <sup>xlii</sup>*fake news* o tempo todo, nas redes sociais e na internet no geral. Esta abundância de *infotainment* e de <sup>xliii</sup>*soft news* é tão grande que surgiu de novo um mecanismo que já havia sido utilizado antes, mas para as ditaduras (*a censura*). Só que agora é uma censura democrática, pois é feita para crivar a informação verdadeira de toda aquela que é superficial e falsa. (Ramonet,2011,p.18)

A dificuldade em aceder a informação de qualidade hoje é tão difícil como na época em que não existia internet e a maior parte da Europa vivia sob fortes ditaduras. A pressa com que vive o jornalismo *online* atualmente faz com que os jornalistas se preocupem mais em divulgar e espalhar o mais possível a informação, do que a conferi-la e investigar mais. Isto resulta em notícias incompletas, falsas e moralmente reprováveis. Notícias e histórias estas em que não são

aprofundados nem analisados os contextos em que estas se desenrolam e acabam por ficar na superficialidade. Isto tem resultado simplesmente no desgaste e morte do *quarto poder*, ou seja no desaparecimento da proteção que o jornalismo representava contra os abusos do poder legislativo, executivo e judicial contra a sociedade. Pois, por vezes dentro de um estado democrático podem ser cometidos erros e crimes contra a sociedade, porque esta vota por sufrágio universal para eleger o governo mas este é independente da justiça e não está acima dela. (ibidem,2011,p.20)

Durante muito tempo, os jornalistas acharam que eram os guardiões responsáveis por denunciar os abusos de poder e crimes cometidos contra a sociedade e muitas vezes pagaram caro por isto, até com a própria vida. Nas últimas décadas tempo em que se desenvolveu a globalização e as tecnologias multimédia, este *contra poder* e *quarto poder* foi perdendo cada vez mais a sua utilidade e força.

## Parte II-Estudo de Caso

### Capítulo I

#### I-Estudo de Caso

##### I.1-Estudo de Caso-História dos meios de comunicação Público e El País

O jornal Público publicado pela *Público Comunicação Social S.A*, faz parte do aglomerado empresarial Sonae. O jornal foi fundado em 1989 e Vicente Jorge Silva foi o seu primeiro diretor. O seu primeiro número foi lançado para as bancas a 5 de março de 1990, possuindo um estatuto editorial próprio que ainda hoje se encontra em vigor. (<sup>xliv</sup>Estatuto Editorial Público, 1990)

A 31 de outubro de 1989, cerca de quatro meses antes de sair o primeiro número, era formada a empresa Público Comunicação Social S.A. O jornal constitui, desde 1991, o *World Media Network*, que é uma associação de jornais de referência de todo o mundo, da qual também fazem parte o El País, La Stampa, Libération ou o *Suddeutsche Zeitung*. Algumas empresas estrangeiras que detinham nomeadamente o El País e o La Repubblica, tiveram a participação do público no que respeita ao seu capital social. Atualmente o Público faz parte da Sonaecom que é uma subholding da Sonae, no que respeita às áreas da comunicação.

No ano de 1995, mais precisamente no mês de Maio, o Público lançou-se na internet e em setembro desse ano era criado o Público *online*, que hoje conhecemos como Público.pt assim como a empresa Público.pt Serviços Digitais Multimédia, SA. (ibidem, 1990) Em 1999 lançou um serviço próprio de notícias que eram atualizadas e lançadas várias vezes por dia, para que fosse criada uma informação mais imediata mas ao mesmo tempo mais completa e fiável. Durante o seu tempo de existência que conta já com quase 30 anos, o jornal lançou vários artigos colecionáveis como livros, enciclopédias, CDs, DVDs. Contudo a partir de 1997 em colaboração com a Universidade Autónoma de Lisboa, edita uma publicação anual de relações internacionais, o *Janus*. Com vista a diminuir os custos a administração do jornal anunciou, em outubro de 2012, o despedimento de cerca de 48 dos seus trabalhadores. Estes reagindo ao anunciado decidiram notificar os sindicatos para que uma greve fosse iniciada. (Ficha-Técnica *Público*)



El País, criado em 1976, é um jornal diário espanhol que se fundou na altura da transição espanhola da ditadura franquista para a democracia. Faz parte do Grupo Prisa e lança uma média de 457.000 exemplares diários, é por isso o jornal diário de maior tiragem em toda a Espanha. A sua sede é em Madrid contudo existem delegações em Sevilha, Bilbao, Santiago de Compostela e Barcelona. É nestas delegações que se produzem versões do jornal em galego, catalão, euskera que serão distribuídas pelas várias comunidades autónomas. O jornal é conhecido por ter tendências sociais-democratas e pró-europeístas, com destaques para as áreas da economia e cultura e claro com destaque para assuntos onde a Espanha é interveniente ou protagonista. (<sup>xlv</sup>*Breve História de El País,2006*)

No ano de 2013 foi altura para a população de Portugal e do Brasil ter uma versão em português, esta versão possui publicações próprias e traduções da versão original em espanhol. No mesmo ano segundo declarações da direção do El País no jornal Globo, na secção de economia; “O jornal espanhol "El País" vai lançar seu portal brasileiro, em português, na próxima terça-feira (26), segundo anúncio do grupo Prisa, que detém a marca, feito nesta sexta-feira (22). O lançamento é parte da estratégia de globalização do veículo, que já está presente na América Latina com o "El País". (Portal brasileiro do 'El País' entra no ar na próxima semana,2013, para.1)

Foi no dia 4 de maio de 1976, 4 meses depois da morte de Francisco Franco, que o jornal teve a sua primeira aparição, este período correspondeu ao início da transição espanhola. O jornal foi fundado por José Ortega Spottorno, sendo o primeiro jornal democrata entre um grupo de jornais que vinham do período ditatorial. O jornal diário pretendia preencher a falha democrática que existia em Espanha, durante um período em que a democracia ainda não estava totalmente estabelecida. José Luis Cebrian foi o seu primeiro presidente até 1988, ele veio a lançar a versão diária juntamente com os Ex jornalistas do jornal Pueblo, que faziam parte dos sindicatos na altura da ditadura. (ibidem,2006)

O El País foi o primeiro jornal em Espanha a criar regras de controlo interno de qualidade, que contribuíram bastante para o cumprimento dos padrões deontológicos jornalísticos. Foi igualmente o primeiro a criar o espaço para o “editor público” (corresponde em Portugal ao provedor do leitor), assim como elaborou um livro de estilo de referência que ainda está em vigor e é conhecido pelo Jornalismo em todo o mundo. Tem vindo de igual modo a estabelecer várias parcerias com outros jornais com a mesma linha editorial como o La Repubblica, o Le Monde e o Público.

No início da década de 90, o El País sofreu uma grave crise devido ao despoletar de casos de corrupção envolvendo elementos do governo socialista e alguns órgãos de comunicação de esquerda e direita. Estes órgãos de comunicação, dos quais o jornal fazia parte, foram acusados de beneficiar e apoiar os interesses do PSOE. Este escândalo não retirou, todavia, a liderança ao jornal diário diminuindo apenas a distância, no que diz respeito às vendas, que este mantinha do El Mundo. (<sup>xlvi</sup>*Eva Cuesta, el penúltimo fichaje del PSOE en PRISA,2007*)

Em 1990 o El País foi o segundo jornal espanhol a abrir uma edição *online*, contudo em 2002 decidiu cobrar uma quantia para os leitores acederem aos conteúdos. Isto resultou numa diminuição acentuada de visitantes da sua página. Por sua vez o El Mundo que permitiu o acesso grátis passou a liderar a imprensa eletrónica espanhola. Ainda nesse ano o El País decidiu voltar atrás abrindo os conteúdos digitais quase por completo, permitindo apenas aos assinantes acederem exclusivamente a conteúdo multimédia e periódicos. Apesar do El País ter reputação socialista e a social-democracia, durante o governo socialista de Zapatero elaborou vários artigos

contra esse executivo. Este movimento de imprensa abriu uma onda de jornalismo de centro-esquerda onde se encaixa igualmente o jornal Público. Em 2007 foi a altura do jornal iniciar uma série de renovações que abrangeram tanto a versão impressa como a digital. Nestas renovações foi mudado o *slogan* para, “o jornal global”, assim como o acento agudo no “i” e a alteração do tipo de letra de Times New Roman para Majerit. ( <sup>xlvii</sup>Las sociedades y su relación con la política, 2018)

## 1.2-Enquadramento metodológico

Apesar de tudo o que foi referido sobre a história da Catalunha é necessário frisar que o conflito entre a comunidade autónoma e Madrid atingiram níveis nunca antes alcançados, níveis estes onde se chegou inclusive a utilizar a violência. Os últimos dez meses foram relativamente complexos para a região, pois esta chegou a viver em clima de guerrilha política e social com o governo de Madrid.

O governo central movimentou todas as ferramentas que tinha ao seu alcance para impedir a votação e apesar de ela ter acontecido com limitações, este acionou o artigo 155º, que lhe permitiu agir sobre o suposto território “autónomo”. Apesar de a votação ter sido ilegal (sob o ponto de vista constitucional) a questão catalã é muito particular, pois cruza interesses políticos, sociais e de cidadania que são bastante complexos e que levantam várias questões. Uma delas é, “até que ponto é legal e justo impedir que um referendo seja realizado em território catalão?”, ou “ porque não pode a população exprimir a sua vontade e opinião?” Outra questão pertinente é “até que ponto movimentos separatistas podem ser tratados e negociados na atualidade”.

Estas questões foram colocadas várias vezes, quer ao longo da história da Catalunha como no último referendo e a única coisa que se pode ter a certeza é que elas são postas por muita gente. Devido à quantidade de pessoas que se mostram injustiçadas e indignadas com esta situação, um equilíbrio do problema passaria talvez pelo diálogo e negociação. De qualquer das formas, tanto Madrid como a Catalunha, pelas movimentações violentas que têm protagonizado nos últimos tempos não devem estar muito interessados em diálogo. <sup>xlviii</sup>(Marques, 2017)

Mediante toda a história catalã que foi abordada até aqui, pretende-se agora analisar a cobertura jornalística que foi feita do processo independentista catalão uma semana antes e uma semana depois do dia 1 de outubro de 2017, pelo jornal Público e El País. Mais concretamente, vão ser analisadas maioritariamente as reportagens lançadas por estes dois meios de comunicação, na semana antes do dia 1 de outubro e na semana após o dia 1. As peças foram selecionadas porque referiam temas que ajudam a entender o que se passou nesse dia, assim como as razões que levaram a que o referendo acontecesse. Nas peças após o dia 1 de outubro, podemos ainda apercebermo-nos do panorama em que ficou a Catalunha tanto social, como económica ou politicamente.

As notícias e as datas escolhidas explicam-se devido ao facto de já há muito tempo ser anunciado na comunicação social espanhola e internacional, que se iria realizar um referendo no dia 1 de outubro de 2017. E também devido à grande quantidade de notícias que se esperavam que fossem sair antes e depois do dia da votação, como se veio a verificar. O próprio acontecimento “referendo” (ainda por cima ilegal) é um assunto bastante justificável de ser estudado, devido à incerteza e áreas que envolve (política, judicial e social). Isto porque é um fenómeno que ainda

ninguém sabe muito bem como se vai desenrolar ou terminar, visto existir pouca jurisprudência na questão constitucional e política.

Nas reportagens que vão ser comparadas vão ser estudados quais os atores políticos, sociais a que os jornais deram mais protagonismo e os assuntos que foram mais abordados e em que quantidades.

Os jornais Público e El País foram os escolhidos pois partilham de uma linha editorial e ideologia social-democrata idênticas, são jornais lidos diariamente por uma quantidade considerável de pessoas, ou seja, são jornais populares e têm contribuído nas últimas décadas para a democracia dos seus respetivos países. Durante a análise de conteúdo também se pretende perceber qual o lado que cada jornal defende mais, se o lado separatista da Catalunha, ou o unionista do governo central de Espanha. Desta forma, vai ser realizado um estudo comparativo fundado numa análise de conteúdo, igualmente comparativa, focando as reportagens que saíram uma semana antes do dia 1 de outubro (data do referendo), e uma semana depois do dia 1. O foco serão as reportagens que deem protagonismo ao caso independentista catalão e ao referendo, assim como as suas consequências, e todos os assuntos que estejam diretamente ligados ao tema.

O método que vai ser aqui utilizado para analisar o corpus é o método hipotético-indutivo, visto que vão ser analisadas as reportagens uma por uma, partindo do particular para entender um fenómeno geral, ou seja, também entra aqui a probabilidade. Para materializar esta análise de conteúdo irá ser realizada uma tabela de variáveis de forma, para a imprensa, de maneira a que com essas variáveis seja possível chegar a uma conclusão sobre aquilo que tem mais proeminência nas peças. Por fim, vai ser elaborada uma análise textual e discursiva com a finalidade de retirar sentido dos signos presentes nas reportagens como palavras, imagens, sons, os significados destes signos são retirados através da análise. (Ferin,2012) “Os sentidos sociais, as condições de produção e as diferenças sociológicas são questões fundamentais na análise textual e dos média.” (ibidem,2012)

### **1.3- Análise de conteúdo**

A análise de conteúdo que vai ser realizada é quantitativa e qualitativa, pois vai ser elaborado um quadro de referência para os dois jornais onde estarão discriminadas as peças a analisar, divididas por várias variáveis referentes a características particulares dos órgãos de comunicação. Isto para depois de analisadas as peças de cada jornal, quer quantitativa como qualitativamente, se possa fazer uma comparação entre eles. (Ferin,2012)

Não esquecendo que estes dados que se vão recolher aqui nas tabelas, ou seja, o discurso analisado, irá ser responsável para o construir de um saber, e de uma ideia geral sobre os acontecimentos. Para o completar de este trabalho era necessário uma análise de conteúdo, pois é uma forma bastante eficaz de se estudar as investigações sociais. Tratando de forma clara e

metódica aspetos com complexidade como é o caso catalão. Assim que apuradas as características de cada jornal (após de analisadas as peças) será possível fazer uma confrontação de dados e uma contextualização da abordagem que cada órgão de comunicação realizou. (ibidem,2012)

## **Público**

<b>Variável 1</b>	<b>Variável 2</b>	<b>Variável 3</b>	<b>Variável 4</b>	<b>Variável 5</b>	<b>Variável 6</b>
<b>Identificação</b>	<b>Meio</b>	<b>Autor</b>	<b>Dia/Mês/Ano</b>	<b>Dia/Semana</b>	<b>Espaço</b>
	I.Público	3.Diversos autores	1/10/2017	2.Fim de semana	2.1/8 Página
	I.Público	1.Peça assinada	7/10/2017	2.Fim de semana	6.1 Página
	I.Público	1.Peça assinada	7/10/2017	2.Fim de semana	6.1 Página
	I.Público	1.Peça assinada	8/10/2017	2.Fim de semana	6.1 Página
	I.Público	3.Diversos autores	1/10/2017	2.Fim de semana	8.2 Páginas
	I.Público	3.Diversos autores	3/10/2017	1.Semana	2.1/8 Página
	I.Público	1. Peça Assinada	1/10/2017	2.Fim de Semana	6.1 Página
	I.Público	1.Peça assinada	29/09/2017	1.Semana	6.1 Página
	I.Público	1.Peça assinada	2/10/2017	1.Semana	6.1 Página
	I.Público	1.Peça assinada	3/10/2017	1.Semana	6.1 Página
	I.Público	1.Peça assinada	2/10/2017	1.Semana	6.1 Página
	I.Público	1.Peça assinada	6/10/2017	1.Semana	6.1 Página
	I.Público	3.Diversos Autores	3/10/2017	1.Semana	9.+ 2 Páginas
	I.Público	1.Peça assinada	1/10/2017	2.Fim de Semana	6.1 Página
	I.Público	1.Peça Assinada	1/10/2017	2.Fim de Semana	6.1 Página
	I.Público	1.Peça Assinada	28/09/2017	1.Semana	4.1/2 Página
	I.Público	1.Peça Assinada	25/09/2017	1.Semana	6.1 Página
	I.Público	1.Peça Assinada	2/10/2017	1.Semana	4. ½ Página
	I.Público	2.Peça não assinada	30/09/2017	2.Fim de Semana	6.1 Página
	I.Público	1.Peça Assinada	6/10/2017	1.Semana	6.1 Página

<b>Variável 7</b>	<b>Variável 8</b>	<b>Variável 9</b>	<b>Variável 10</b>	<b>Variável 11</b>	<b>Variável 12</b>

Proeminência	Iconografia	Gênero	Local. Geográfica	Tema Principal 1	Tema Principal 2
8.Destaque	6.Outros-Fotografias	2.Reportagem	6.Europa (Catalunha)	1.Referendo Catalunha	2.Independência Catalunha
3.Sociedade	6.Outros-Fotografias	2.Reportagem	6. Europa (Espanha)	2.Manifestações após referendo	2.Independência Catalunha
3.Sociedade	1. Fotografia	2.Reportagem	6.Europa (Barcelona)	2.Independência Catalunha	3.Manifestações após referendo
7.Política	1.Fotografia	2.Reportagem	6.Europa (Catalunha)	3.Manifestações após referendo	4.Manifestações união de Espanha
3.Sociedade	6.Outro (fotografias)	2.Reportagem	6.Europa (Catalunha)	1.Referendo Catalunha	2.Independência Catalunha
2. Chamada	6.Outro (fotografias)	2.Reportagem	6.Europa (Espanha)	1.Referendo Catalunha	5.Negociações após Referendo
8.Destaque	1. Fotografia	2.Reportagem	6.Europa (Barcelona)	1.Referendo Catalunha	1.Referendo Catalunha
4.Cultura	1.Fotografia	2.Reportagem	6.Europa (Espanha)	1.Referendo Catalunha	1.Referendo Catalunha
3. Sociedade	1.Fotografia	2.Reportagem	6.Europa (Barcelona)	1.Referendo Catalunha	1.Referendo Catalunha
3.Sociedade	1.Fotografia	2.Reportagem	6.Europa (Barcelona)	3. Manifestações após referendo	1.Referendo Catalunha
3.Sociedade	1.Fotografia	2.Reportagem	6.Europa (Catalunha)	3.Manifestações após Referendo	3.Manifestações após referendo
3.Sociedade	1.Fotografia	2.Reportagem	6.Europa (Catalunha)	6.Investigações após Referendo	3.Manifestações após referendo
8.Destaque	6.Outro (fotografias)	2.Reportagem	6.Europa (Catalunha)	7.Greve após referendo	7.Greve após referendo
3.Sociedade	1.Fotografia	2.Reportagem	6.Europa (Catalunha)	2.Independência Catalunha	2.Independência Catalunha
7. Política	1.Fotografia	2.Reportagem	6.Europa (Catalunha)	1.Referendo Catalunha	1.Referendo Catalunha
7.Política	1.Fotografia	2.Reportagem	6.Europa (Espanha)	1.Referendo Catalunha	1.Referendo Catalunha
11. Outro	1.Fotografia	2.Reportagem	6.Europa (Barcelona)	1.Referendo Catalunha	1.Referendo Catalunha
11.Outro	1.Fotografia	2.Reportagem	6.Europa (Catalunha)	3.Manifestações após Referendo	3.Manifestações após Referendo
3.Sociedade	1.Fotografia	2.Reportagem	6.Europa (Catalunha)	8.Manifestações antes Referendo	1.Referendo Catalunha
11.Outro	1.Fotografia	2.Reportagem	6.Europa (Barcelona)	5.Negociações após Referendo	5.Negociações após Referendo

Variável 13	Variável 14	Variável 15	Variável 16	Variável 17
Personalização	Enquadramento	Tom	Argumentação	Vozes
1.Presidente da <i>Generalitat</i>	5.Outro (informativo)	3.Neutro	3.Política	1.Governo de Espanha
2.População espanhola	2.Dramático	1.Positivo	4.Social	2.População espanhola
3.Cidadãos individuais	5.Outro (testemunho)	1.Positivo	4.Social	3.Cidadãos individuais
4.Catalães	2.dramático	2.negativo	4.Social	4.Catalães pró Espanha
4.Catalães	2.Dramático	3.Neutro	4.Social	5. Catalães pró independência
5. Secretário Geral PSOE	5. Outro (informativo)	3. Neutro	3.Política	6. Presidente Governo Espanhol
4.Catalães	2. Dramático	1.Positivo	4. Social	5.Catalães pró independência

4.Catalães	4.Moral	2.Negativo	4.Social	7.Jurista
4.Catalães	3.Epico	1.Positivo	1.Demográfica	5.Catalães pró Independência
4.Catalães	3.Epico	1.Positivo	1.Demográfica	8. População catalã
4.Catalães	2.Dramático	2.Negativo	4.Social	8.Catalães pró Independência
6.Juizes	5.Outro (informativo)	3.Neutro	4.Social	9.Juizes
4.Catalães	5.Outro (informativo)	3.Neutro	4.Social	10.Organizações Sindicais
7. Movimento Independentista	5. Outro (informativo)	3.Neutro	4.Social	5.Catalães pró Independência
4.Catalães	5.Outro (informativo)	3. Neutro	3.Política	11. Presidente da Generalitat
8.Governos	3.Epico	3.Neutro	3.Política	12. Governos
9.Polícia Espanhola	5.Outro (Informativo)	3.Neutro	5.Judicial	13. Procuradoria-Geral
9.Polícia Espanhola	2.Dramático	2.Negativo	4.Social	14.Polícia Espanhola
4.Catalães	2.Dramático	2.Negativo	1.Demográfico	4.Catalães pró Espanha
10. Ministério Interior	5.Outro (informativo)	3.Neutro	3.Política	5.Ministério Interior

Na análise de conteúdo realizada ao Jornal Público, mais precisamente, ao Meio, variável (2) foi notado que para a variável de forma, *Autor* (3), constituída pelas alíneas 1-Peça Assinada, 2- Peça não assinada, 3-Diversos Autores e 4-outro, 4 peças foram assinadas por vários jornalistas, 15 foram assinadas por um autor, e apenas 1 não foi assinada por qualquer profissional. A variável de forma referente ao *Dia/Mês/Ano* (4) mostra-nos que as reportagens mais analisadas se encontram entre o dia 1 e o dia 7 de outubro, onde se contabilizam 15.

As restantes reportagens que foram estudadas encontram-se espalhadas entre o dia 8 de outubro e os dias 25,28,29 e 30 de setembro. Seguindo para a variável de forma (5) referente ao dia da semana, composta pelas alíneas 1-Semana, 2-Fim de Semana, 3-Feriado e 4-Outro e apesar da alínea 1 e 2 estarem muito equilibradas, foram contabilizadas mais reportagens à *Semana*, 11 para se mais exato e 9 delas ao *Fim de Semana*. As alíneas da variável de forma (6), ou seja o *Espaço* são 1-1/2 Página, 2-1/8 Página, 3-1/4 Página, 4-1/2 Página, 5-3/4 Página, 6-1 Página, 7- 1 Página + 1/2, 8- -2 Páginas, 9- +2 Páginas e 10-Outro. Neste seguimento, das 20 reportagens analisadas do Público 2 delas tinham uma de espaço 1/8 de Página, 14 delas tinham o seu espaço compreendido em 1 Página, uma reportagem tinha 2 Páginas, outra + de 2 Páginas, e por fim 2 reportagens possuíam de espaço 1/2 Página.

A Proeminência, variável 7, é formada pelas alíneas 1- 1ª Página, 2-Chamada, 3-Sociedade, 4-Cultura, 5-Economia, 6-Educação, 7-Política, 8-Destaque, 10-Desporto e 11-Outro. No entanto das reportagens a analisar, para essa variável, a maioria da proeminência incidiu sobre a alínea sociedade em 9 notícias, 3 notícias com proeminência de Destaque, 3 de Política, 3 onde a proeminência foi de Outro, 1 onde a notícia teve proeminência de Chamada, e por fim 1 outra de Cultura.

Iconografia, que é a variável de forma (8), é constituída pelas alíneas 1-Fotografia, 2-Infografia, 3-Fotografia até 1/4, 4-Fotografia até 1/2, 5- Gráficos e 6- Outro e pode concluir-se que das

reportagens analisadas do Público existiram duas alíneas que se destacaram. Estas alíneas foram a Fotografia, com 15 reportagens a apresentarem uma única foto, e a alínea 6-Outro, onde se encaixaram as reportagens que possuíam várias fotos que foram 5. A variável (9), Género, apresenta as alíneas, 1-Entrevista, 2-Reportagem, 3-Notícia, 4- Breve, 5- Opinião, 6- Editorial, 7- Comentário, 8-Cacha e 9-Outro. Todos os trabalhos analisados para esta Dissertação foram Reportagens.

Localização Geográfica é a variável (10) e constitui-se com as seguintes alíneas 1-Porto, 2-Lisboa, 3-R.Norte, 4-R-Sul, 5-R-Centro, 6-Europa, 7-EUA, 8-Brasil. Por uma questão de uniformidade e justa representatividade do corpus deste trabalho, ficou decidido analisar apenas geograficamente reportagens que acontecessem na Catalunha, Barcelona e Espanha. Deste modo a alínea que mais se enquadra neste tema é a 6-Europa, que caracteriza todas as reportagens analisadas para as reportagens do Público e El País.

As alíneas que foram criadas para a variável (11), Tema Principal 1, foram 1-Referendo Catalunha, 2-Independência Catalã, 3-Manifestações após Referendo, 4-Manifestações União de Espanha, 5-Negociações após Referendo, 6-Investigação após Referendo, 7-Greve após Referendo e 8-Manifestações antes do referendo. Deste modo, após a análise concluiu-se que o Tema Principal 1 mais utilizado foi o 1-Referendo na Catalunha com 9 Reportagens, a seguir foi o Tema 3-Manifestações após Referendo com 4 Reportagens, seguindo-se o tema 2-Independência Catalunha igualmente com 3 Reportagens e por fim o tema 5-Negociações após Referendo, 6- Investigações após Referendo, 7-Greve após Referendo e 8-Manifestações antes Referendo, com uma Reportagem cada um.

A variável Tema Principal 2 (12) foi constituída pelas mesmas variáveis, contudo a alínea mais constante foi igualmente a 1, com 8 reportagens, seguindo-se a 2 e 3 com 4 reportagens cada uma, a seguir a alínea 5 com 2 reportagens e por fim a 4 e a 7 com uma reportagem cada. A variável (13) Personalização forma-se, na análise das reportagens do jornal Público, por 10 alíneas elas são 1-Presidente da *Generalitat*, 2-População Espanhola, 3-Cidadãos individuais, 4-Catalães, 5-Secretário Geral do PSOE, 6-Juizes, 7-Movimento independentista, 8-Governos, 9-Polícia Espanhola e 10-Ministério interior. A personalização referente à alínea 4 é a que possui mais reportagens, 10 na totalidade do corpus, segue-se a alínea 9 com 2 reportagens e as alíneas 1,2,3,5,6,7,8 e 10 com uma reportagem associada a cada.

O Enquadramento é a variável que se segue com as alíneas 1-Alegórico, 2-Dramático, 3-Neutro, 4-Moral e 5-Outro. Das 20 reportagens que foram analisadas do jornal Público, a alínea 5, foi aquela que surgiu mais vezes, em 10 reportagens, de seguida temos a alínea 2 com 6 reportagens, a alínea 3 com 3 reportagens associadas e por último a 4 com 1 reportagem.

O tom é a variável (15) e associa-se às alíneas 1-Positivo, 2-Negativo, 3-Neutro e 4-Outro. A maioria das reportagens tinham tom neutro (alínea 3) mais precisamente 10 delas, 5 delas tinham tom Dramático (alínea 2), e 5 possuíam um tom Positivo (alínea número 1).

As alíneas 1-Demográfica, 2-Económica, 3-Política, 4-Social, 5-Judicial, 6-Religiosa e 7-Outro, correspondem à variável (16), a Argumentação. Neste seguimento a alínea 4 é a que possui mais reportagens associadas, 11 com exatidão, a alínea 3 corresponde a 5 reportagens, a alínea 1 a 3 reportagens e por último a alínea 5 tem associada 1 reportagem. A última variável a ser analisada é a (17), ou seja, Vozes, que possui as seguintes alíneas 1-Governo Espanhol, 2-População Espanhola, 3-Cidadãos individuais, 4-Catalães pró Espanha, 5-Catalães pró Independência, 6-

Presidente Governo Espanhol, 7-Jurista, 8-População Catalã, 9-Juizes, 10-Organizações Sindicais, 11-Presidente da *Generalitat*, 12-Governos, 13-Procuradoria Geral e 14-Polícia Espanhola. A alínea 5 é a que tem mais reportagens associadas, mais precisamente 5, seguem-se as alíneas 4 e 8 com 2 reportagens cada uma e as alíneas 1,2,3,6,7,9,10,11,12,13 e 14, também com 1 reportagem associada a cada uma delas.

## *El País*

Variável 1 Identificação	Variável 2 Meio	Variável 3 Autor	Variável 4 Dia/Mês/Ano	Variável 5 Dia/Semana	Variável 6 Espaço
	2.El País	3.Diversos Autores	2/10/2017	1.Semana	8. 2 Páginas
	2.El País	3.Diversos Autores	2/10/2017	1.Semana	8. 2 Páginas
	2.El País	1.Peça Assinada	5/10/2017	1.Semana	6. 1 Página
	2.El País	1.Peça Assinada	7/10/2017	2.Fim de Semana	6. 1 Página
	2.El País	1.Peça Assinada	5/10/2017	1.Semana	3. ¼ Página
	2.El País	1.Peça Assinada	29/09/2017	1.Semana	6. 1 Página
	2.El País	1.Peça Assinada	2/10/2017	1.Semana	6. 1 Página
	2. El País	1.Peça Assinada	30/09/2017	1.Semana	6. 1 Página
	2.El País	2.Peça não Assinada	2/10/2017	1.Semana	6. 1 Página
	2.El País	3.Diversos Autores	3/10/2017	1.Semana	6. 1 Página
	2.El País	1.Peça Assinada	5/10/2017	1.Semana	6. 1 Página
	2.El País	1.Peça Assinada	4/10/2017	1.Semana	6. 1 Página
	2.El País	1.Peça Assinada	2/10/2017	1.Semana	6. 1. Página
	2.El País	1.Peça Assinada	2/10/2017	1.Semana	6. 1. Página
	2.El País	3.Peça Assinada	2/10/2017	1.Semana	9.+ 2 Páginas
	2.El País	3.Diversos Autores	1/10/2017	2.Fim de Semana	8. 2 Páginas
	2.El País	3.Diversos Autores	28/09/2017	2.Fim de Semana	3. 1/4 Página
	2.El País	1.Peça Assinada	6/10/2017	1.Semana	6. 1 Página
	2.El País	3.Diversos Autores	6/10/2017	1.Semana	6. 1 Página
	2.El País	2.Peça não Assinada	3/10/2017	1.Semana	4. 1/4 Página

Variável 7	Variável 8	Variável 9	Variável 10	Variável 11	Variável 12
------------	------------	------------	-------------	-------------	-------------



<b>Proeminência</b>	<b>Iconografia</b>	<b>Gênero</b>	<b>Local. Geogr.</b>	<b>Tema Principal 1</b>	<b>Tema Principal 2</b>
3.Sociedade	6.Outro (fotografias)	2.Reportagem	6.Europa (Catalunha)	1.Referendo Catalunha	1.Referendo Catalunha
3.Sociedade	6.Outro (fotografias)	2.Reportagem	6.Europa (Catalunha)	1.Referendo Catalunha	1.Referendo Catalunha
11.Outro	1. Fotografia	2.Reportagem	6.Europa (Barcelona)	9.Atuação Polícia Catalã	1.Referendo Catalunha
5.Economia	1.Fotografia	2.Reportagem	6.Europa (Catalunha)	1.Referendo Catalunha	1.Referendo Catalunha
7.Política	1.Fotografia	2.Reportagem	6.Europa (Catalunha)	2.Independentismo Catalunha	2.Independentismo Catalunha
3.Sociedade	1.Fotografia	2.Reportagem	6.Europa (Catalunha)	2.Independentismo Catalunha	2.Independentismo Catalunha
3.Sociedade	6.Outros (fotografias)	2.Reportagem	6.Europa (Catalunha)	1.Referendo Catalunha	1.Referendo Catalunha
3.Sociedade	1.Fotografia	2.Reportagem	6.Europa (Espanha)	2.Independentismo Catalunha	2.Independentismo Catalunha
3.Sociedade	1.Fotografia	2.Reportagem	6.Europa (Catalunha)	1.Referendo Catalunha	1.Referendo Catalunha
7.Política	6.Outro (fotografias)	2.Reportagem	6.Europa (Espanha)	1.Referendo Catalunha	3.Manifestações após Referendo
4.Cultura	6.Outro (Fotografias)	2.Reportagem	6.Europa (Catalunha)	1.Referendo Catalunha	1.Referendo Catalunha
7.Política	1.Fotografia	2.Reportagem	6.Europa (Catalunha)	7.Greve após Referendo	1.Referendo Catalunha
4.Sociedade	1.Fotografia	2.Reportagem	6.Europa (Catalunha)	1.Referendo Catalunha	1.Referendo Catalunha
7.Política	1.Fotografia	2.Reportagem	6.Europa (Catalunha)	1.Referendo Catalunha	1.Referendo Catalunha
4.Sociedade	6.Outro (Fotografias)	2.Reportagem	6.Europa (Catalunha)	1.Referendo Catalunha	1.Referendo Catalunha
7.Política	1.Fotografia	2.Reportagem	6.Europa (Espanha)	2.Independentismo Catalunha	2.Independentismo Catalunha
4.Sociedade	1.Fotografia	2.Reportagem	6.Europa (Barcelona)	8. Manifestações antes Referendo	1.Referendo Catalunha
11.Outro	1.Fotografia	2.Reportagem	6.Europa (Catalunha)	3.Manifestações após Referendo	1.Referendo Catalunha
7.Política	1. Fotografia	2.Reportagem	6.Europa (Espanha)	2.Independência Catalã	2.Independência Catalã
4.Sociedade	1.Fotografia	2.Reporatgem	6.Europa Catalunha	1.Referendo Catalunha	1.Referendo Catalunha

<b>Variável 13</b>	<b>Variável 14</b>	<b>Variável 15</b>	<b>Variável 16</b>	<b>Variável 17</b>	
<b>Personalização</b>	<b>Enquadramento</b>	<b>Tom</b>	<b>Argumentação</b>	<b>Vozes</b>	
4.Catalães	5.Outro	3.Neutro	4.Social	14.Polícia Espanhola	
4.Catalães	5.Outro	3.Neutro	4.Social	5.Catalães pró independência	
11.Polícia Catalã	5.Outro	3.Neutro	5.Judicial	15.Polícia Catalã	
10. Empresas Catalunha	5.Outro	3.Neutro	2.Económica	16. Empresas Catalãs	
12.Partido Independentista	5.Outro	3. Neutro	3.Política	17.Presidente <i>Generalitat</i>	
7.Movimento Independentista	5. Outro	3.Neutro	5.Judicial	5.Catalães pró independência	
13.Momentos Referendo Catalunha	5.Outro	3.Neutro	4.Social	5.Catalães pró independência	
14.Espanhóis pró Espanha	5.Outro	2.Negativo	1.Demográfica	18.Espanhóis pró Espanha	

15. Ativistas catalães pró independência	5. Outro	3. Neutro	4. Social	5. Catalães pró Independência	
16. Rei de Espanha	3. Épico	2. Negativo	3. Política	19. Rei de Espanha	
17. Loja "O pequeno Catalão"	5. Outro	1. Positivo	4. Social	20. Loja "O pequeno Catalão"	
18. Governo Catalão	5. Outro	2. Negativo	3. Política	21. Governo Catalão	
18. Governo Catalão	5. Outro	3. Neutro	4. Social	21. Governo Catalão	
19. Governo Espanhol	5. Outro	2. Negativo	3. Política	1. Governo Espanhol	
4. Catalães	5. Outro	3. Neutro	4. Social	5. Catalães pró Independência	
4. Catalães	5. Outro	3. Neutro	3. Política	5. Catalães pró Independência	
4. Catalães	5. Outro	1. Positivo	4. Social	5. Catalães pró Independência	
10. Líderes Locais	2. Dramático	3. Neutro	4. Social	22. Líderes Locais	
15. Ativistas catalães pró independência	2. Dramático	3. Neutro	3. Política	23. Ativistas catalães pró independência	
15. Ativistas Catalães pró Independência	5. Outro	3. Neutro	4. Social	8. População catalã	

Da mesma forma, foi realizada uma análise de conteúdo ao jornal El País, variável (2), onde na variável (3) Autor a alínea 1-Peça Assinada, foi aquela que apareceu mais vezes nas reportagens analisadas, cerca de 11 vezes. De seguida apresenta-se a alínea, 3-Diversos autores, associada a 7 reportagens, e por fim a alínea 2-Peça não assinada, com 2 peças. Relativamente à variável Dia /Mês/Ano (4), o dia em foram analisadas mais reportagens foi o 2 de outubro, com 7 reportagens, de seguida vem o dia 5 de outubro com 3 reportagens e o dia 6 e 4 com 2 reportagens. O dia 1, 3, 7 de outubro e 28, 29 e 30 de setembro ficaram com 1 reportagem cada um. No que respeita à variável (5), Dia/Semana, 17 reportagens foram lançadas à Semana (alínea 1), e apenas 3 ao Fim de Semana (alínea 2).

Em relação ao Espaço, variável (6), a alínea 6-1 Página reúne 13 reportagens com essa dimensão, depois a alínea 8-2 Páginas reúne 3 reportagens, a alínea 3- ¼ de Página tem 2 reportagens e as alíneas 4-1/2 Página e 9-+2 Páginas com 1 reportagens cada uma.

A Proeminência é a variável (7), e a alínea que mais vezes se identifica com as reportagens analisadas é a alínea 7-Política com 6 reportagens e também com 6 reportagens a alínea 3-Sociedade, após estas aparece a alínea 4-Cultura com 5 reportagens, a 11-outro com 2 reportagens e a 5 com 1 reportagem associada. De seguida passamos para a Iconografia, variável (8), onde a alínea 1-Fotografia é aquela que mais vezes se repete, pois a maioria das reportagens, mais precisamente 14 possuem apenas 1 foto, as restantes 6 reportagens enquadram-se na alínea 6-Outro pois possuem várias fotografias. No Género, variável (9), como já foi referido todos os trabalhos analisados tanto do Público como do El País foram reportagens, alínea 2.

As reportagens que se analisaram do El País para se enquadrarem com as que foram analisadas do Público, ao nível da Localização geográfica variável (10), também decorreram na Europa, alínea 6, mais precisamente na Catalunha, na cidade de Barcelona e Espanha. Em relação ao Tema Principal 1, variável (11) a alínea que foi acrescentada para as reportagens do El País foi a 9-Atuação Polícia Catalã. Contudo a alínea mais recorrente foi igualmente a 1- Referendo Catalunha com 11 reportagens, a alínea 2- Independentismo Catalunha com 5 reportagens e a alínea 3-

Manifestações após Referendo, 7-Greve após Referendo, 8-Manifestações antes Referendo e 9-Atuação polícia Catalã com 1 reportagem cada.

No Tema Principal 2 variável (12), as alíneas que foram identificadas foram a 1-Referendo Catalunha em 14 reportagens, a alínea 2-Independentismo Catalão em 5 Reportagens e a alínea 3-Manifestações após Referendo em 1 reportagem. Na variável Personalização (13) as alíneas acrescentadas foram a 11-Polícia Catalã, 12-Partido Independentista, 13-Momentos Referendo Catalunha, 14-Espanhois pró Espanha, 15-Ativistas Catalães pró Independência, 16-Rei de Espanha, 17-Loja “O pequeno Catalão”, 18-Governo Catalão e 19-Governo Espanhol. No entanto, após análise, concluiu-se que 5 reportagens tinham como personalização a alínea 4-Catalães, 3 reportagens a alínea 15-Ativistas Catalães pró Independência, a alínea 10-Ministério Interior e 18-Governo Catalão entraram em 2 reportagem cada, e por fim as alíneas 7-Movimento Independentista, 11-Polícia Catalã, 12-Partido Independentista, 13-Momentos Referendo Catalunha, 14-Espanhois pro Espanha, 16-Rei de Espanha, 17-Loja “O Pequeno Catalão e 19-Governo Espanhol apareceram em 1 reportagem cada uma.

Na variável de forma (14) o Enquadramento a alínea 5-Outro dominou pois estava associada a 17 reportagens, a alínea 3-Épico associou-se a 1 reportagens e a alínea 2-Dramático estava associada a 2 reportagens. Para a variável (15) Tom, a alínea 3-neutro estava em 14 reportagens, a alínea 2-Negativo estava em 4 reportagens e a alínea 1-Positivo associou-se a 2 reportagens.

A alínea 4-Social está presente em 10 reportagens na variável (16) Argumentação, segue-se a alínea 3-Política com 6 reportagens, a alínea 5-Judicial com 2 reportagens e a alínea 1-Demográfica e 2-Económica com uma reportagem cada uma. Por fim as alíneas que foram acrescentadas à variável (17) vozes foram a 15-Polícia Catalã, 16-Empresas Catalãs, 17-Presidente da *Generalitat*, 18-Espanhois pró Espanha, 19-Rei de Espanha, 20-Loja “O Pequeno Catalão”, 21-Governo Catalão, 22-Líderes Locais e 23-Ativistas Locais pró Independência. No entanto a alínea com mais reportagens foi a 5 com 7, a seguir vem a alínea 21 com duas reportagens e a 1,8,14,15,16,17,18,19,20,22 e 23 com 1 reportagens cada uma.

#### **1.4-Análise comparativa de 2 meios de comunicação: El País e Público**

Após toda a pesquisa desenvolvida, enquadrada e analisada é possível realizar uma comparação entre o meio de comunicação Público e El País, relativamente às notícias que foram estudadas nas tabelas segundo as categorias de análise.

Em primeiro lugar tanto de um jornal como do outro foram analisadas apenas reportagens que na sua maioria foram assinadas por jornalistas. Ambos os órgãos entre o dia 24 de setembro e o dia 8 de Outubro, ou seja uma semana antes, e uma semana depois do referendo de dia 1 de outubro, abordaram notícias de extensão de 1 página maioritariamente, e que saíram à semana (na maior parte das vezes). No entanto, apesar de as notícias à semana serem em número superior às lançadas no fim-de-semana, no jornal El País foram ligeiramente superiores às do público com 17 notícias lançadas, contra 11 do Público. Para se ser mais exato o Público lançou 16 reportagens em outubro e 4 em setembro, e o El País 17 em outubro e 3 em setembro o que comprova que a maioria dos acontecimentos que receberam mais atenção ocorreram após o Referendo do dia 1.

As reportagens que tanto o Público como o El País realizaram enquadravam-se muito mais na secção da sociedade, pois eram sobre temas como o referendo, manifestações independentistas e ou contra o independentismo, temas estes, que se inserem na área de sociedade de um jornal. O Público realizou 9 reportagens em que o tema principal se encaixa na secção de sociedade, e o El País realizou 10. O resto das peças nos dois meios distribuíram-se pela política, cultura, economia, destaque e até Chamada, onde varia a quantidade de peças. Quase todas as reportagens dos dois jornais foram ilustradas com fotografias e apenas algumas eram compostas por várias, devido ao facto de por vezes se tratar de reportagens fotográficas, e noutros casos de reportagens de texto com mais do que uma foto. Mas em ambos o número de peças com apenas 1 foto, superou o número de peças com várias, ou aquelas reportagens apenas constituídas por fotos.

Os temas mais focados tanto num órgão como no outro foram temas a ver com o Referendo Catalão, as Manifestações que ocorreram antes e depois da votação e temas a ver com o independentismo, como greves e manifestações. Apesar de se notar que os dois meios fizeram um esforço por mostrar os dois lados do conflito, ou seja, aqueles que estavam contra e a favor da independência, a maioria dos atores sociais presentes nas reportagens eram catalães pró independência, o Movimento Independentista, e muito raramente o Presidente da *Generalitat*, o Governo Catalão e Espanhol e a Polícia Catalã entre outros. Ou seja a causa pró independência foi muito mais divulgada e aprofundada.

O enquadramento e o tom dado às 40 reportagens foi quase sempre informativo (outro), e algumas vezes dramático, devido aos momentos de tensão envolvidos na votação do referendo, e nos tempos que o antecederam e procederam. No entanto no El País o enquadramento (Outro) informativo foi bem maior que no Público, onde as peças de teor dramático também surgiram bastante. No que respeita ao tom que é dado às peças, tanto o Público como o El País utilizaram mais o tom neutro e só depois o negativo e positivo respetivamente, quer isto dizer que as peças foram bastante assertivas e factuais e não tão.

A argumentação que cada jornal realizou foi também muito semelhante, pois aquela que ambos realçaram mais foi a argumentação social, visto que a maioria dos temas e atores envolvidos estavam relacionados com o referendo ou com a causa independentista, que está diretamente ligada às pessoas, ou seja, à sociedade em geral principalmente à catalã e espanhola. A seguir a argumentação política é a que aparece mais nas peças dos dois jornais, e por fim a demográfica e judicial, onde esta última tem um peso consideravelmente maior no jornal espanhol quando comparada à demográfica.

Por fim, as vozes que as reportagens dos meios de comunicação estudados realçam mais são, no que respeita ao Público, os catalães que apoiam a independência, e muito raramente o Governo espanhol, ou os espanhóis pró Espanha, assim como o presidente espanhol. O El País dá bem mais realce aos catalães pró independência, assim como ao governo catalão que procura a separação do governo espanhol. Este jornal, pouquíssimas vezes nas peças apresentadas, dá protagonismo ao Rei de Espanha, Governo Espanhol ou Polícia Espanhola.

Notou-se que apesar de uma regra geral em que os dois jornais se mostraram mais concordantes em defender o movimento independentista, assim como as pessoas envolvidas para o defender em manifestações e até no Governo catalão, o El País foi aquele que mais peças realizou nesse sentido. Ao contrário do Público que apesar de muito defensor do separatismo igualmente, se mostrou mais tolerante e aberto em relação ao unionismo e aos espanhóis pró Espanha.

Realizando mais reportagens a mostrar o outro lado, ou seja, as pessoas que defendem um Espanha unificada e não rendilhada e dividida.

### **1.5-Análise textual: análise de discurso**

A análise textual é uma prática que possui diversos significados atribuídos por diversos investigadores. Esta análise tem por finalidade que se consiga recolher o máximo de informações possíveis sobre os textos e se consigam retirar os seus sentidos. Existem contudo duas tradições de análise textual, aquela que entende que os textos são um reflexo do mundo, e outra que compreende os textos como uma interpretação cultural, subjetiva e construída dos acontecimentos. (Charaudeau, 1997)

Para se entender o que é a análise textual e de discurso é necessário perceber o que é um texto. Texto é na sua forma mais simples um conjunto organizado de palavras, ou no seu estado mais complexo um material literário, ou seja um conjunto de signos organizados (palavras, sons ou imagens) dos quais os sentidos são retirados de sistema de convenções (contexto). Estes sentidos são obtidos através de uma análise. Os textos analisados neste trabalho são textos mediáticos (artigos de jornal), ou seja são representações e associações criadas pelos media para fazer passar um certo entendimento e enquadramento dos acontecimentos que ocorreram na Catalunha, no final de Setembro e inícios de outubro de 2017. As condições que existem para a criação dos conteúdos mediáticos, dos contextos sociais e das diferenças que existem de sociedade para sociedade, são fatores muito importantes que influenciam bastante a criação e análise deste tipo de textos. (ibidem, 1997)

É necessário realizar uma análise textual das reportagens analisadas, para entender todo o processo ocorrido no Referendo de 1 de outubro. Mais precisamente a forma como os media construíram os textos escritos e visuais para que uma ação social ocorresse. Porque as notícias apesar de enquadradas segundo o subjetivo de um jornalista, contêm sempre um fundo factual o que ajuda os investigadores sociais a criarem um entendimento sobre a sociedade.

A análise textual também é ótima para se fazer uma avaliação do estado da sociedade no que respeita a conflitos, situação política ou económica. Os textos mediáticos podem ainda ser espaços onde se analisa e manipula a sociedade e a dominação política e eleitoral. (ibidem, 1997)

A metodologia utilizada neste trabalho foi a análise de conteúdo (quantitativa) através das tabelas de variáveis de forma e da sua interpretação e a análise textual (qualitativa) que vai ser realizada nesta parte. A análise textual vai ser feita através de uma análise do discurso para enquadrar e entender o conteúdo do corpus que foi selecionado. (HUGHES, 2007, pp. 249-282)

Existem de facto vários tipos de discursos mas entre eles os mais importantes são o escrito e o oral. No entanto o discurso ultrapassa a parte gramatical e linguística e está assente sobre outros aspetos extralinguísticos que afetam a sua criação e entendimento. A análise do discurso é uma prática utilizada por diversas tradições teóricas que pretende explicar e ajudar a apreender as

construções sociais. (ibidem,2007) Seguidamente irá ser realizada uma análise textual e discursiva daquilo que podemos perceber pelas reportagens analisadas anteriormente.

Os jornais que estão a ser analisados (Público e El País) possuem uma finalidade comunicativa, ou seja, produzem os seus conteúdos sejam notícias ou (como neste caso) reportagens de forma a informar, prender e fidelizar um grupo de leitores mais ou menos numeroso. A linguagem que ambos utilizam é a verbal (por texto) e a não-verbal através de imagens (fotos). O texto produzido pelos jornalistas foi publicado no suporte jornal *online* e é passada uma mensagem escrita e através de imagens ao recetor. A finalidade comunicativa das notícias do Público e El País, no geral, foi passar uma mensagem na maior parte das vezes informativa sobre o independentismo Catalão e do Referendo. O Destinatário é a classe média com tendências liberais quer num jornal como no outro. O suporte das mensagens são os jornais *online* Público e El País.

A mensagem que os jornais quiseram passar foi muito semelhante, pois a maioria das reportagens que saíram tanto num jornal como no outro, realçavam a causa independentista, e todos os intervenientes ligados à causa como o povo catalão pró independência. No entanto, o Público foi mais moderado e diverso do que o El País pois mostrou também a revolta dos movimentos pró Espanha e unionistas e as intenções do primeiro-ministro da altura Mariano Raroy e do governo central de Madrid, em provar a inconstitucionalidade do Referendo e as vantagens de manter a Espanha unida e intacta. O referente é o público que compra e lê assiduamente o jornal é a este nicho de mercado que a mensagem textual e visual é dirigida. O género do texto mediático é como já foi referido a reportagem.

Um ponto essencial desta análise discursiva e textual é entender o significado de frase, que é um enunciado que por si só é capaz de estabelecer comunicação e que através do qual somos capazes de descrever ações e situações, acontecimentos, ordens, pedidos e negações.

A verdade é que todas as frases de uma determinada língua necessitam de uma organização, ou de uma combinação dos seus elementos reunidos sob princípios, que se denominam estrutura.

As organizações possíveis dentro de uma frase são finitas, ou seja, tem um certo número de combinações possíveis. Desta forma podemos dizer que existem frases agramaticais quando os seus elementos estão trocados, e não fazem sentido, gramaticais quando tudo está organizado e no local certo e é possível fazer sentido através da frase, incompleta se falta à frase o final ou o início e esta não faz sentido e por fim semântica quando temos de entender o “segundo” sentido que ela quer passar. Pois por vezes as palavras além do seu sentido literal, quando se juntam, podem significar outro tipo de coisas.

Todas as frases significam algo ou referem-se a algo que se passa no mundo, o conteúdo da frase ou aquilo a que ela se refere, chama-se o conteúdo proposicional, que é transmitido pelos elementos da frase como fonemas, morfemas e vocábulos. O material linguístico deste elemento gramatical chama-se oração que pode ser transmitido na forma de pergunta, asserção, ordem, entre outros. Esses vários tipos de formas de transmitir são chamados de tipos de frase. (*Organização e constituição de frase,2013*)

A narrativa que ambos os jornais adotaram foram narrativas ou factuais, pois a maioria das reportagens eram meramente informativas e mistas e de vez em quando surgia uma ou outra peça que misturava a informação com um pouco de drama. Isto para apelar mais ao interesse do

leito e o prender à mensagem que se pretendia passar. No que respeita à lexicação das palavras que constituíam as frases é de salientar que no Público, esta foi tanto disfórica como eufórica, pois cinco peças continham palavras que apelavam a um sentimento positivo e de crescimento e outras cinco continham palavras de teor depreciativo e negativo. Já no El País a lexicação foi maioritariamente disfórica. O facto de a lexicação ser eufórica ou disfórica vai influenciar o tom da frase que terá mais positivo ou negativo respetivamente.

As figuras de estilo mais utilizadas nas reportagens analisadas, de ambos os jornais, foram a hipérbole pois algumas vezes para os títulos serem apelativos exagerou-se um pouco a realidade e a sinédoque pois em alguns casos o nome real de algo foi ocultado e utilizou-se um outro que englobava a parte no todo, ou o todo na parte. Como já foi bastantes vezes referido as isotopias temáticas, ou seja, os temas mais vezes abordados nas peças foram o tema do Referendo Catalão, as manifestações pró e contra o independentismo e temas relacionados com a Polícia Catalã e Espanhola. As vozes exteriores é das características mais importantes nos discursos de imprensa, pois é através dela que os atores sociais (presidentes, catalães, espanhóis, polícia...governo) ganham mais relevância e relevo na notícia, não só pela ação mas também pela discurso /palavra.

Nas peças analisadas foi possível observar discurso indireto relatado pelo jornalista na terceira pessoa e o discurso direto nas reportagens em que estes deram espaço para os atores sociais se exprimirem na primeira pessoa, na peça. Existiam igualmente atores ativos e passivos, os ativos são todos aqueles que nas reportagens iam agir (fazer algo/começar algo) e os passivos eram aqueles sobre quem a ação iria recair ou aqueles que tinham um papel secundário na ação da peça. As modalidades mais frequentes pela parte do locutor, presentes no corpus analisado, foi a epistémica com valor de certeza devido ao facto dos jornalistas terem de fazer afirmações baseadas em factos/verdades.

## **Interpretação de dados**

A Catalunha é uma região com uma história muito antiga e rica, assim como a cidade de Barcelona que conta com mais de 3000 anos de história, que se estende desde o período neolítico até á atualidade. No entanto como já referido o maior crescimento da região, seja a nível económico como de influência, aconteceu no período do domínio romano da Península Ibérica. A partir daí, Barcelona foi crescendo progressivamente, até se tornar, na idade média um dos portos mais importantes no ocidente. (Ajuntamento de Barcelona, 2017)

Ao longo dos séculos várias disputas assolaram o território Catalão pelas mais variadas razões, confronto de ideologias internas, externas, invasões pela parte de outros países, confrontos com a monarquia espanhola e até desentendimentos políticos à escala europeia. A Guerra Civil catalã (1462-1472) foi o primeiro conflito de maior escala que a região passou, onde existiu uma guerra de interesses a nível interno entre o conde de Barcelona e a Deputación del General. No fundo entre a monarquia e a oligarquia (elites), fações estas sempre muito presentes no território. Dois séculos depois veio a Guerra contra França (1635), onde a região se recusou a defender o

território espanhol contra a ameaça francesa, atitude esta bastante contestada pela monarquia espanhola e até por muitos catalães que queriam apoiar o seu rei e defender a Espanha dos exércitos invasores. (El Principat de Catalunya,2009,para.6)

A revolta dos Segedores (ceifeiros) é a prova da obstinação catalã quando o assunto se trata da Espanha e das suas imposições. Nessa altura os ceifeiros revoltaram-se devido ao aumento de impostos e à presença dos soldados castelhanos no seu território. Ainda hoje o Hino Catalão faz alusão ao dia do início dessa revolta (dia Corpo de Sangue). Em 1641 apesar da Catalunha não conseguir ficar independente de Espanha, como Portugal, é formada a Republica Catalã. No entanto, em 1652 volta a fazer parte do Reino de Espanha. (Marques,2017)

Durante a Guerra da sucessão espanhola travou-se ainda uma Guerra Civil em Espanha, que opôs a Catalunha e outros países da coroa de Aragão a Castela. Na Guerra da Sucessão a Catalunha simpatizava com o arquiduque Carlos, que dava mais garantias de preservação das constituições catalãs. Desta forma, a região assinou em 1705 o Pacto de Génova onde via garantida a continuidade das suas constituições caso a Inglaterra não perdesse a Guerra. Quando o arquiduque foi aclamado rei do povo catalão em 1705, iniciou-se um clima de Guerra civil na Península Ibérica. (“11 de Setembro de 1714 Catalunha ocupada fim do Estado Catalão”,2011,para1)

Com o início da Guerra Peninsular na Península Ibérica materializou-se, para a Catalunha, a invasão que a França não conseguiu realizar antes. A presença napoleónica na Catalunha foi a mais longa da Península Ibérica, desde 1808 a 1814. Entretanto em 1812 o principado participou na redação da nova constituição Espanhola em Cádiz, onde fez lobby para garantir que os interesses da sua região eram defendidos. (Prada,2014)

Desde sempre a Catalunha fez de tudo para defender a sua identidade e interesses frente a quem os queria derrubar e boicotear, ou pelo menos moldar como a Espanha, e o trajeto, como vemos, nem sempre foi fácil. A verdade é que, para atualmente tanto a Catalunha como o país Basco terem os seus nacionalismos tão vincados, estes tiveram de percorrer por completo as etapas de edificação que um estado passa para ser considerado um estado nação.

A Catalunha tem desde sempre uma economia regional desenvolvida, um dinamismo urbano crescente, uma forte opinião pública e meios de comunicação de massas desenvolvidos e com livre expressão. Estas características de um estado moderno fazem com que o território se sinta com capacidade para avançar para uma separação da Espanha e se afirmar como nação independente. Além de que possui um idioma característico (o catalão), direito próprio sobre algumas áreas e uma história muito única.

Nuñez Seixas (como citado em Romão,2013,p.4) explica que apesar de a autonomia Catalã ter sido aprovada em 1932, um ano após a constituição de 1931, não serviu de muito. Pois após a guerra civil (1936 – 1939) o Regime Franquista é instituído e inicia-se um período de opressão e desrespeito pelas diferenças regionais, que apenas termina em 1975 com a morte do ditador Franco e a sua sucessão. (Romão, 2013)

Após as eleições de 1977 iniciou-se a realização de uma nova constituição, que se viria a afirmar como o principal empreendimento político da Espanha contemporânea. Com este texto vai ser criado um novo modelo de estado, pois os responsáveis desta nova constituição trabalharam arduamente para a resolução dos problemas referentes ao território e aos nacionalismos



históricos que ainda persistem em território Espanhol. A constituição de 1978 vai transformar a Espanha a muitos níveis regional, político, judicial ou identitário. Acima de tudo veio tornar muito mais palpável e possível a vivência harmoniosa e o consenso político entre o nacionalismo unionista Espanhol e os Subnacionalismos. (Romão,2013)

Como já foi referido a Espanha é o país mais descentralizado da União Europeia, onde a maioria das comunidades autónomas existentes se pretendem autorregular e onde nem sempre as decisões do poder central agradam à maioria destes territórios. Contudo, o que veio propor a constituição de 1978 é que as diferenças que as comunidades possuem entre elas podem ser mitigadas através do diálogo e do convívio pacífico assim como do respeito pela nação a que pertencem. A aplicação do artigo 155º foi o materializar de uma proteção que a constituição dá ao estado, quando este se vê ameaçado pelas ações de uma região autónoma, ou seja quando começam a agir fora dos contornos da lei. O texto de 1978 não é de todo consensual na Espanha e na questão do referendo de setembro, com o artigo 155º, pode ter levantado as suas dúvidas sobre a liberdade de expressão, justiça e autodeterminação. É ainda facto sabido que a constituição de 1978 foi o texto que mais liberdade e espaço deu aos nacionalismos históricos na Espanha. Todavia se estes avanços não são ainda suficientes e ainda suscitam tensões o diálogo e a tolerância assumem-se como os melhores caminhos a seguir.

À semelhança do contexto espanhol toda a Europa está uma manta de retalhos, pois várias são as regiões, quer do Reino Unido, da Bélgica, da Alemanha, da Itália e até da ex União Soviética que querem separar-se, ou já se separaram, da nação a que pertenciam anteriormente. Esta situação pode significar muitas coisas, ou um interesse puramente histórico e identitário da região em questão, um interesse económico, ou ainda político (relações de poder) para a necessidade de uma separação assim. No caso Catalão parece tratar-se de uma mistura dos três fatores, ou seja, que todos juntos fizeram aumentar as tensões nos últimos tempos entre a região e o governo Central de Madrid.

O jornalismo tem um papel muito grande a desempenhar na sua mediação, quando uma questão de conflito como esta acontecesse. Pois desde sempre esta profissão esteve ligada e influenciou o desenrolar destes conflitos, essa influência é feita a partir da forma como se retratam estas situações. A maneira como o jornalismo reporta estes cenários de conflito e a maneira como se desenrolam até à solução vai afetar a opinião pública. De facto, a forma como os meios de comunicação guiam a perceção do público sobre um assunto é uma das armas mais fortes que a comunicação possui e um dos poderes mais importantes na esfera pública. (McComb, 1993, como citado em Aslam,2014,p.9) A agenda mediática, criada pelos próprios profissionais de comunicação, vai ao encontro do que é discutido na esfera pública e também vai influenciar a forma como os jornalistas lidam e interpretam os quadros de conflito.

A agenda mediática é tão importante para os órgãos de comunicação que é através dela que o poder é decidido atualmente. Pois a maioria das notícias hoje é lançada pela via *online*, espaço este a que muita gente tem acesso e onde pode intervir, argumentar e dar o seu contributo. (Castells, 2007, como referido em Aslam,2014,p.9) Na questão catalã, esta possibilidade de atualização e contribuição mediática foi bastante importante pois trata-se de um acontecimento em constante mutação e atualização, como já foi referido.

Da análise de conteúdo realizada aos meios de comunicação Público e El País podemos concluir que as 20 reportagens analisadas de cada jornal tinham um teor muito informativo, ou seja não divagavam muito em sensacionalismos e *faits divers*. Todas as reportagens vinham ilustradas com

uma foto, ou em alguns casos a reportagem era constituída apenas por fotos, (reportagem fotográfica).

No que diz respeito à temática abordada, esta foi sempre relativa ao Referendo Catalão ou a acontecimentos que tinham a ver diretamente com este evento. Existiam no entanto duas fações a que se podia dar mais notoriedade, eram estas a causa independentista catalã, e a causa unionista do governo Espanhol. Tanto o Público como o El País recaíram mais para uma tendência de divulgação da causa independentista catalã, talvez para darem uma voz à população dessa região e possibilitar-lhes uma livre expressão sem repressões (pelo menos ao nível mediático). No entanto, o jornal português esforçou-se mais para dar uma visão mais ampla do conflito evidenciando igualmente as razões do governo espanhol, realizando por isso mais reportagens nesse sentido do que o periódico espanhol.

A questão da independência catalã continua em aberto, e pode ser uma questão de tempo para que novas manifestações, revoltas e até mesmo votações ilegais sejam realizadas. A Espanha terá que optar pelo diálogo e através da análise de situações idênticas (jurisprudência e história), em questões separatistas, optar pela melhor opção para a Catalunha e para o resto das regiões autónomas, que constituem no seu todo a população espanhola.

Perante as situações de conflito o jornalista além de ter um conhecimento geral do que está a acontecer, deve conseguir ter uma boa perceção dos eventos e realizar um enquadramento verdadeiro e justo para todas as partes envolvidas. Uma história mal abordada ou tratada poder trazer consequências para o entendimento geral do público, este pode entender o que realmente se está a passar ou não.

O leque de notícias e de histórias das mais variadas culturas tende a aumentar, muito devido à era da digitalização e da complexidade dos assuntos jornalísticos resultantes da globalização. As notícias têm de ser atualizadas minuto a minuto, ou o órgão de comunicação corre o risco de ficar desatualizado e perder leitores. O imediatismo é a característica que nos últimos tempos mais tem invadido a esfera profissional do jornalismo, e tem afetado muito a qualidade e diversidade das peças, devido à rapidez com que exige o conteúdo jornalístico.

Provavelmente, muito em breve teremos de fazer uma escolha que pode salvar o jornalismo, mas que pode requerer a diminuição dos lucros em outras áreas (como a económica). Essa escolha é a qualidade em vez da quantidade e da rapidez. Ao divulgarem-se histórias mais completas o jornalista está a mostrar respeito e conformidade para com o código deontológico e o rigor profissional. (Cottle, 2000, como citado em Deuze,2005,p.457) Pois para se obter uma boa história, com profundidade e coerência é necessário tempo para a conseguir.

O caminho mais correto a seguir seria que a profissão jornalística assumisse, cada vez mais, o papel que desempenhava na segunda metade do século XIX, que era a de informar e educar a sociedade. Fornecendo desta maneira testemunhos daquilo que ocorria no mundo, para promover o serviço público. Estes valores associados à profissão jornalística constituem e contribuem para o evoluir do estado de direito, pois dão ferramentas ao povo para se expressar e agir em relação às mais variadas ameaças. (Curran,2011, como referido em Aslam,2014,p.18)

A influência deve vir de baixo para cima, ou seja, os jornalistas devem trabalhar em favor dos interesses das populações. As investigações que estes levam a cabo, devem conter temas que sejam do interesse público e também que certos grupos queiram ver difundido e divulgado. Assim

que a prioridade dos donos das corporações for esta e não a de lucros e poder, todo o potencial que esta profissão tem para ajudar a sociedade vai começar a aparecer de novo. Mais do que nunca deve-se trabalhar para restituir o estatuto do quarto poder, que vê alguns dos seus alicerces ruírem, em pleno século XXI.

## Notas

---

- <sup>1</sup>Consultar: [http://www.bcn.cat/historia/pag/capitols\\_es.htm](http://www.bcn.cat/historia/pag/capitols_es.htm) (acedido em novembro de 2017)
- <sup>2</sup>Consultar: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Alman%C3%A7or> (acedido em novembro de 2017)
- <sup>3</sup>Consultar: <https://www.infoescola.com/historia/baixa-idade-media/> (acedido em novembro de 2017)
- <sup>4</sup>Consultar: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Generalidade\\_da\\_Catalunha](https://pt.wikipedia.org/wiki/Generalidade_da_Catalunha) (acedido em fevereiro de 2018)
- <sup>5</sup>Consultar: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o\\_II\\_de\\_Arag%C3%A3o](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_II_de_Arag%C3%A3o) (acedido em fevereiro de 2018)
- <sup>6</sup>Consultar: <http://www.encyclopedia.cat/EC-GEC-0034563.xml> (acedido em fevereiro de 2018)
- <sup>7</sup>Consultar: [https://es.wikipedia.org/wiki/Conde-duque\\_de\\_Olivares](https://es.wikipedia.org/wiki/Conde-duque_de_Olivares) (acedido em fevereiro de 2018)
- <sup>8</sup>Consultar: [https://es.wikipedia.org/wiki/Diputaci%C3%B3n\\_del\\_General\\_del\\_Principado\\_de\\_Catalu%C3%B1a](https://es.wikipedia.org/wiki/Diputaci%C3%B3n_del_General_del_Principado_de_Catalu%C3%B1a) (acedido em Dezembro de 2017)
- <sup>9</sup>Consultar: [https://www.rtp.pt/noticias/mundo/1640-2017-guerras-estatutos-crise-como-a-catalunha-chegou-ate-aqui\\_es1028949](https://www.rtp.pt/noticias/mundo/1640-2017-guerras-estatutos-crise-como-a-catalunha-chegou-ate-aqui_es1028949) (acedido em janeiro de 2018)
- <sup>10</sup> Consultar: [https://es.wikipedia.org/wiki/Diputaci%C3%B3n\\_Provincial\\_de\\_Barcelona](https://es.wikipedia.org/wiki/Diputaci%C3%B3n_Provincial_de_Barcelona) (acedido em janeiro de 2018)
- <sup>11</sup>Consultar: Consultar: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/guerra-sucessao-espanhola.htm> (acedido em junho 2018)
- <sup>12</sup>Consultar: <http://blogs.sapiens.cat/socialsenxarxa/2010/12/11/costos-i-consequencies-de-la-guerra-del-frances-a-catalunya/> (acedido em janeiro de 2018)
- <sup>13</sup>Consultar: <http://www.elmundo.es/la-aventura-de-la-historia/2014/09/05/54095940268e3e7c448b456c.html> (acedido em janeiro de 2018)
- <sup>14</sup>Consultar: <https://es.wikipedia.org/wiki/Somat%C3%A9n> (acedido em janeiro 2018)
- <sup>15</sup>Consultar: <https://es.wikipedia.org/wiki/Miguelete> (acedido em janeiro de 2018)
- <sup>16</sup>Consultar: [https://es.wikipedia.org/wiki/Lliga\\_Regionalista](https://es.wikipedia.org/wiki/Lliga_Regionalista) (acedido em janeiro de 2018)
- <sup>17</sup>Consultar: [https://es.wikipedia.org/wiki/Mancomunidad\\_de\\_Catalu%C3%B1a](https://es.wikipedia.org/wiki/Mancomunidad_de_Catalu%C3%B1a) (acedido em janeiro de 2018)
- <sup>18</sup>Consultar: [https://es.wikipedia.org/wiki/Esquerra\\_Republicana\\_de\\_Catalunya](https://es.wikipedia.org/wiki/Esquerra_Republicana_de_Catalunya) (acedido em janeiro de 2018)
- <sup>19</sup>Consultar: [https://www.rtp.pt/noticias/mundo/1640-2017-guerras-estatutos-crise-como-a-catalunha-chegou-ate-aqui\\_es1028949](https://www.rtp.pt/noticias/mundo/1640-2017-guerras-estatutos-crise-como-a-catalunha-chegou-ate-aqui_es1028949) (acedido em fevereiro de 2018)
- <sup>20</sup> Consultar: [https://www.elnacional.cat/es/politica/video-separatistas-terroristas-falange-puigdemont\\_160140\\_102.html](https://www.elnacional.cat/es/politica/video-separatistas-terroristas-falange-puigdemont_160140_102.html) (acedido em fevereiro de 2018)
- <sup>21</sup> Consultar: <https://www.publico.pt/2008/12/09/jornal/nos-trinta-anos-da-constituicao-espanhola-287293> (acedido em fevereiro 2018)
- <sup>22</sup> Consultar: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o\\_territorial\\_de\\_Espanha](https://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_territorial_de_Espanha) (acedido em março de 2018)
- <sup>23</sup> Consultar: <https://www.dn.pt/mundo/interior/apelos-a-reforma-nos-39-anos-da-constituicao-espanhola-8968787.html> (acedido em março de 2018)
- <sup>24</sup>Consultar: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Estado-na%C3%A7%C3%A3o> (acedido em março de 2018)
- <sup>25</sup>Consultar: [https://perguntasapo.files.wordpress.com/2011/02/castells\\_1999\\_parte1\\_cap1.pdf](https://perguntasapo.files.wordpress.com/2011/02/castells_1999_parte1_cap1.pdf) (acedido em março de 2018)
- <sup>26</sup>Consultar: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ex%C3%A9rcito\\_Republicano\\_Irland%C3%AAs](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ex%C3%A9rcito_Republicano_Irland%C3%AAs) (acedido em março 2018)
- <sup>27</sup>Consultar: <https://www.cartacapital.com.br/internacional/alem-da-escocia-outras-regioes-europeias-cultivam-tendencias-separatistas-6424.html> (acedido em março 2018)
- <sup>28</sup> Consultar: <http://bambinoies.com/pt/a-map-of-europes-separatist-movements/> (acedido em março de 2018)

- 
- 29 Consultar: <http://rr.sapo.pt/artigo/111834/um-mundo-mais-dividido> (acedido em abril 2018)
- 30 Consultar: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Liga\\_Norte](https://pt.wikipedia.org/wiki/Liga_Norte) (acedido em abril de 2018)
- 31 Consultar: [https://es.wikipedia.org/wiki/Partido\\_Popular\\_del\\_Tirol\\_del\\_Sur](https://es.wikipedia.org/wiki/Partido_Popular_del_Tirol_del_Sur) (acedido em abril de 2018)
- 32 Consultar: <https://brunoguilhermek.jusbrasil.com.br/artigos/185524797/a-ucrania-e-o-reconhecimento-de-movimentos-separatistas> (acedido em abril de 2018)
- 33 Consultar: <http://www.sabado.pt/mundo/europa/detalhe/quem-mais-sonha-com-a-independencia-na-europa> (acedido em abril de 2018)
- 34 Consultar: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/06/1785131-vitoria-do-brexit-pode-estimular-separatistas-no-reino-unido-e-europa.shtml> (acedido em abril 2018)
- 35 Consultar: <https://mundoestranho.abril.com.br/geografia/quais-sao-os-movimentos-s-separatistas-da-espanha/> (acedido em maio 2018)
- 36 Consultar: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei\\_para\\_a\\_Reforma\\_Pol%C3%ADtica\\_\(Espanha\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_para_a_Reforma_Pol%C3%ADtica_(Espanha)) (acedido em maio de 2018)
- 37 Consultar: <http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v4n2/a02v4n2> (acedido em maio de 2018)
- 38 Consultar: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141110\\_catalunha\\_votacao\\_hb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141110_catalunha_votacao_hb) (acedido em maio de 2018)
- 39 Consultar: <http://expresso.sapo.pt/internacional/80-dos-22-milhoes-de-votos-dizem-sim-a-independencia-da-catalunha=f897372#gs.RjoUXXc> (acedido em maio de 2018)
- 40 Consultar: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Enquadramento\\_\(noticioso\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Enquadramento_(noticioso)) (acedido em julho de 2018)
- 41 Consultar: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Agendamento> (acedido em julho de 2018)
- 42 Consultar: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Not%C3%ADcia\\_falsa](https://pt.wikipedia.org/wiki/Not%C3%ADcia_falsa) (acedido em julho 2018)
- 43 Consultar: [https://en.wikipedia.org/wiki/Soft\\_media](https://en.wikipedia.org/wiki/Soft_media) (acedido em julho 2018)
- 44 Consultar: <https://www.publico.pt/nos/estatuto-editorial> (acedido em julho de 2018)
- 45 Consultar: <https://elpais.com/especiales/2006/30aniversario/index.html> (acedido em julho de 2018)
- 46 Consultar: [http://blogs.periodistadigital.com/periodismo.php/2007/01/24/eva\\_canas\\_el\\_penultimo\\_fichaje\\_del\\_psoe](http://blogs.periodistadigital.com/periodismo.php/2007/01/24/eva_canas_el_penultimo_fichaje_del_psoe) (acedido em julho de 2018)
- 47 Consultar: <http://www.porandalucialibre.es/> (acedido em julho de 2018)
- 48 Consultar: [https://www.rtp.pt/noticias/mundo/1640-2017-guerras-estatutos-crise-como-a-catalunha-chegou-ate-aqui\\_es1028949](https://www.rtp.pt/noticias/mundo/1640-2017-guerras-estatutos-crise-como-a-catalunha-chegou-ate-aqui_es1028949) (acedido em julho 2018)

Notícias Público:

<https://www.publico.pt/2017/10/01/mundo/noticia/ao-minuto-o-dia-da-rebeliao-catala-1787300>

<https://www.publico.pt/2017/10/07/fotogaleria/hablamos-espanhois-enchem-ruas-para-defender-a-uniao-378089>

<https://www.publico.pt/2017/10/07/mundo/reportagem/duas-cristinas-galegas-apanhadas-na-tempesta-de-catala-1788058>

<https://www.publico.pt/2017/10/08/mundo/reportagem/catalaes-proespanha-saem-das-trincheiras-e-ocupam-as-ruas-1788115>

<https://www.publico.pt/2017/10/01/fotogaleria/catalunha-377888>

<https://www.publico.pt/2017/10/02/mundo/noticia/catalunha-o-dia-seguite-1787386>

<https://www.publico.pt/2017/10/01/mundo/noticia/uma-noite-magica-chegou-para-garantir-tantos-votos-emocionados-1787324>

<https://www.publico.pt/2017/10/01/mundo/noticia/do-re-mi-fa-sol-la-si-ou-como-a-catalunha-acredita-que-ja-venceu-1787283>

<https://www.publico.pt/2017/09/29/mundo/noticia/a-consulta-catala-nao-e-um-referendo-e-um-acto-revolucionario-1787063>

---

<https://www.publico.pt/2017/10/02/mundo/noticia/apesar-de-tudo-votouse-e-2-milhoes-disseram-sim-a-independencia-1787350>

<https://www.publico.pt/2017/10/03/mundo/noticia/nao-estamos-em-greve-estamos-a-fazer-historia-1787603>

<https://www.publico.pt/2017/10/02/mundo/noticia/lagrimas-e-alguma-raiva-em-vesperas-de-greve-geral-na-catalunha-1787478>

<https://www.publico.pt/2017/10/06/mundo/noticia/juizes-comecam-a-investigar-violencia-da-policia-na-catalunha-1787991>

<https://www.publico.pt/2017/10/03/fotogaleria/catalunha-em-greve-377981>

<https://www.publico.pt/2017/10/01/mundo/noticia/o-que-contou-para-a-catalunha-aqui-chegar-1787286>

<https://www.publico.pt/2017/10/01/mundo/noticia/o-dia-em-que-espanha-perdeu-a-catalunha-1787336>

<https://www.publico.pt/2017/09/28/mundo/noticia/governo-espanhol-e-independentistas-catalaes-jogam-os-ultimos-trunfos-1786979>

<https://www.publico.pt/2017/09/25/mundo/noticia/unico-camiao-com-canhao-de-agua-da-policia-espanhola-ja-esta-em-barcelona-1786646>

<https://www.publico.pt/2017/10/02/mundo/noticia/ha-policias-contrapoliticas-e-policias-a-defender-policias-1787482>

Notícias El País:

[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/01/album/1506841911\\_271083.html#1506841911\\_271083\\_1506843041](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/01/album/1506841911_271083.html#1506841911_271083_1506843041)

[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/01/album/1506829726\\_434332.html#1506829726\\_434332\\_1506858057](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/01/album/1506829726_434332.html#1506829726_434332_1506858057)

[https://elpais.com/ccaa/2017/10/04/catalunya/1507108779\\_072116.html](https://elpais.com/ccaa/2017/10/04/catalunya/1507108779_072116.html)

[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/06/internacional/1507302921\\_685097.html?rel=mas](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/06/internacional/1507302921_685097.html?rel=mas)

[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/08/internacional/1507444172\\_851999.html?rel=mas](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/08/internacional/1507444172_851999.html?rel=mas)

[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/04/internacional/1507106590\\_671255.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/04/internacional/1507106590_671255.html)

[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/25/internacional/1506329240\\_466584.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/25/internacional/1506329240_466584.html)

[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/01/internacional/1506821947\\_308965.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/01/internacional/1506821947_308965.html)

[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/30/internacional/1506763864\\_777962.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/30/internacional/1506763864_777962.html)

[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/01/internacional/1506874037\\_797419.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/01/internacional/1506874037_797419.html)

[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/03/internacional/1507018748\\_096068.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/03/internacional/1507018748_096068.html)

[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/02/internacional/1506959239\\_239462.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/02/internacional/1506959239_239462.html)

---

[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/03/internacional/1507020168\\_018957.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/03/internacional/1507020168_018957.html)

[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/02/internacional/1506898063\\_586836.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/02/internacional/1506898063_586836.html)

[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/01/internacional/1506820373\\_674242.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/01/internacional/1506820373_674242.html)

[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/01/album/1506841911\\_271083.html#foto\\_gal\\_3](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/01/album/1506841911_271083.html#foto_gal_3)

[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/30/internacional/1506797545\\_651643.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/30/internacional/1506797545_651643.html)

[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/28/internacional/1506593247\\_621230.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/28/internacional/1506593247_621230.html)

[https://elpais.com/ccaa/2017/10/05/catalunya/1507213218\\_757979.html](https://elpais.com/ccaa/2017/10/05/catalunya/1507213218_757979.html)

[https://elpais.com/ccaa/2017/10/05/catalunya/1507205282\\_371729.html](https://elpais.com/ccaa/2017/10/05/catalunya/1507205282_371729.html)

[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/01/internacional/1506853019\\_851124.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/01/internacional/1506853019_851124.html)

---

## Bibliografia

Abrunhosa, A. (2011). *Centralismo e Anticentralismo no Movimento Constitucional em Espanha e Portugal*. Porto.

Abrão, J. (2011). *O Nacionalismo Catalão e a Crítica á Dicotomia Existente entre Política e Cultura*. São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História.

Affonso, A. (1996). *Democracia participativa: plebiscito, referendo e iniciativa popular*. Brasília.

Aguero, F. (2000). *A Transição Democrática e os Militares em Espanha: uma Análise Comparativa*. Miami: Instituto da Defesa Nacional.

Aslam, R. (2014). *The Role of Media in conflict: Integrating peace journalism in the journalism curriculum*. New Zealand: Pacific Media Centre.

Backes, A. (2005). *Uso do Referendo em Diferentes Países*. Brasília: Consultoria Legislativa.

Bringel, B., Echart, E. (2008). *Movimentos Sociais e Democracia: os dois lados das “fronteiras”*. Salvador da Bahia: Caderno CRH.

Catani, A., Gilioli, R. (2005). *O Prouni na Encruzilhada: Entre a Cidadania e a Privatização*. Brasília: Linhas Críticas.

Cervi, E. (2010). *Opinião Pública e Comportamento Político*. Curitiba: IBPEX.

Chomsky, N. (1997). *Media Control: The Spectacular Achievements of Propaganda*. United States: Open Media.

Chouliaraki, L. (2009). *Journalism and the visual politics of war and conflict*. London: Routledge Companion to News and Journalism.

Cittadino, G. (2001). *Poder Judiciário, Ativismo Judicial e Democracia*. Minas Gerais: Revista da Faculdade de Direito de Campos.

*Constitución Espanola*. (1978). Madrid: Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado.

Costa, R. (2007). *A Propósito do Estatuto da Catalunha, Razões para uma Independência*. RES-PUBLICA.

Cunha, I., Cabrera, A., Sousa, J. (2012). *Pesquisa em Media e Jornalismo - Homenagem a Nelson Traquina*. Covilhã: LabCom.



- 
- Cunha, I. (2012). *Análise dos Média*. Coimbra: Universidade de Coimbra
- Deuze, M. (2005). *What is journalism? Professional identity and ideology of journalists Reconsidered*. SAGE Publications.
- Duarte, M. (2016). *As transições espanhola e polaca para a democracia*. Lisboa: Lusíada. Política Internacional e Segurança.
- Estruch, J. (1988). *Las Fuentes de Guerra de Cataluna, De Francisco Manuel De Melo*. Toulouse: Instituto Rubio i Ors.
- Fernandes, B. (2005). *Movimentos socio territoriais e movimentos socio espaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais*. São Paulo: Revista Nera.
- Galante, E. (2006). *Democracia Participativa o Futuro do Estado*. Itapemirim: Revista da Faculdade de Direito de Campos.
- García, N. (2009). *Breve Histórico da Península Ibérica*. Rio de Janeiro: Revista Philologus.
- Guimarães, S. (2008). *Nação, nacionalismo, Estado*. Estudos Avançados 22.
- Hall, J. (2001). *Online Journalism: A Critical Primer*. London: Pluto Press.
- Hall, S. (1982). *The Rediscovery of Ideology: Return of the Repressed in Media Studies*, in M. Gurevitch, T. Bennet, J. Curran and J. Woollacott *Culture, Society and the Media*. London: Methuen.
- Hernández, X. (2006). *Història de Catalunya*. Dalmau Editors.
- Howard, R. (2003). *Conflict sensitive journalism*. Copenhagen: IMS/IMPACS
- Hypólito, B., Pereira, D., Silva, M., Wittman, M., Garasa, S., Veleza, V. (2010). *Política e Cultura Espanha*. Rio Grande do Sul: edipucRS.
- Leitão, O. (2016). *Cláusula de Consciência do Jornalista na Era Digital Harmonização na EU ou Novo Modelo para o Século XXI?*. Lisboa: ISCTE.
- Marchueta, M. (2000). *As Autonomias Históricas Espanholas e o Processo de Integração Europeia As identidades nacionais em Espanha face à Europa*. ISCSP/UTL
- Marques, F. (2012). *O Problema da Participação Política no Modelo Deliberativo de Democracia*. Curitiba: Revista de Sociologia e Política.
- Martins, A. (2008). *Ser ou não ser... Europa: a questão dos enquadramentos na cobertura dos referendos à Constituição Europeia*. Braga: 5º SOPCOM – Comunicação e Cidadania.
- Martínez, V. (1994). *Identidade portuguesa e identidade catalã em Teixeira de Pascoaes e na «Renascença Portuguesa»: um exemplo de aproximação entre nacionalismos*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona.

- 
- Melluci, A. (1996). *Juventude, tempo e movimentos sociais*. Estocolmo: Revista Young.
- Melo, F. (2003). *Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluna, en tiempo de Filipe IV*. Biblioteca virtual universal.
- Melo, J., Iraci, N., Vieira, V. (2009). *Comunicação: meios para construção de direitos e de cidadania na era digital*. São Paulo: CONFECOM.
- Mercados informação global. (2014). Lisboa: AICEP Portugal Global.
- Merritt, D. (1995) .*Public Journalism – Defining a Democratic Art*. Media Studies Journal.
- Miller, K., Miller, H. (2006). *Language Policy and Identity: the case of Catalonia*. International Studies in Sociology of Education.
- Montero, M. (2009).*Proceso de Descentralización y Autonomías: Espana y Bolivia en Perspectiva Comparada*. Santiago de Chile: Universidad de Chile.
- Navarro, P. (s.d). *La Propaganda Electoral Predemocrática en Espana. Estudio de las Campanas de los Referendos: 1966 y 1976*. Universidad de Murcia.
- Neves, L. (s.d). *Movimentos, sociais e cidadania*. Revista do Legislativo.
- Nogueira, C. (2001). *A Reconquista Ibérica: A Construção de uma ideologia*. São Paulo: HID 28
- Notions of Objectivity. American Journal of Sociology.
- Oliveira, M. (2004). *Panorama Social e Cidadania: Uma análise sobre o Brasil na ótica da Comunicação*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais-Faculdade Economia.
- Pavini, T., Facini, H., Américo, M., Napolitano, C. (2015). *A questão separatista da Catalunha: mídia, cultura, política e futebol*. São Paulo: Intercom.
- Pavlik, J. (1999) .*New Media and News: Implications for the Future of Journalism*. New Media and Society.
- Pedro, A., Pires, L. (2017). *Contributos da educação intercultural na construção de uma sociedade pluralista e democrática numa perspetiva comparada – Portugal e Espanha*. Revistas Antropológicas.
- Pimenta, L. (s.d). *O processo de redemocratização no Brasil e na Espanha*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Puddephatt, A. (2006). *Conflict and the role of the media*. Denmark: IMS
- Ramonet, I. (2011). *La explosión del Periodismo: Internet Pone en jaque a los medios tradicionales*. Buenos Aires: Capital Intelectual S.A.

---

Ribeiro, A. (2011). *Reflexões sobre a ideia de coletivização na região da Catalunha durante a Guerra Civil Espanhola, entre 1936 e 1939*. São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.

Ribeiro, A. (2013). *GUERRA CIVIL ESPANHOLA: coletivização e anarquismo na Catalunha entre 1936 e 1939*. Rio de Janeiro: Encontros.

Ribeiro, M. (2002). *Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais*. Rio Grande do Sul: Educação e Pesquisa.

Romão, F. (2013). *A transformação do conceito de soberania a emergência política e legal das «autonomias-nação» no quadro da Constituição espanhola de 1978*. *Relações Internacionais*.

Romão, F. (2013). *A transformação dos mecanismos de materialização política das identidades nacionais: o Estado autonômico espanhol e a emergência das autonomias-nação basca e catalã*. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional.

Romão, F. (2013). *O Percurso das Identidades Nacionais Espanhola, Basca e Catalã e dos Respetivos Nacionalismos*. Coimbra: Oficina do CES.

Romão, Filipe. (2016). *Catalunha: o fracasso da estratégia independentista*. Janus.

Sabaté, F. (2013). *A Coroa de Aragão: Identidade e Especificidade Política e Social*. Lleida: Revista Signum.

Seixas, X. (1995). *Os nacionalismos na Espanha contemporânea: uma perspectiva histórica e algumas hipóteses para o presente*. Santiago de Compostela: ISCTE

Simões, M. (2011). *Fronteira e guerra civil de Espanha Dominação, resistência e usos da memória em Barrancos*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Sousa, M. (2016). *Nacionalismo Democrático para a União Europeia Uma Necessidade Pragmática Para o Desenvolvimento e Sobrevivência Comum*. Leiria: Associação Portuguesa de Estudos Europeus.

SOUZA, G. (2011). *Da Reconquista Hispânica à Conquista do novo Mundo: Uma Análise do Espírito Cruzadístico Ibérico na Crux Cismarina e na Crux Ultramarina*. Anais da Jornada de Estudos Antigos e Medievais.

Tayeebwa, W., Orgeret, Kristin. (2016). *Journalism in Conflict and Post-Conflict Conditions WORLDWIDE PERSPECTIVES*. Gothenburg: Nordicom.

Tostes, R. (2008). *Primeiros Apontamentos sobre o Direito Medieval Catalão: Autonomia e Pluralismo Jurídicos na Tradição Histórica Catalã (XII-XV)*. Florianópolis: Encontros de História do Direito/Jornadas do Instituto Brasileiro de História do Direito.

---

Traquina, N. (2002). *O que é Jornalismo*. Quimera.

Tuchman, G. (1971). *Objectivity as Strategic Ritual: An Examination of Newsmen's Notions of Objectivity*. *American Journal of Sociology*.

Van Dijk, T. A. (1991). *Racism and the Press*. New York: Routledge.

Van Zoonen, L. (1998). *A Professional, Unreliable, Heroic Marionette (M/F): Structure, Agency and Subjectivity in Contemporary Journalisms*. *European Journal of Cultural Studies*.

Warren, I. (2006). *Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais*. Brasília: Sociedade e Estado.